

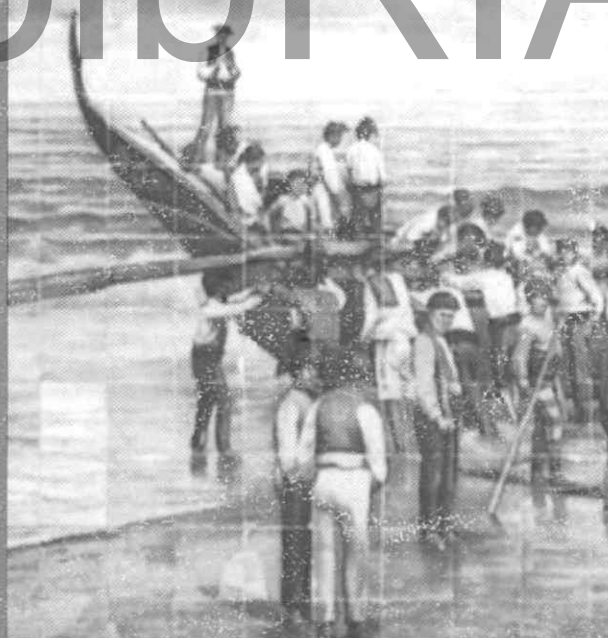
AVEIRO

BOLETIM
MUNICIPAL



ANO XIV - Nº27

bibRIA



FL
908
141



AVEIRO

BOLETIM
MUNICIPAL



ANO XIV - Nº27

bibRIA



BIBLIOTECA
municipal de aveiro

PUBLICAÇÕES
PERIÓDICAS

OFERTA



BIBLIOTECA
municipal de aveiro

FUNDO
LOCAL

INTERDITO
AO
EMPRÉSTIMO

bibRIA



Panel de Azulejo existente na Estação de Caminhos de Ferro de Aveiro - pormenor

Arte de Xávega

Um dia de pesca deixa-nos inesquecíveis imagens na memória e nos sentidos e coloca-nos mais próximos do mundo e suas gentes, mais entendedores do sofrimento, da dureza do mar, da fome, da luta pela sobrevivência, do medo e da morte. Aos nossos olhos as operações sucedem-se, ganham vida, transformam-se numa odisséia impressionante, estranha e incomum nos nossos dias, onde estes "rudes e magníficos actores" emprestam ao ambiente, que lhes serve de teatro, uma feição de irrealidade, de magia, de quase ficção!

João Frada

(em "Praia de Mira", 1983, pgs. 84-85)

BOLETIM MUNICIPAL DE AVEIRO

Publicação Semestral de Índole Cultural e Informativa

Ano XIV - JUNHO DE 1996 - Nº27

bibRIA

BOLETIM Nº27

DIRECÇÃO: Presidente da Câmara Municipal de Aveiro — Vereadora do Pelouro da Cultura

PROPRIEDADE: Câmara Municipal de Aveiro

REDACÇÃO: Praça da República — Aveiro — Tel. 24081 — Fax 22787

SUPERVISÃO: Assessor Cultural da C.M.A. - Mons. João G. Gaspar

CAPA: Jeremias Bandarra

TIRAGEM: 1.000 exemplares

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO: Gráfica do Vouga, Lda. — 3810 Aveiro

Depósito Legal nº 12 442/86

ISBN 0873-335X

Sumário

Abertura	7
<i>Dra. Maria da Luz Nolasco</i>	
O Largo do Cojo, Azenhas e Ilhote	9
<i>Manuel Barreira</i>	
O problema da sucessão de D. João II	15
<i>Ana Maria Proserpio Leitão</i>	
Arte de Xávega	23
<i>Gaspar Albino</i>	
Santa Joana e a Música	31
<i>Doutor Arménio Costa</i>	
Orquestra de Câmara de Aveiro	34
Exposição Ambiental "Terra Amada"	35
Homenagem a Vasco Branco	39
Recriação da Visita de El-Rei D. Luís I	41
Homenagem a Cândido Teles	43
12 de Maio - Feriado Municipal	47
Rangel de Quadros	54
O Livro e seus Autores	55
Programa das Festas do Município/96	61
Noticiário	63

bibRIA

Os textos assinalados são da responsabilidade dos autores.

Os artigos publicados podem ser transcritos, total ou parcialmente, desde que se indique a origem.

Abertura

Na fidelidade ao projecto inicial, o *Boletim Municipal de Aveiro* continua a obedecer a duas vertentes: - a cultural e a informativa; aliás, sempre claramente se definiu deste modo. Como é habitual, as primeiras páginas são enriquecidas pela pena de diversos autores, que vão dando a conhecer pormenores da história de Aveiro, recordando personagens insignes ou descrevendo artes e tradições; por fim, nas últimas laudas, registam-se os acontecimentos mais importantes, dentro da sua finalidade específica. Este número não foge à regra.

O Dr. Manuel Barreira recorda-nos a "pré-história" do centro da cidade, nomeadamente do Cojo; desde os princípios de Quatrocentos, aí existiu um moinho de maré. Sobre a arcaria das azenhas levantou-se um edifício que, sendo sucessivamente melhorado, foi servindo para diversos fins; já no nosso século, obedecendo ao projecto de Silva Rocha, foi a sede da Escola de Desenho Industrial e, depois, da Capitania do Porto.

El-Rei D. João II, irmão da Princesa Santa Joana - o qual veio diversas vezes a Aveiro - faleceu em 25 de Outubro de 1495. Querendo lembrar a efeméride, a Sociedade Histórica da Independência de Portugal, de colaboração com a Câmara Municipal, promoveu a realização de duas conferências, que tiveram lugar no Centro Cultural e de Congressos, em 15 de Dezembro de 1995; uma delas foi proferida pela Dra. Ana Maria Proserpio Leitão e versou o tema da sucessão do referido Monarca. Não esquecemos que o "Senhor D. Jorge", filho bastardo de D. João II, foi educado no Mosteiro de Jesus, com a sua tia e com o humanista Cataldo Sículo.

O Dia Internacional dos Museus também foi comemorado em Aveiro, no dia 18 de Maio. No salão nobre do nosso Museu houve uma sessão solene; não resistimos à tentação de publicar as palavras do Padre Doutor Arménio Alves da Costa. Ao ler este texto, concluímos que a Princesa Santa Joana, dotada de cultura renascentista, como era timbre da Família de Avis, também se distinguia em conhecimentos musicais e tinha prazer no canto litúrgico.

Gaspar Albino, um aveirense sempre devotado a Aveiro, às suas coisas e às suas gentes, mimoseia-nos com um estudo sobre a arte de xávega - essa ocupação milenar no nosso litoral marítimo, cheia de histórias de esperanças, de ansiedades e de dramas. Será uma arte com futuro?...

São certamente cheias de interesse, pelo impacto e pelo sentido que tiveram as respectivas

realizações, as notícias da exposição "Terra Amada", da recriação de uma visita régia, do programa do Feriado Municipal e da apresentação de diversos livros; todavia, não quero deixar de aludir especificamente às homenagens a dois artistas, o Dr. Vasco Branco e o Coronel Cândido Teles. Aveiro muito lhes deve, pelo seu trabalho, capacidade e dedicação.

Cabe-me a obrigação de justamente agradecer a todos os que tornaram possível a publicação do 27º número do *Boletim Municipal de Aveiro*. Bem hajam.

30 de Junho de 1996

A Vereadora do Pelouro da Cultura,

bibRIA *(Dra. Maria da Luz Nolasco)*

O Largo do Cojo, Azenhas e Ilhote

Manuel Barreira

Mestre em História Moderna

História e Progresso, embora pareçam, para muitos, duas realidades incompatíveis, são-no complementares. Progresso é filho da História, mas a História de amanhã é o Progresso de hoje. Como disse Edgar Morin, “os homens fazem a História que os faz a eles”. Embora a História não possa impedir o Progresso, este também não pode desprezar e destruir indiscriminadamente o passado. O presente significa o esforço da realização humana do passado. Desconhecer o passado é não compreender o presente.

Aveiro é uma das cidades que, ao longo dos séculos, mais transformações têm sofrido, quer pelas forças da natureza quer por acção directa do homem. Todos sabemos que a linha da costa, ainda no início da nacionalidade, passava pelo local onde hoje está a cidade e penetrava muito para o interior, dando foz separada aos vários rios da região. E não existia nada das actuais marinhas.

Recuada a costa, lentamente, foi-se formando toda a baía, com as suas ilhas, os seus esteiros e canais. A acção do homem completou essa transformação, criando lenta e esforçadamente, as condições para a formação de uma grande cidade.

Parece ser sina nossa que o camartelo do progresso esteja condenado a destruir o passado. Não é verdade. Nem o passado deve ser estático nem o camartelo totalmente destruidor. Há apenas que conservar, se não em corpo pelo menos em memória, o que de mais representativo existe do esforço humano em cada época, como lição do passado, como compreensão do presente e como guia do futuro - que temos obrigação de criar e que será, por sua vez, o passado para os nossos vindouros.

Poucos conhecem o passado desta cidade, desde o tempo em que não era mais que uma aldeola de pescadores, talvez um castro dos povos neolíticos, até aos nossos dias, passando pelas transformações da costa

marítima, pela edificação das marinhas, pela construção das muralhas, pelo valor da sua marinha mercante nos séculos XV e XVI, pelas crises dos séculos XIV e XVII, pela afirmação do seu nacionalismo em 1580 e do seu desejo de liberdade em 1828. Haveria que editar e divulgar as obras de Rangel de Quadros e Marques Gomes, entre outros. Haveria que reeditar o *Arquivo do Distrito de Aveiro* ou criar obra de divulgação semelhante. Pede-o a memória gloriosa dos antepassados. A juventude das nossas escolas exige-o.

Isto a propósito das profundas modificações que o camartelo do progresso prepara para o centro da cidade, mais concretamente para o largo do Cojo. Ninguém gosta do abandono a que tem sido votado aquele local.

Mas a importância do lugar, como centro da cidade, exige muita atenção no projecto que se lhe destina e na sua concretização. Cremos que isso esteja assegurado. Mas convém reter, para o futuro, pelo menos em memória, o que aquele lugar foi no passado e o que ele representou no progresso da vila e cidade de Aveiro.

O documento mais importante e mais completo que nos fala do Cojo é o Tombo da Casa de Aveiro feito entre 1692 e 1705 e ainda hoje existente no Arquivo da Universidade de Coimbra. O Juiz do Tombo foi o Dr. Faustino de Bastos Monteiro, auxiliado pelo escrivão Manuel da Mota. E o auto de vistoria e medição do Cojo foi feito no dia 17 de Setembro de 1700. Nele se descrevem as casas que o rodeavam, as azenhas e a respectiva caldeira e o ilhote que estava no meio da caldeira.

Não consegui encontrar em qualquer dicionário da época ou contemporâneo o significado de Cojo. Mas, pela terminologia do Tombo pareceu-me querer referir-se a lugar pantanoso ou alagadiço.

O Largo do Cojo tinha um perímetro de 1.509 varas de medir *pano*, de cinco palmos cada vara, isto é,

1.659,90 metros, pois cada vara correspondia a 1,10 metros. Na sua maior parte, do Norte e Nascente, era ladeado pelo aqueduto que trazia a água da nascente da Forca até à Fonte dos Arcos, junto da ponte da Ribeira. Esta fonte está hoje ao lado da Caixa Geral de Depósitos mas esteve, desde a sua construção no século XVI e até 1932, no primeiro arco da arcada da Rua dos Mercadores. A partir da ponte da Ribeira para Nascente o esteiro já não tinha muro, espalhando-se, pelo lado Norte, até aos arcos do aqueduto e às casas que lhe ficavam juntas. O aqueduto, de jusante para montante, atravessava a rua do Cojo de Além (actual rua de José Estêvão), passava pelo local onde hoje estão as casas de comércio da rua Viana do Castelo até ao Oculista Vieira. Na Casa Pegueto ainda se podem ver restos de dois desses arcos. Flectia aí à esquerda em ângulo quase recto até às traseiras das casas da rua de Vila Nova (hoje rua de Manuel Firmino) e, dando passagem às travessas dos Ourives e do Rolão (hoje rua do Conselheiro Luís de Magalhães) passavam nas traseiras dos quintais das casas do Seixal até à actual rua do Dr. Alberto Souto. Daí flectia à direita até, sensivelmente, ao local onde hoje está a entrada principal da Feira de Março. Este trecho do aqueduto acompanhava sempre as margens do Cojo na distância, medida pelos louvados, de 720 varas, isto é, 792 metros. O Cojo terminava aí, na foz da ribeira de Vilar. O aqueduto continuava até à mãe-d'água da Forca, recentemente destruída para a urbanização daquele bairro.

Na foz da ribeira, a Sul, ficava a quinta de Miraflores e um tanque de peixes, propriedade da família Maia da Gama e, caminhando a Poente, a horta de Simão Leal de Góis, no comprimento de 156 varas, seguindo-se as hortas dos Frades de S. Domingos, de Domingos Lopes Tareso e a quinta e armazéns de João Monteiro, num total, até à parede das azenhas, de 633 varas, em forma de meia-lua.

O Cojo d'Além compreendia, na forma de um triângulo, um pequeno grupo de trinta casas entre o esteiro, a rua do Cojo e a rua dos Fornos, hoje o pequeno trecho da rua de José Estêvão até à travessa da Caixa Económica. Chamava-se rua dos Fornos porque aí estavam três fornos de oleiros. As casas eram pequenas, de frontaria de duas, três ou quatro varas. Apenas uma de doze varas.

O Cojo d'Aquém, assim denominado em relação com o centro político da vila as casas do Senado da

Câmara, eram as casas localizadas na margem sul do Cojo, local onde hoje está o parque de estacionamento e para onde se projecta o Centro Comercial. Estava fora das muralhas da cidade, que corriam pela margem da rua da Corredoura (actual rua do Batalhão de Caçadores 10).

As casas estavam ao longo de duas ruas: uma que partia da ponte e porta da Ribeira já fora da muralha e seguia, ao longo do esteiro do Cojo, para a Fonte Nova. Esta fonte, ainda hoje existente, ficava junto das actuais escadinhas que sobem da Avenida 5 de Outubro para a rua Jaime Moniz, nas proximidades da *Ponte de Pau*. A outra rua, fazendo cruz com a anterior, vinha das Escadas do Muro e ia terminar na praia do esteiro. As escadas estavam ligadas a um postigo na muralha, mesmo por detrás da Misericórdia.

Neste pequeno grupo de casas, no total de 41, viviam, junto do esteiro, quatro tanoeiros e dois ferreiros, o que nos leva a supor a existência aí de estaleiros de construção naval.

Também aí ficava a quinta agrícola e os armazéns de João Monteiro, um rico comerciante de Aveiro seiscentista.

Porém, esta zona teve muitas mudanças nos séculos seguintes. Referiremos só que a rua acima descrita se chamou no século XIX rua da Fábrica por aqui se localizar a fábrica de louça branca de José Rodrigues Branco de Melo e Sampaio, fundada em 1775. Teve uma produção digna de registo e chegou mesmo a receber privilégios reais, concedidos por D. Maria I. Em 1860 esta fábrica foi adquirida por Pedro António Marques, mais conhecido por Pedro Serrano, produtor e grande artista de imagens de santos e outros objectos de olaria e que a explorou até 1886¹.

Nos finais do séc. XIX, várias unidades industriais se instalaram na zona a sul do Cojo, perto da *Ponte de Pau*, nomeadamente uma fábrica de vidros, a fábrica de azulejos da Fonte Nova, a da família Aleluia e a de Jerónimo Pereira Campos².

As Azenhas do Cojo - um moinho de maré que pertenceu ao Infante D. Pedro

O edifício hoje denominado a Capitania tem uma longa e variadíssima história. Começou por ser umas azenhas ou moinho de maré edificado em 1406 por Álvaro Gonçalves, escrivão da Câmara de D. João 1.

Por um documento da Chancelaria daquele Rei, de 8 de Janeiro de 1406, sabemos que foi autorizado aquele nobre a fazer em Aveiro umas moendas “no esteiro do mar que entra pela ponte do dito lugar, acima da dita ponte, que moesse com água do mar”³.

Foram, depois, do Infante D. Pedro, filho de D. João I, e que foi duque de Coimbra e senhor de Aveiro. D. Pedro viveu longos períodos em Aveiro, dinamizou e dirigiu a construção das muralhas, reformou a Igreja de S. Miguel, promoveu a construção do Mosteiro de S. Domingos, dinamizou a produção de sal. Depois da batalha de Alfarrobeira, onde morreu, os seus bens foram doados aos apoiantes de Afonso V e as casas e azenhas que pertenciam ao Infante D. Pedro⁴, em Aveiro, foram entregues ao Conde de Odemira. Assim diz o documento de 6 de Julho de 1449, de D. Afonso V: “[...] E haja de nós daqui em diante em dias de sua vida as azenhas que são no rio que vai por junto da vila de Aveiro que moem com água do mar que foram do Infante Dom Pedro [...]”⁵.

As azenhas estiveram, daí para diante, sempre mais ou menos ligadas ao senhorio da vila, embora quase sempre aforadas a nobres ou burgueses que delas tiravam bons proventos. Em 1497 estavam na posse, por aforamento, de Gonçalo Tavares⁶. Mas em 1500 pertenciam já a D. Margarida Neto, esposa de Gaspar Coelho. Foi depois herdada pelos seus descendentes D. Leonor de Oliveira Barreto e Mateus Fernandes de Oliveira Barreto, este que foi escrivão da Comarca de Esgueira.

Com a expansão ultramarina, e à semelhança de toda a agricultura e de outras actividades produtivas, as azenhas do Cojo perderam o seu valor e entraram em ruína. Em 1700 estavam na posse de António de Távora Noronha e Leme, fidalgo da Casa de Sua Majestade e morador na cidade do Porto. Os seus parentes anteriores proprietários, como expressamente refere o Tombo, haviam deixado que a caldeira se entulhasse e que a casa da azenha se destelhasse e as madeiras tivessem caído de podres. Só restavam as paredes, sem nada da azenha. A casa da azenha tinha de comprimento, de Norte a Sul, 24 varas; de largura, de Nascente a Poente, 6 varas e um palmo. Confrontava, sempre segundo o Tombo, do Norte com o Aqueduto, do Nascente com uma ponte que serve a casa e com a caldeira, do Sul com a rua do Postigo que vai para S. Miguel (o postigo nas muralhas, por detrás da Misericórdia), e do Poente com a maré e ponte da Ribeira.

O Juiz do Tombo, verificando que as azenhas não estavam a produzir rendimentos, enviou uma precatória ao proprietário para que limpasse a caldeira, reparasse a casa e pusesse a azenha a funcionar, tudo à sua custa.

No entanto, como os louvados que acompanhavam o Juiz do Tombo tivessem verificado que demoraria três anos a fazer a limpeza da caldeira, pois só se poderia trabalhar de Verão, foi decidido diminuir o foro que se pagava à Casa de Aveiro, de 1.500 réis para 1.200 réis, pelos muitos custos que a obra iria exigir.

O edifício era de um só andar, com janelas para o poente, e assente sobre os arcos por onde passava a água que, no fluxo e refluxo das marés, fazia mover as mós.

Mas não se sabe se foi efectuado o restauro. Durante 150 anos nada mais se sabe das azenhas do Cojo. Em 1830 o edifício foi, de novo, reconstruído, como azenhas, por José Ferreira Pinto Basto. Mas, ou porque a caldeira não foi suficientemente aprofundada ou porque o canal estivesse já demasiado assoreado, as azenhas não funcionaram com o rendimento esperado. E, em 1856, era já um depósito dos produtos das minas do Braçal e do Palhal. Em 1865 servia de armazém de encaixotamento de laranjas a exportar para Inglaterra. No ano seguinte e até 1875 passou a ser a composição e tipografia do jornal o *Distrito de Aveiro*.

Estava a chegar a industrialização. A máquina a vapor era a última palavra em força motriz. E Pinto Basto, um dos pioneiros da Indústria em Portugal, resolveu utilizar a casa para umas moagens a vapor. Em 1880 o Dr. José Francisco Lourenço de Almeida Medeiros, conhecido pelo *Almeidinha*, funda uma sociedade para exploração das moagens. A máquina tinha a potência de 80 cavalos-vapor e fazia mover dois moinhos, moendo por hora 14 alqueires de milho. Também podia descascar arroz. Mas também não durou muitos anos, por má administração, e as máquinas a vapor foram vendidas a uma moagem de Aradas.

Passando ainda por uma tanoaria, o edifício foi, finalmente, sujeito a grandes obras de remodelação para uma traça muito próxima da actual e, em 11 de Agosto de 1894, abriu as portas como Escola Industrial Fernando Caldeira⁷.

O Ilhote do Cojo

“No meio da caldeira está um ilhote que dá pão, que é dos herdeiros de João da Maia da Gama, e se fez em

algum tempo que se limpou a dita caldeira e que leva de sementeira sete ou oito alqueires de pão. Medido em redondo tem 333 varas; medido no meio, por junto, de baixo ao poente, que é o mais largo, desde o muro da quinta de João Monteiro (da banda do sul) até ao cair dos arcos tem de largo 118 varas." Assim descreve o Foral.

Este ilhote foi sempre e até 1891 utilizado para agricultura. Só naquele ano apareceram duas propostas de urbanização: uma dos respectivos proprietários, Manuel Justino e esposa, Joana de Jesus Estrela. Ele ourives, natural de Aveiro e ambos residentes na cidade do Porto. Propuseram à Câmara a construção de um Mercado Central, mediante determinadas condições. A segunda proposta foi de um numeroso grupo de cidadãos que pediam à Câmara a expropriação dos terrenos aráveis do Ilhote para aí se promover a construção de uma futura Estação Central que ligasse directamente a Ria com os Caminhos de Ferro, quer em ligação com a linha do Norte, quer como término da linha do Vale do Vouga.

Falar-se em transportes, em Aveiro oitocentista ou anterior, era falar-se da Ria e dos seus canais. Transportes terrestres só a pé, de cavalo ou burro, ou em carroças de cavalo, burro ou boi. Não havia estradas mas só caminhos que ficavam lamaçais intransitáveis no Inverno. Era de barco que se ia para o Porto, via Ovar. Igualmente para Mira, Águeda ou Pessegueiro do Vouga. De igual modo para Lisboa. Por barco se transportavam o sal e os passageiros, a pedra das muralhas e a lenha para a lareira, o peixe e os produtos da olaria. Por isso, se prolongou o esteiro das azenhas, pela ribeira de Vilar, até à fábrica de Jerónimo Pereira Campos.

Quando se inaugurou a linha do Norte e a estação de Aveiro, lá muito longe, fora da cidade, surgiu o problema: como a ligar à cidade? O Caminho de Ferro surgiu com imensas potencialidades económicas para a exportação não só de sal e peixe mas igualmente de olaria, madeiras e de produtos agrícolas de que a região era rica. Mas havia que ligar a linha à ria.

Em Outubro de 1873 foi apresentada à vereação da Câmara uma proposta de construção de uma linha férrea de sistema americano (*tramway*), isto é, uma carruagem, puxada por cavalos ou bois, que rodava sobre dois carris, e que ligaria a estação dos Caminhos de Ferro com o cais. Poderia usar carruagens de transporte de passageiros ou de mercadorias.

Poucos meses depois foi apresentada uma segunda proposta, do mesmo género. Perante estas duas ofertas, a Câmara foi muito rápida em decidir e aceitou a proposta que melhores condições apresentava. Mas o autor da proposta vencedora resolveu trespassar os seus direitos. E nada se fez ⁸.

Porém, a ideia de ligação ficou. E foi construída uma rua directa do cais criado próximo da *Ponte de Pau* até à Estação e que ficou conhecida como a rua do americano ⁹. O sal, o peixe e os outros produtos da Ria ou do mar vinham até aí de barco e eram transbordados para carros de bois que os levavam depois até às carruagens dos comboios. Claro que isto era moroso, dispendioso e incómodo. Por isso a proposta de uma Estação Central no ilhote, aproveitando a construção da linha do Vale do Vouga e com ligação à linha do Norte, foi bem aceite e teve 163 assinaturas dos mais ilustres representantes da burguesia aveirense.

O concessionário da linha do Vale do Vouga teve outras ideias. Surgiu a República. Deflagrou a 1ª guerra mundial. Construiu-se o ramal de S. Roque. E o ilhote do Cojo foi urbanizado pela Câmara como Mercado Municipal.

NOTAS:

¹ Amaro Neves, *Barristas Aveirenses*, FEDRAVE, Aveiro, 1992.

² Manuel Ferreira Rodrigues, "A Indústria Cerâmica em Aveiro (Final do Séc. XIX - Início do Sec. XX). Contribuição para o seu estudo", *Revista Portuguesa de História*, t. XXV, Coimbra, 1990, pp. 163-167.

³ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (A.N.T.T.), *Chancelaria de D. João I*, Livro 3, fl. 52v.

⁴ Idem, *ibidem*, já referido por Maria João V. B. M. da Silva, *Aveiro Medieval*, Câmara Municipal de Aveiro, 1991, pág. 74.

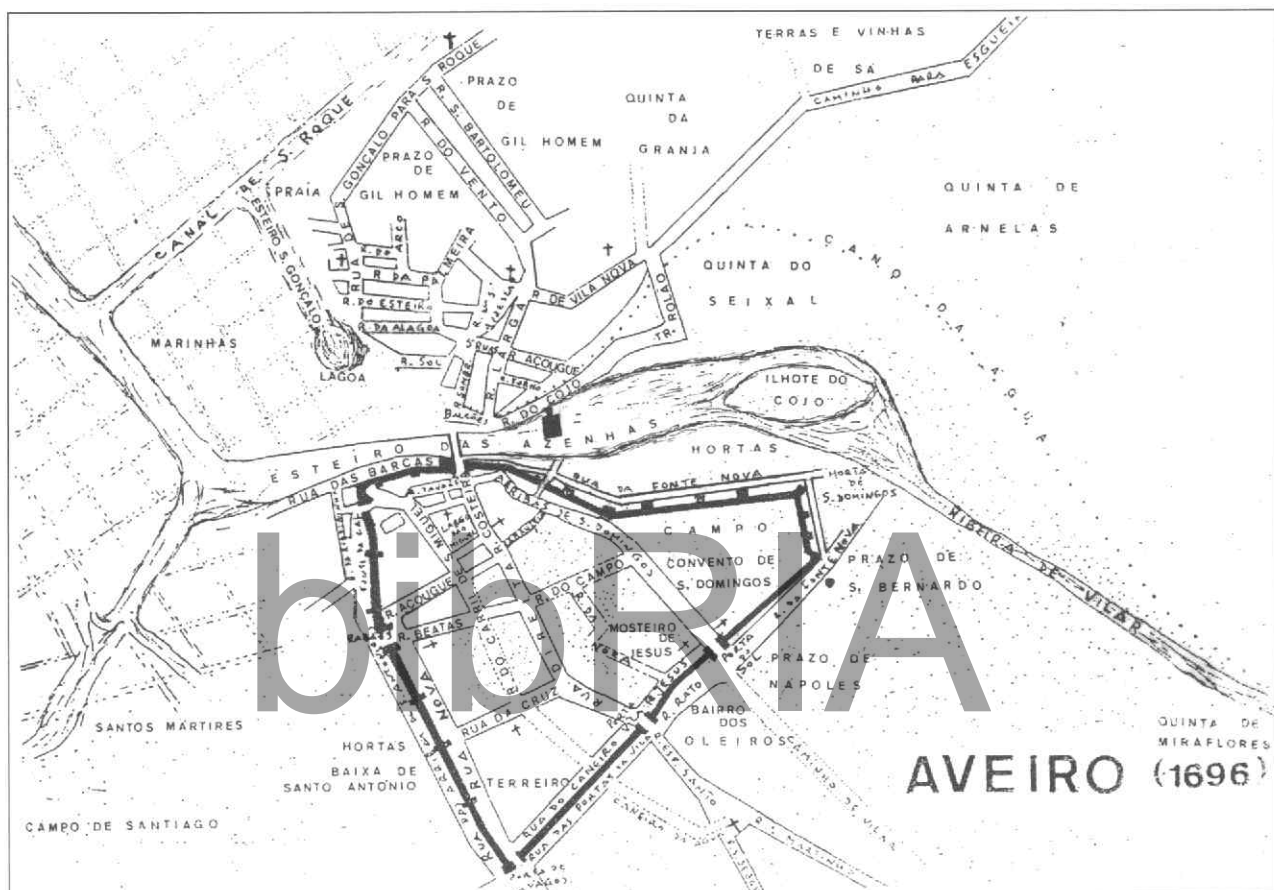
⁵ *Milenário de Aveiro-Colecção de Documentos Históricos (CDH)*, I, pág. 205.

⁶ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel*, Livro 31, fl. 43, também referido por Maria João V.B.M. da Silva, *ob. cit.*, pág. 108.

⁷ Toda a informação sobre o edifício das azenhas e moagem do Cojo depois de 1830 é retirada dos *Manuscritos* de Rangel de Quadros.

⁸ Fausto de Matos Melo Ferreira, "O Americano", (?)

⁹ Hoje Rua do Comandante Rocha e Cunha.



PLANTA DE AVEIRO

Aqui se indica o Esteiro das Azenhas e o Ilhote do Cojo; salientando-se no canal, encontra-se o edifício do moinho de maré.

Biblioteca Municipal

secção infanto-juvenil

Aqui poderás encontrar os livros da tua preferência procurando directamente nas estantes. Seguindo os assuntos abaixo descritos:

- 0 - Dicionários, Enciclopédias
- 1 - Pensar, imaginar - Filosofia
- 2 - Praticar uma religião - Religião
- 3 - Viver em conjunto - Ciências Sociais
- 5 - Observar a natureza - Ciências Exactas
- 6 - Fabricar - Ciências Aplicadas
- 7 - Criar, divertir - Artes, Jogos e Desporto
- 8 - Leitura - Contos, Romance, Poesia
- 9 - Observar o mundo, viagem ao Passado - Geografia, História
- BD** - Banda desenhada
- I** - Livros de Imagens

secção infanto-juvenil

- Poderás sentar-te a ler sozinho
- Brincar com as histórias e com os teus amigos
- Requisitar 3 livros para leres em casa, durante 15 dias
- Pintar, participando nos ateliers de expressão visual
- Assistir à representação de Fantoques

Secção de Audio-Video

- Poderás ouvir a tua música preferida
- Visionar filmes didácticos para os teus trabalhos escolares
- Filmes de ficção
- Filmes de animação infantil

O problema da sucessão de D. João II visto através da sua política externa

Ana Maria Proserpio Leitão *

Mestre em História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa

Esta conferência foi produzida em 15 de Dezembro de 1995, no Centro Cultural e de Congressos de Aveiro, em comemoração do 5º Centenário da Morte de El-Rei D. João II, irmão de Santa Joana. A iniciativa pertenceu à Sociedade Histórica da Independência de Portugal, de colaboração com a Câmara Municipal de Aveiro. Uma outra conferência, proferida pelo Dr. Paulo Jorge Sousa Pinto, versou o tema "O Projecto Imperial de D. João II".

Nos últimos anos do seu reinado, D. João II vai dar uma especial atenção ao problema da sua sucessão visto o seu único descendente legítimo, o infante D. Afonso, ter falecido numa queda de cavalo ¹.

Segundo a lei que regia a sucessão da coroa (e que vinha do costume radicado no reino de Leão e aceite entre nós desde D. Afonso Henriques) a transmissão da coroa fazia-se segundo a ordem da primogenitura. Na falta do filho mais velho passava a coroa para os outros filhos varões pela ordem de nascimento. Na falta de descendência masculina legítima, poderiam ser chamadas as filhas, também por ordem de idades. Não havendo descendência, cabia a herança aos irmãos do rei.

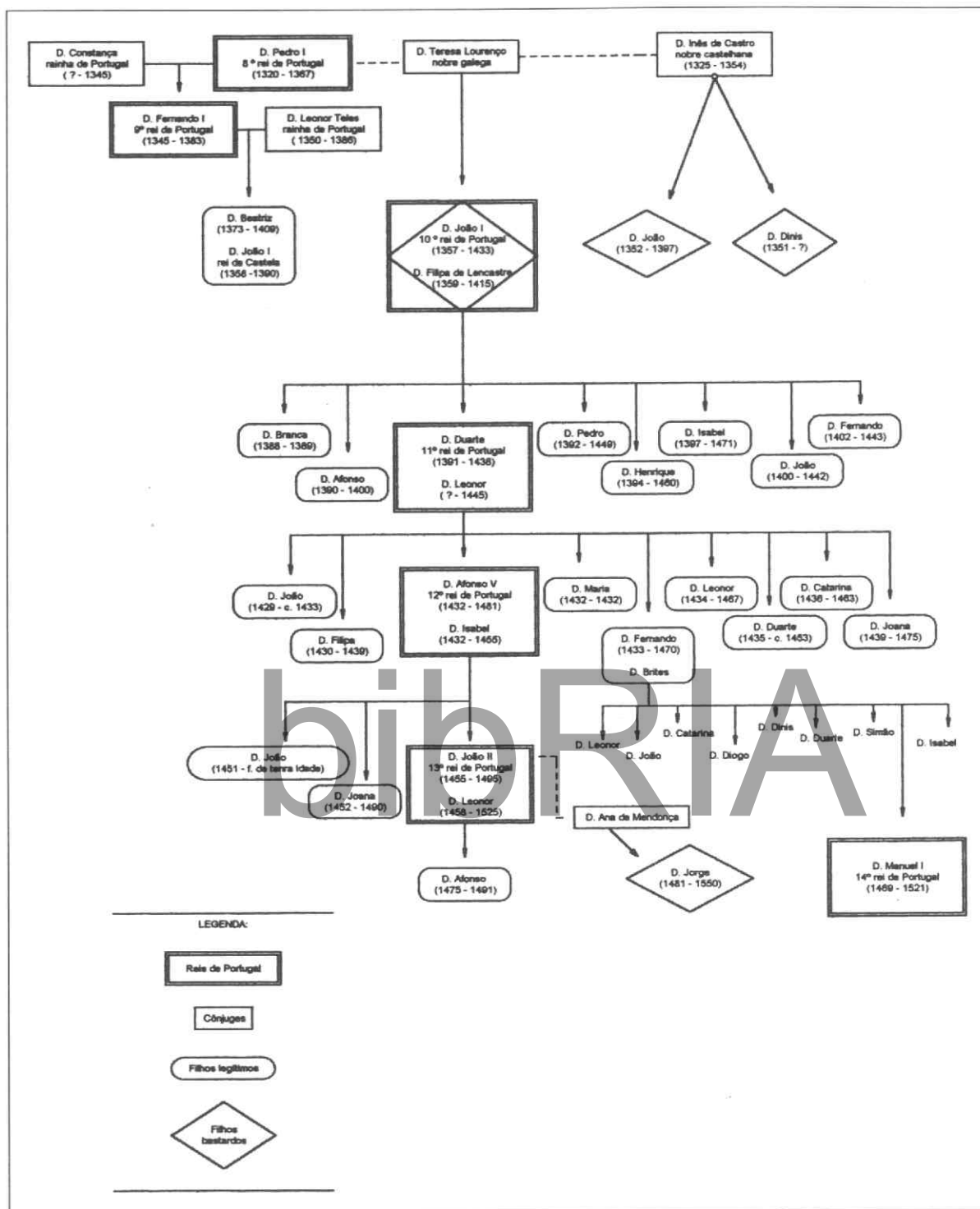
Mas no caso não havia descendência legítima (quer masculina, quer feminina), nem irmãos do rei, pois o infante D. João morreu ainda criança e a irmã D. Joana tinha falecido em 1490, ou seja, um ano antes da queda do cavalo do infante D. Afonso (veja-se genealogia adjacente). Como tal, houve que recuar e procurar entre os filhos dos irmãos do falecido rei D. Afonso V. Assim surge D. Manuel, filho de D. Fernando que por sua vez era irmão de

D. Afonso V. Era, pois um neto do rei D. Duarte.

D. João II vai, no entanto, manifestar a vontade de habilitar ao trono o seu filho bastardo, o senhor D. Jorge. Este desejo não foi bem aceite na época. Não porque fosse invulgar aos reis terem filhos bastardos. A quantificação da árvore genealógica dos reis portugueses até D. João II é bem reveladora desse facto (veja-se gráfico adjacente). Apenas dois reis entre os treze não tiveram filhos ilegítimos (D. Afonso IV e D. Afonso V), chegando a haver reis com mais filhos bastardos do que legítimos (foi o caso de D. Dinis) ou a ostentar a módica quantia de oito filhos bastardos (Sancho I). Já o mesmo se não pode dizer da ascensão de um bastardo ao trono. Desde o início da história do nosso país até à época de D. João II houve apenas um caso de um filho ilegítimo ter ascendido ao trono português. Estamos-nos a referir a D. João I, o célebre mestre de Avis que, após atribulada e bem sucedida revolução (mais conhecida pela crise de 1383-85), deu início à segunda dinastia. No entanto, a sua eleição para rei foi conseguida após nas cortes se ter declarado o trono vago. Ou seja, o mestre de Avis obteve a coroa não pelo seu "defeito de nascimento" ², mas porque na ausência de herdeiros legítimos do reino havia que eleger alguém digno de empu-



El-Rei D. João II e a rainha D. Leonor, segundo uma gravura em madeira da Vita Christi (1495)



nhar o ceptro (João das Regras teve no seu discurso que demonstrar que nenhum dos pretendentes tinha na realidade direitos ao trono)³.

Havia pois que da parte de D. João II, se queria realmente colocar o seu filho bastardo no trono e não desencadear graves divergências internas e externas, enveredar por várias manobras diplomáticas.

A primeira medida que tomou após a morte do infante D. Afonso foi retirar o filho bastardo da corte

para "tirar paixão à rainha sua mulher com a vista do Senhor D. Jorge, lembrando-lhe a morte do príncipe seu filho,"⁴ segundo Garcia de Resende. Este tinha ido para lá aquando da morte da irmã do rei, D. Joana, em 1490⁵. Até lá tinha sido criado por ela no Mosteiro de Jesus de Aveiro. Esta primeira atitude do rei deve ser entendida mais no sentido de salvaguardar o próprio D. Jorge do que a rainha. Passado um ano sobre o sucedido, D. João II consegue da parte do Papa a concessão

para D. Jorge dos mestrados e respectivo governo das Ordens de Santiago e de Avis. Estes tinham pertencido ao falecido príncipe D. Afonso!

Perante isto, a rainha D. Leonor, que começou a aperceber-se dos intentos do rei (o de colocar no trono o seu filho bastardo em vez do seu irmão D. Manuel a quem de direito pertencia), passou a liderar abertamente a facção dos partidários de D. Manuel. Do seu lado tinha todos os adeptos das famílias que foram prejudicadas na acção governativa de D. João II. Os diferendos que daí advieram entre D. Leonor e D. João II inspiraram particularmente os cronistas da época e depois parte da nossa historiografia ⁶.

D. João II decidiu, dada a oposição interna, procurar apoios no estrangeiro. O Vaticano foi um dos primeiros Estados visados pela influência que a Santa Sé ainda detinha no seio da política europeia ⁷. A concessão pela Santa Sé (através do papa Inocêncio VIII) dos mestrados tinha sido um bom prenúncio para a aceitação futura de D. Jorge. Mas havia que conseguir a legitimação propriamente dita. Assim, como medida de pressão, D. João II aceitou a vinda de judeus para Portugal (aquando da sua expulsão de Castela) por um período de oito meses (medida claramente contrária aos desejos da Santa Sé). Estes meses seriam, segundo a historiadora Manuela Mendonça, “...como que um prazo dado pelo monarca português ao Santo Padre: conseguida a legitimação de D. Jorge, os judeus saíam do reino...” ⁸. Mas a meio de todas estas manobras (a obtenção dos mestrados para D. Jorge e a questão dos judeus), Inocêncio VIII morre. Novo papa, e D. João II é obrigado a empreender novas negociações na legitimação do seu filho.

Este novo papa vinha da vizinha Espanha, sendo portanto de esperar que fizesse uma política favorável aos Reis Católicos. Muito embora a relação de Portugal com o reino vizinho tivesse melhorado substancialmente com a subida ao trono de D. João II, ⁹ ainda permaneciam alguns entraves como era o caso do traçado da fronteira na região alentejana e da continuação das usurpações castelhanas na costa ocidental de África. A viagem de Colombo em 1492 reacendeu a tensão, despoletando um acréscimo substancial de embaixadas em ambos os reinos. Da parte espanhola era solicitado que D. João II proclamasse a proibição de irem navios às terras encontradas por Colombo. Como resposta, os portugueses requeriam que a linha ao norte das Canárias, estabelecida pelo Tratado das Alcáçovas, fosse respeitada. D. João II chegou mesmo a organizar uma frota (sob o comando de D. Francisco de Almeida) com o fim de tomar posse das novas terras descobertas por Colombo, acabando por atrasar os preparativos na expectativa de ver como as coisas se desenrolavam.

Entretanto, tinha ido um navio particular de origem portuguesa para Oeste e D. João II mandou três caravelas em sua perseguição. Esta medida foi vista com maus olhos pelos Reis Católicos que consideraram que tudo não passara de subterfúgios para o rei português colocar quatro barcos na rota de Colombo.

A juntar a estas questões vinha a legitimação de D. Jorge. Esta, em vez de ser motivo de apaziguamento entre os reinos, irá pelo contrário ampliar ainda mais as discordâncias, pois os Reis Católicos eram favoráveis a D. Manuel. Posição que se explica em primeiro lugar pelos parentescos: com a subida ao trono de D. Manuel era de prever a reabilitação da Casa de Bragança (os parentes mais chegados dos Reis Católicos), dado o estreito parentesco dessa casa com a de Viseu e a solidariedade entre as duas famílias perseguidas. Suspeitas que no futuro se vão concretizar, pois D. Manuel irá, quando rei, autorizar a entrada no reino aos filhos do Duque, reorganizando-se assim a Casa de Bragança. Um outro motivo que levava os Reis Católicos a preterirem D. Jorge era a crença de que D. Manuel (dada a sua linhagem) retomasse a política de D. Afonso V, privilegiando a nobreza e descurando a centralização do poder. Era particularmente gratificante para os Reis Católicos, se o reino vizinho voltasse a ter uma monarquia mais enfraquecida e logo menos ameaçadora. Como mais à frente iremos ver, neste último caso, as expectativas dos Reis Católicos vão-se gorar, pois D. Manuel terá a preocupação de manter e até mesmo desenvolver o poder régio em detrimento da nobreza.

Perante tudo isto, era de esperar que o novo papa, Alexandre VI, pró-castelhano, tomasse medidas favoráveis para com aquele reino, não só no que se relacionasse com as novas terras descobertas por Colombo ¹¹ como na questão da legitimação de D. Jorge. Ciente destas tendências, D. João II tentou contornar o problema através de algumas manobras diplomáticas, que o historiador Jean Aubin tão bem conseguiu destrinçar na análise que fez sobre o problema ¹².

Em 1492, ano em que Alexandre VI assumiu as suas funções, e nos primeiros meses do ano seguinte, assistiu-se ao desfile habitual das embaixadas das principais potências da cristandade a dar ao novo papa a sua oração de obediência. Esta prática, que remonta pelo menos ao pontificado de Clemente VI (1342) e que indicia por sua vez o peso considerável que o papado ainda tinha no jogo internacional de poderes, não foi logo seguida por D. João II. A oração de obediência do rei de Portugal terá sido lida apenas em 1495. Ou seja, três anos depois das outras. Indo às fontes, no caso a própria Oração, os embaixadores deram como causas para o atraso primeiramente: “...a peste e da segunda

vez por um naufrágio ...”¹³ Teriam sido apenas esses os motivos que levaram a tal demora? Tendo em conta o que já disse acima, não se trataria antes de uma manobra para pressionar o novo papa? Pela ordem dada por Fernando, o Católico, a autorizar a passagem da embaixada portuguesa pelos seus territórios, podemos determinar que esta passou por Espanha apenas em Maio de 1494. Parece por mais evidente para citar Jean Aubin, “... a pouca pressa de D. João II”¹⁴. Não obstante o atraso, a embaixada não vai seguir directamente para Roma, fazendo uma paragem prolongada na cidade italiana de Siena. Paragem essa que se deveu, segundo os cronistas Garcia de Resende e Rui de Pina, a estarem à espera da entrada do rei de França em Itália¹⁵. A que se deve esta espera pela França? Ao que parece, Carlos VIII era favorável aos desejos sucessórios protagonizados por D. João II. Este último, que precisava de chegar junto do papa com o maior número de trunfos na mão para assim superar, nem que momentaneamente, os interesses dos Reis Católicos, aliou-se então à França. Segundo uma fonte italiana, da autoria de Marino Sanudo, o embaixador português, D. Pedro da Silva “... fez saber que só iria a Roma se o pontífice legitimasse o filho natural do seu rei, a fim de ele poder herdar o reino...”¹⁶. No entanto, outros interesses se levantaram; e a celebração de um tratado entre a França e os Reis Católicos enfraqueceu de novo a posição de D. João II junto do papa. A somar a isto, andava pela Santa Sé um cardeal português que, devido a divergências com D. João II, não se poupou a esforços para fazer abortar o projecto joanino. Como nos refere uma outra fonte, desta vez de origem portuguesa, intitulada “Ditos Portugueses Dignos de Memória”:

“... D. Jorge da Costa, a quem chamaram o cardeal de Alpedrinha, sendo filho de almocreve, fora tão venturoso que subira a cardeal de Portugal; e, por certas palavras que lhe disse el-rei D. João o 2º, sendo príncipe, se foi para Roma, onde veio a valer tanto que pôde impedir e estorvar as letras que el-rei mandou lá buscar para legitimar ao mestre de Sant'Iago, seu filho, e lhe deixar o reino...”¹⁷.

Perante tantos obstáculos, D. João II optou por mandar pronunciar a Oração de Obediência no ano de 1495 (em data que ainda resta estabelecer), sem ter conseguido os seus intentos.

Voltemos agora a Castela. Sabendo que os Reis Católicos não desejavam a legitimação de D. Jorge, será que nada fizeram para além da influência junto da Santa Sé? O assunto era demasiadamente importante para ficar esquecido. Assim será mesmo discutido em Tordesilhas, como nos testemunha o cronista espanhol

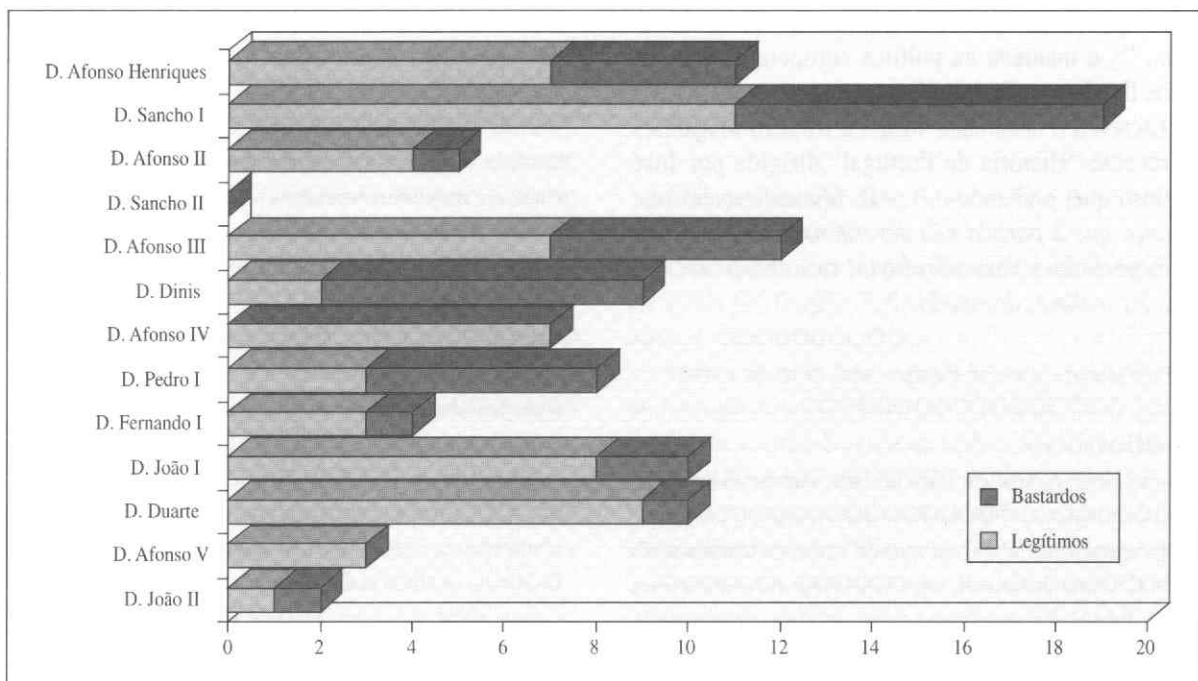
Jerónimo de Zurita nos seus Anais de Aragão, mais precisamente no tomo V que concerne a “História del Rey Don Hernando el Catholico”. Segundo ele, “... o rei D. João II insistia em querer interditar ao rei (católico) a descoberta que havia começado Colombo para tirar algum partido no caso de D. Jorge no tocante à sucessão...”¹⁸.

Não teve, no entanto, o impacto desejado não constando das actas do Tratado de Tordesilhas. A resposta era antes dada pelos Reis Católicos fora da mesa das negociações pelas mãos de dois dominicanos que propositadamente vieram a Portugal para se encontrar com o rei. Os frades Diego de Madaleno e António de la Pena viajaram até Setúbal (aonde se encontrava o rei) para aconselhar D. João II da parte dos Reis Católicos. Salientando antes demais que, e citando o próprio relato, “... o grande amor que as reais majestades (Fernando e Isabel) lhe demonstravam neste aviso...”¹⁹ vão aconselhá-lo a não tomar D. Jorge como herdeiro pois seria “.. grande ofensa a Deus, escândalo de toda a cristandade e prejuízo a terceiros...”²⁰.

Mais tarde, e a comprovar que D. João II se mantinha fiel aos seus ideais continuando a sua luta pela legitimação de D. Jorge, somos de novo informados pelo cronista espanhol Jerónimo Zurita que o Rei Católico alertou o infante D. Juan para o caso da sucessão de Portugal pois, e citando a crónica, “... neste tempo ainda o rei de Portugal trabalhava e insistia de todo o seu poder em deixar a sua sucessão a D. Jorge seu filho...”²¹. Decorria o ano de 1494.

Esse ano foi também importante em termos diplomáticos nas relações luso-germânicas, tendo-se celebrado um tratado de paz e cooperação entre D. João II e o imperador Maximiliano I. Esta consonância de interesses poderiam levar a crer que por este lado D. João II conseguiria finalmente o tão ambicionado apoio na legitimação de D. Jorge. Mas também aqui não teve eco o seu desejo, devendo-se a isso o estreito parentesco que existia entre o imperador e D. João II: a mãe de Maximiliano era uma irmã de D. Afonso V (pai de D. João II), o que fazia com que Maximiliano fosse primo direito de D. João II e portanto um herdeiro (ainda que afastado) do trono português. Sendo assim, Maximiliano não tinha interesse em legitimar um filho bastardo de D. João II.

Entretanto, o estado de saúde de D. João II foi-se agravando. O curto espaço de tempo de que dispunha, aliado à forte oposição tanto a nível interno (liderada pela rainha D. Leonor²²) como externo (em que a vizinha Espanha teve um papel particular), terá levado o rei a optar por deixar o trono em testamento a D. Manuel,



salvaguardando assim o reino de possíveis guerras internas e externas.

Esta desistência não invalida, no entanto, o excepcional trabalho de diplomacia elaborado por D. João II²³. O problema da sucessão enquadra-se perfeitamente na afirmação expressa por Borges de Macedo num seu trabalho sobre geopolítica em que considera “... D. João II a expressão superior da diplomacia de força e equilíbrio peninsular, assente numa poderosa base atlântica de apoio...”.²⁴ Foram vários os trunfos que usou nos últimos anos da sua vida no sentido de fazer ascender o seu filho ao trono, contando-se entre eles a sua “base atlântica”. A legitimação de D. Jorge esteve muitas vezes presente nas movimentações diplomáticas da “partilha do mundo”.

E nem mesmo aquando da feitura do seu testamento, em 29 de Setembro de 1495, em que D. João II deu D. Manuel como seu “... verdadeiro herdeiro e sucessor...”²⁵, D. Jorge foi esquecido. Tendo-lhe feito doações de terras e títulos nobiliárquicos, como a cidade de Coimbra e seu ducado, a vila de Montemor-o-Velho com todo o seu senhorio, entre outros, pediu também para seu filho o mestrado de Cristo (a juntar assim aos de Santiago e de Avis). E, como que numa última tentativa para conseguir fazer de seu filho um rei de Portugal, não desistindo da ideia, solicitou no testamento que D. Manuel o fizesse seu herdeiro no caso de não ter filhos.

“... Outrossim ao dicto duque meu muito amado e prezado primo rogo mando e encomendo pelo muito amor que lhe sempre tive e muitas boas obras que de mim têm recibidas que ao dicto D. Jorge meu muito

amado e prezado filho receba por seu filho. Em tal guisa que não lhe dando Nosso Senhor filhos lédimos que hajam de suceder a estes meus reinos e senhorios ele fique seu herdeiro e o faça jurar e dar as obediências e menagens e mandar fazer as escrituras que cumprirem com aquelas clausulas e solenidades que para tal acto se requerem e lhe encomendo muito o dicto meu filho...”²⁶

Para, mais à frente, fazer um outro pedido que poderia igualmente colocar D. Jorge no poder, desta vez pela via do casamento. Escreveu ele:

“... Outrossim prezando a Nosso Senhor que o dicto duque meu muito amado e prezado primo haja alguma filha ou filhas lhe rogo pelo muito amor que lhe tenho e boas obras que lhe sempre fiz que ele case a maior que tiver com o dicto D. Jorge meu mui amado e prezado filho dando-lhe em casamento aquele dote que é acostumado de se dar a semelhantes pessoas...”²⁷

Era realmente um homem de força. Mesmo quando obrigado a ceder, abriu alguns caminhos, hipóteses remotas é certo, mas que permitiam (caso fossem seguidas) acalentar alguma esperança. No entanto, a maior parte dos pedidos ficaram por realizar²⁸, sendo a figura do “Senhor D. Jorge” muito esquecida na nossa história²⁹.

Mas apesar de todos os esforços de D. João II em não colocar D. Manuel no trono, a verdade é que este se demonstrará um bom seguidor. No política interna reforçou a centralização do poder, dotando-a dos instrumentos legais que permitiram a essa autoridade manifestar-se com maior eficácia. Continuou também o projecto imperial de D. João II, apesar das vozes discor-

dantes que diziam que “... a Índia se não devia descobrir...”³⁰, e manteve na política europeia as grandes linhas fixadas por D. João II.

Escreveu o historiador Joaquim Romero Magalhães na recente “História de Portugal” dirigida por José Mattoso que, e citando-o, “... D. Manuel recebe uma herança que à partida não deveria esperar, e a partir dela, gerindo-a com sabedoria, tornara-se um dos grandes senhores do mundo...”³¹.

NOTAS

¹ Este incidente ocorreu em Julho de 1491, sete meses depois do seu casamento com a filha dos Reis Católicos, durante um passeio junto à margem do rio Tejo na zona de Santarém (**Crónica de D. João II**, Garcia de Resende, cap. CXXXII, pp. 192-200; **Crónica de D. João II**, Rui de Pina, cap. L, pp. 982-988, **Crónica de D. João II**, Cristóvão Rodrigues Acenheiro, pp. 322-323).

² **História do Direito Português**, Marcello Caetano, Lisboa, Ed. Verbo, 1985 p. 450.

³ São vários os argumentos expostos, predominando, no entanto, a inexistência de casamentos legítimos dos pais dos pretendentes, inclusive no caso de D. Beatriz (D. Leonor estava ainda casada com um outro homem aquando do seu matrimónio com o rei D. Fernando).

⁴ **Crónica de D. João II**, Garcia de Resende, cap. CXXXIII, p. 201; **Crónica de D. João II**, Rui de Pina, cap. LI, pp. 988-989.

⁵ A mudança de D. Jorge para junto da corte é descrita na crónica de Garcia de Resende (cap. CXIII). Segundo nos dão a entender as posteriores descrições das crónicas, D. Jorge foi durante todo o período em que viveu junto a seu pai tratado com a distinção de quem era filho do rei, estando sempre junto à família régia nas cerimónias mais importantes. Um apontamento do secretário régio Álvaro Lopes de Chaves informa-nos que D. Jorge estava dispensado de fazer o beija-mão aos nobres mais importantes **Livro de Apontamentos (1438-1489)**, Álvaro Lopes, (intr. e transc. de Anastásia Mestrinho Salgado e Abílio José Salgado), Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1993, p. 153).

⁶ “...O príncipe foi levado à Batalha junto com seu avô. Depois disto el-rei mandou pelo Senhor Dom Jorge, seu filho, que o tinha Dom Diogo de Almeida seu aio, e quisera-o pôr de graça com a rainha com fundamento de o deixar por rei; o qual a rainha, posto que por este caso recebesse muitos agravos de el-rei, nunca em vida de el-rei o quis ver...” (**Crónica de D. João II**, Cristóvão Rodrigues Acenheiro, p. 324). Veja-se também o artigo “D. Leonor e a “Grande Desavença”” de José Manuel Garcia na revista *Oceanos*, nº 18, Junho de 1994, pp. 114-118.

⁷ Não podemos esquecer da influência papal na política internacional da época. Lembre-se, a título de exemplo, o papel do papado no afastamento do trono de Sancho II. É certo que não estamos

propriamente na época áurea da teocracia (doutrina segundo a qual a Igreja tinha a soberania nos assuntos temporais e que se pode situar na Europa em termos latos entre o século X e o XII). No entanto, o carácter teocrático em alguns aspectos da posição pontifícia, como era o caso dos assuntos relativos à sucessão dos reinos, extravasou de sobremaneira o século XIII.

⁸ **D. João II: um percurso humano e político nas origens da modernidade em Portugal**, Manuela Mendonça, Lisboa, Editorial Estampa, 1991, p. 462.

⁹ Aragonês de nascimento, ele havia sido o progenitor da célebre Lucrecia Borgia.

¹⁰ O pai de D. João II, D. Afonso V, foi um dos pretendentes ao trono de Castela por morte de Henrique IV, tendo invadido o reino vizinho no ano de 1475. Esta guerra teve a particularidade de ter sido o “... primeiro conflito europeu que se estendeu a áreas ultramarinas...” (João Paulo Oliveira e Costa, “Afonso V” in **Dicionário de História dos Descobrimentos**, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, vol. I, pp. 25-27), e finalizou com o tratado de Alcáçovas e respectivas terceiras de Moura.

¹¹ Como se pode aferir pela Bula “Inter Caetera” de Maio de 1493 que dividia o mundo em dois hemisférios, o do Oriente para Portugal e o do Ocidente para a Espanha, dando assim um poder muito mais amplo à Espanha, do que o estabelecido em Alcáçovas, 14 anos antes, em que os Reis Católicos, numa vertente peninsular, ficavam apenas com as Canárias e um bocado de terra fronteiriça. Pondo por sua vez em causa a Bula anterior sobre o mesmo assunto, “Romanus Pontifex” de 1454, que dava aos portugueses de um modo geral o monopólio da navegação, conquista, comércio e padroado desde a costa meridional da Guiné até à Índia.

¹² Veja-se o magnífico estudo de Jean Aubin intitulado “D. João II devant sa succession” publicado pelos *Arquivos do Centro Cultural Português*, Paris, vol. 27, 1992, pp. 101-140.

¹³ **Orações de Obediência: séculos XV e XVII**, fasc. 4, p. 17.

¹⁴ “D. João II devant sa succession” in *Arquivos do Centro Cultural Português*, Paris, vol. 27, 1992, p. 126.

¹⁵ “...E porém antes de darem a dita obediência estiveram por aviso del rei na cidade de Siena muitos dias, esperando pela entrada del Rei Carlos de França em Itália...” (**Crónica de D. João II**, Garcia de Resende, cap. CLXIII, p. 240; **Crónica de D. João II**, Rui de Pina, cap. LXV, pp. 1013-1016).

¹⁶ “D. João II devant sa succession”, Jean Aubin in *Arquivos do Centro Cultural Português*, Paris, vol. 27, 1992, p. 127.

¹⁷ **Ditos Portugueses Dignos de Memória**, ed. crít. de José Hermano Saraiva, Lisboa, Publicações Europa-América, s. d., p. 424.

¹⁸ Citado por Jean Aubin no seu artigo “D. João II devant sa succession”, p. 110.

¹⁹ Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos, (ed. de Antonio de la Torre e Luis Suárez Fernandez), Valladolid, 1960, vol. 2, pp. 412-420.

²⁰ Idem, *ibidem*.

²¹ Citado por Jean Aubin no seu artigo "D. João devant sa succession", p. 111.

²² Veja-se sobre a importância desta atitude de D. Leonor o artigo de Jorge Borges de Macedo "Mulheres e Política no século XV Português" in *Oceanos*, nº21, Jan/Março de 1995, pp. 18-24.

²³ Foi por volta desta época que a diplomacia se tornou na Europa uma actividade permanente, sendo abertas as primeiras delegações de diplomatas residentes. Este movimento, que teve origem nas cidades italianas estender-se-á durante o século XV aos principais Estados da Europa. Data da década de noventa o primeiro tratado sobre os deveres inerentes aos diplomatas residentes, intitulado "De officio Legati", da autoria de um diplomata veneziano residente em Roma (Ermolao Barbaro).

²⁴ **História Diplomática Portuguesa - constantes e linhas de força - Estudo de Geopolítica**, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, 1987, p. 69.

²⁵ "Testamento de el-rei D. João II, Alcáçovas, 29 de Setembro de 1495" in *As Gavetas da Torre do Tombo*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1967, vol. VI, pp. 88-98.

²⁶ Idem, p. 96.

²⁷ Idem, pp. 97-98.

²⁸ Sobre este assunto escreveu D. Luiz de Lancastre e Tavora que "... o mesurado da Ordem de Cristo conservou-o sempre D. Manuel I e, o que é muito mais relevante, em lugar de aproximar o filho de D. João II da linha sucessória legítima da Coroa mediante o seu casamento com uma das infantas, suas filhas, promoveu o matrimónio daquele com D. Beatriz de Portugal, que pela sua grande beleza mereceu a alcunha de a perigosa, filha do "senhor D. Álvaro", irmão do Duque de Bragança justificado em Évora..." ("O Senhor D. Jorge" in *Oceanos*, nº 4, p. 84.).

²⁹ É particularmente interessante a impressão que D. Jorge deixou, enquanto jovem, num estrangeiro que visitou a Península Ibérica nos anos de 1494 e 1495. Jerónimo de Munzer escreveu que "*este mancebo é digno de empunhar um ceptro, pela excelência de seu engenho e seus costumes (...) e é muito docto em humanidades, para os anos que têm...*". ("Itinerarium sive peregrinatio" in **Viaje por España y Portugal**, Jerónimo Munzer, Madrid, Colección Almenara, 1951, p. 67). A primeira afirmação indicia-nos como a questão da sucessão extravasou, nos domínios do público, o território português. Só assim se explica que este viajante originário de Feldkisch na Alemanha estivesse a par do assunto, emitindo tal parecer. Existem também várias anotações sobre D. Jorge enquanto homem adulto nos "Ditos Portugueses Dignos de Memória" ("De D. Jorge, mestre de Sant'Iago e Avis", pp. 58-63).

³⁰ **Da Ásia**, João de Barros, Lisboa, Livraria Sam Carlos, 1973, Década I, livro IV, Cap. I, p. 121.

³¹ **História de Portugal**, José Mattoso (dir. de), Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, vol. 3, p. 530.

BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA

FONTES

Crónica de el-rei D. João II, Rui de Pina, Porto, Lello & Irmão, 1977, pp. 883-1033.

Crónica de D. João II e Miscelânea, Garcia de Resende, (ed. prefaciada por Joaquim Veríssimo Serrão, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1973.

Crónica do rei D. João, segundo de nome, trezeno dos reis de Portugal, Cristóvão Rodrigues Acenheiro, Colecção de Inéditos de História Portuguesa, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1824, tomo V, pp. 284-326.

Ditos Portugueses Dignos de Memória, ed. crít. de José Hermano Saraiva, Lisboa, Publicações Europa-América, s.d.

Documentos Referentes a las Relaciones com Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos, (coord. de Antonio de la Torre e Luis Suarez Fernandez), Valladolid, 1960, vol. 2.

Livro de Apontamentos (1438-1489), Álvaro Lopes, (intr. e transc. de Anastácia Mestrinho Salgado e Abílio José Salgado), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993.

"Testamento de el-rei D. João II, Alcáçovas, 29 de Setembro de 1485" in *As Gavetas da Torre do Tombo*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1967, vol. VI, pp. 88-98.

Viaje por España y Portugal (1494-1495), Jerónimo Munzer, (Prol. de Manuel Gómez-Moreno), Madrid, Colección Almenara, 1951.

ESTUDOS

Aubin, Jean, "D. João II devant la succession" in *Arquivos do Centro Cultural Português*, Paris, vol. 27, 1992.

Garcia, José Manuel, "D. Leonor e a "grande desavença"" in *Oceanos*, nº 18, Junho de 1994, pp. 114-118.

Macedo, Jorge Borges de, **História Diplomática Portuguesa - Constantes e linhas de Força - Estudo de Geopolítica**, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, 1987, Cap. II: 9. O Atlântico decisivo, 64-69.

Mattoso, José (dir. de), **História de Portugal**, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.

Mendonça, Manuela, **Alguns aspectos das relações externas de Portugal no fim da Idade Média**, Lisboa, Edições Colibri, 1994.

Serrão, Joaquim Veríssimo, **História de Portugal**, Lisboa, Editorial Verbo, 1977, vol. 2.

Tavora, D. Luiz de Lancastre e, "O Senhor D. Jorge" in *Oceanos*, nº4, Julho de 1990, pp. 82-92.

Biblioteca Municipal

secção de adultos

Encontra-se localizada no 3º piso do Edifício da Biblioteca Municipal de Aveiro. Neste espaço, poderá encontrar.

Monografias:

- Obras especializadas para investigação
- Livros de ficção para lhe proporcionar um óptimo lazer
- Estudos para complementar os seus trabalhos escolares
- Obras que lhe transmitam informação sobre o assunto que pesquisa

Publicações periódicas:

- Jornais diários
- Semanários
- Revistas de informação geral ou especializada
- Diários da República
- TSD Estatísticas

Fundo Local

Monografias:

- Obras sobre a região
- Autores aveirenses

Publicações periódicas:

- Jornais locais
- Revistas locais

As obras estão arrumadas nas estantes, em livre acesso, seguindo a Classificação Decimal Universal.

- 0 - Enciclopédias, Obras Gerais, Dicionários
- 1 - Filosofia, Psicologia
- 2 - Religiões
- 3 - Ciências Sociais (Economia, Política, Direito, Sociologia, etc.)
- 5 - Ciências Puras (Biologia, Matemática, Física, Ecologia, etc)
- 6 - Ciências Aplicadas (Engenharia, Agricultura, Informática, etc)
- 7 - Artes. Divertimentos, Desportos
- 8 - Literatura
- 9 - Geografia, História

- Deverá procurar directamente na estante as obras que lhe interessam
- Sempre que desejar deve pedir conselho ao técnico presente na sala
- Quando necessitar, poderá pedir ao técnico uma pesquisa no catálogo que se encontra informatizado
- Caso tenha dúvidas no funcionamento da biblioteca deve solicitar o regulamento
- Poderá realizar a reprodução por fotocópias, através da aquisição de um cartão magnético para o efeito

Deverá ler na biblioteca:

- Obras de Referência
- Todas as obras com sinalização a vermelho
- Publicações periódicas
- Obras pertencentes ao fundo local

Todo o restante fundo bibliográfico é passível de **empréstimo domiciliário**, desde que para o efeito cumpra o Regulamento, isto é, poderá requisitar **3 obras durante 15 dias**.

Secção Audio-Visual

- Cassetes de vídeo-filmes didácticos, de ficção, filmes portugueses e documentários.
- Compact Disc (CD's) - música clássica, moderna, étnica, jazz
- Cd ROM - Enciclopédias - Multimédia, The Software Toolworks - Compton's Interactive Encyclopedia, Compton's New Media - The Animals; The Software Toolworks

A utilização destes suportes de informação, poderá ser feita através do visionamento ou scuta na sala de audiovisuais, depois da apresentação do cartão de leitor.

Depois de escolher o filme ou o CD deve dirigir-se ao funcionário que lhe indicará o local onde se deverá sentar

- Todos os documentos da biblioteca estão equipados com um sistema antifurto sendo necessário à saída proceder à sua desmagnetização.

secção de adultos

Arte de Xávega

Gaspar Albino



A arte de xávega, do árabe *xabaka*, é um aparelho de pesca de arrasto demersal que, na nossa costa, é lançado pelo *barco de mar*. Partindo da praia, desloca-se até à distância consentida pelo aparelho e à praia regressa, iniciando-se, então, o arrasto propriamente dito.

A xávega é, portanto, uma arte envolvente de arrastar pelo fundo e alar para a praia, constando o aparelho, ou arte, de um *saco* prolongado por duas *asas* ou *mangas*, nos extremos das quais se amarram os cabos de alagem ou *calas*.

É constituído por um extenso *pano de rede* de malha quadrangular, interceptado, ao centro, por um *saco* do mesmo género; o espaço da intercepção corresponde à *boca* do *saco* e designa-se pelo nome de *bocada*; às duas fracções do *pano*, que se desenvolvem para cada lado desta, dá-se o nome de *mangas*, que, desde a junção à *bocada*, decrescem em largura até à extremidade oposta, que tem o nome de *calão*, ponta da *manga* onde se prendem as *calas*, que são os cabos de alagem deste sistema de aparelho de pesca.

Esta é a descrição da arte, como nos é dada pelo etnógrafo Domingos José de Castro, na sua obra “AVEIRO – Pescadores”, editada pelo Instituto para a Alta Cultura, em 1943.

Por essa altura, o *saco*, de forma trapezoidal, andava pelos 70 metros de circunferência, 40 de profundidade e 8 de largura, na *cuada* ou fundo do *saco*. A malhagem era, somente, de 1 cm, na *cuada*, até atingir 6,5 cm, na *bocada*, que era guarnecida, na sua parte superior, por uma *cortiçada* – flutuadores de cortiça – e, na sua parte inferior, era lastrada por tijolos.

Cada uma das *mangas* tinha 230 metros de comprimento, começando por uma largura de 25 metros, na parte do *saco*, e decrescendo até 20 metros no *calão*. As *mangas* eram constituídas por *panos* de fio singelo de malha, que só era dobrado junto à *bocada*.

Ao longo das *mangas*, pela parte de cima e por um e outro lados, corriam, paralelamente, duas linhas, a uma distância de 35 cm e guarnecidas com *pandas*, bocados de cortiça que suspendiam o aparelho a uma altura de água que nunca deveria exceder a da *bocada*. Pelo lado de baixo, mais duas linhas guarnecidas de discos de barro cozido – *pandulhos* ou *bolos* – lastravam as *mangas*, de forma a que o aparelho arrastasse mesmo pelo fundo. Nas extremidades de cada uma das *mangas*, eram presos, por uma corda, barris estanques, chamados *balizas* ou *arinques*. Um outro barril – o *clime* – era colocado na *cuada* do *saco*.

O *aparelho* era feito, nesses tempos, de fio de linho, que era, depois, posto numa infusão de casca de salgueiro, ficando com uma cor acastanhada, para não assustar o peixe. As *mangas*, para além do encasque, eram passadas por um banho de alcatrão.

As *calas* de alar o *aparelho* podiam ser de linho ou de esparto e eram divididas em *rolos*, partes que se emendavam umas nas outras. Estes *rolos* chamavam-se *cordas*, quando eram singelos, *cabos*, quando eram dobrados, e *olras*, quando eram triplos.

O número de *rolos*, que constituíam as *calas*, variava de praia para praia, podendo ir de 160 *rolos* de 60 metros cada, até 29 *rolos* de 99 metros cada.

Isto define que os *barcos de mar* se poderiam afastar da praia, de 2 800 até 9 600 metros, para lançar o *aparelho* de pesca.

As *calas* eram transportadas, do palheiro da praia até ao barco, *rolo a rolo*, por vários grupos de 2 homens munidos de um bordão, colocado ao ombro.

A rede era levada em procissão pelos tripulantes, colocando-se, no barco, primeiro, a *manga* inicial, depois, o *saco*, seguido da segunda *manga*; por fim, colocava-se, a bordo, o *reçoieiro* – isto é: a *cala* de recolha da *arte* para terra.

Esta é uma descrição sumária dos elementos físicos que constituíam o *aparelho* da *xávega*, propriamente dito.

Hoje em dia, as *artes de xávega*, em esquema, são muito semelhantes às dos tempos recuados, diferindo, somente, nas suas dimensões e nos materiais de que são feitos os *aparelhos* ou redes. Ao linho sucederam os nylons, os polipropilenos e os polietilenos.

Com efeito, as maiores redes de *xávega* da nossa costa vão, agora, somente, até cerca de 200 metros. Mas há *xávegas* mais pequenas que não ultrapassam os 100 metros, se bem que todas mantenham a mesma estrutura básica de outros tempos, quando a *arte* propriamente dita chegava a ultrapassar os 300 metros.

Não há enquadramento legal da *arte de xávega*, que hoje se usa.

Contudo, existe um projecto de portaria com esse objectivo, de 1993, da autoria do ex-deputado pelo Distrito de Aveiro, Dr. Olinto Ravara, congeminado a partir da realidade actualmente verificável na *arte* e de

pareceres científicos emitidos pelo Instituto Português de Investigação Marítima.

Tal projecto procura definir as características e dimensões do *aparelho* ou *arte de xávega*, de acordo com um mínimo de exigências, que a actualidade impõe.

Assim, teríamos que o *saco* não poderá ter um comprimento superior a 50 m; que a sua largura máxima na *boca* não poderá exceder os 20 m e na *cuada* 10 m. A *malhagem do saco* deve ter o tamanho mínimo de 20 mm.

As *mangas* ou *asas* da *arte* não poderão exceder o comprimento de 300 m; a sua largura máxima, nos *miúdos*, será de 80 m e, nos *claros*, 40 m.

Os cabos de alagem da *arte* terão o comprimento máximo de 3 000 m.

As artes que se usam, efectivamente, nos dias de hoje, atraçoarão, porém, estas bitolas, particularmente, no concernente à *malhagem do saco*.

Julgamos que já se descreveu de forma bastante pormenorizada este *aparelho* de pesca, o qual se distingue de outros tipos de *artes envolventes arrastantes*, como a *bujiganga*, o *chinchorro*, etc., pelo facto de a *xávega* ser de maiores dimensões e apresentar *malhagens* diferentes nas *mangas* e no *saco*, *malhagens* essas que, nas *asas*, aumentam da *boca do saco* para as extremidades, onde prendem os cabos de alagem, e, no *saco*, aumentam do *fundo* para a *boca*.

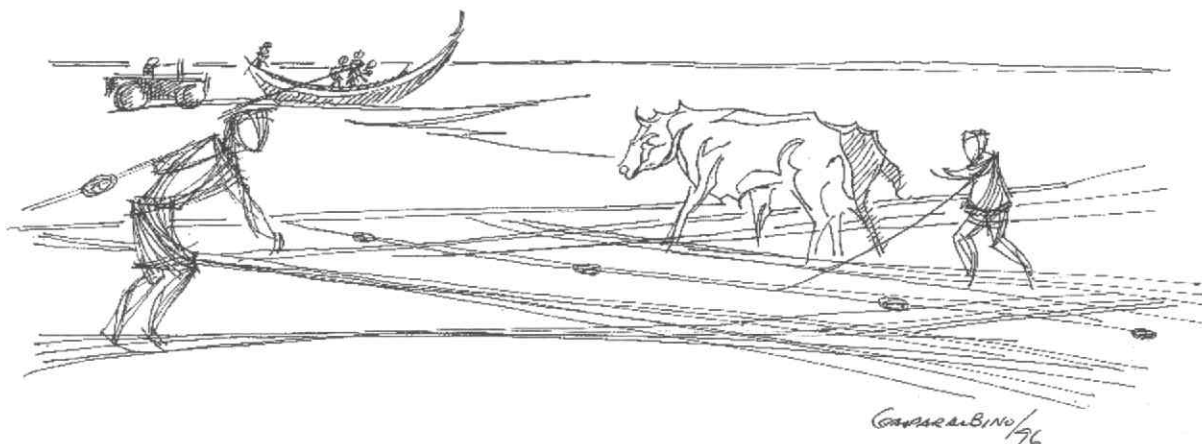
Falemos agora de:

O Barco de Mar ou o Xávega

Fácil se torna entender que a *arte* de pesca empreste o seu nome ao barco com que ela se exercita.

Com efeito, assim acontece no caso do *barco de mar*, que é utilizado na *xávega*, na nossa costa ocidental atlântica, desde Espinho até Vieira de Leiria, ao qual os pescadores também chamam, tão simplesmente, de *o xávega*.

Difícil se me torna, todavia, chamar ao nosso *barco de mar* de *saveiro*, como vejo acontecer, p. e. , no *DICIONARIO DA LINGUAGEM DE MARINHA ANTIGA E ACTUAL*, obra rigorosa do comandante Humberto Leitão e que constitui o mais completo elucidação da especialidade existente em Portugal. Com efei-



to, nele se define *saveiro* como embarcação de fundo chato, com as formas semelhantes às do *meia-lua*, havendo por diferença principal ter a proa mais erguida que a popa.

Os *saveiros* [...] não se afastam da costa e servem, especialmente, para conduzir as redes, que são lançadas em frente da praia.

Saveiro também chama ao barco de mar o arqueólogo Octávio Lixa Filgueiras, no seu trabalho *THE XAVEGA BOAT – A Case Study in the integration of Archaeological and Ethnological Data*, apresentado, em Setembro de 1976, num simpósio levado a cabo no Museu Marítimo Nacional, em Greenwich, subordinado ao tema genérico de, traduzo, *Origens e Técnicas na Arqueologia de Barcos*.

Mas *saveiro* será, já, tão somente, a nossa *bateira de mar*, bem distinta do *barco de mar* na sua forma, se bem que não totalmente na sua função e uso, aos olhos dos especialistas, D. Manuel de Castelo Branco (EMBARCAÇÕES E ARTES DE PESCA, Lx^a, 1981) e Domingos José de Castro, na obra que já citámos no início.

Este etnógrafo define o *barco de mar* como “aparentemente desprovido de solidez [...], de bicas exageradamente alteadas [...], mas que, na realidade, possui um jogo de características especiais que parece explicar as condições que o apropriam à função marítima que lhe é atribuída.

Precisamente porque tem de oferecer às ondas a menor resistência para as galgar de pronto, mal assente na água, como o descreve Raúl Brandão, este barco

conjuga o seu formato, semelhante a um crescente, com o sistema planiforme de fundo, condições estas que lhe permitem, pela falta de portos de abrigo, o acesso directamente do areal para o mar e vice-versa, e suportar com mais facilidade, pela elevação pronunciada dos castelos da proa e da ré, a violência da pancada do mar, ou quebra das ondas, na manobra arriscada da travessia da faixa de rebentação geralmente forte, no litoral de areia que se delimita, a norte, nas primeiras rochas de Miramar e a sul, ultrapassando o Cabo Mondego, nas areias da praia de Vieira de Leiria.

Raúl Brandão compara-o com “o feito côncavo do espaço que vai de vaga a vaga” – o seio da vaga, acrescentamos nós.

O barco grande de *xávega* é, ainda hoje, como sempre foi, construído de madeira de pinheiro, e tinha, nas construções em uso nos meados deste século, 16,5 m de fora a fora, 4,2 m de boca, 3,5 m de largura máxima de fundo entre costados e um pontal de 1,3 m. Deslocava cerca de 15,5 ton, calava cerca de 1 metro e tinha um esqueleto de 27 cavernas.

O período de vida útil dum barco deste tipo era de cerca de 8 anos, desde que submetido a regulares tarefas de manutenção.

Desde os seus alvares, foi sempre um barco a remos, com grupos de 2 ou de 4 remos. No primeiro caso, os remos chamam-se: o de vante, remo-maião; o outro, remo-proa. Nos barcos de 4 remos, estes chamavam-se, de proa para a ré: remo-castelo-da-proa, remo-maião, remo-proa e remo-castelo-da-ré.

No caso dos barcos de dois remos, a tripulação era

de 34 homens e nos de 4 remos, 46 homens.

Actualmente, a grande maioria, se não a totalidade dos *barcos de mar*, só tem 2 remos, usados nas manobras de largada e de chegada à praia.

São mais pequenos de porte e a sua propulsão, no *lance da arte*, é garantida por motores fora-de-borda, da ordem dos 40 cavalos, enxertados na *rabada* dos barcos.

Quanto à origem destes barcos únicos na nossa costa, muito há que esclarecer.

O nosso Rocha Madahil, no seu trabalho BARCOS DE PORTUGAL, escreveu:

“Na costa baixa dentre Espinho e Mira fixou-se há muitos séculos outro tipo de barco de pesca, graciosíssimo, perfilado em crescente de lua, que mal aflora a vaga e vai a grandes distâncias, sem leme sequer, levado sempre pelos possantes remadores, que o empregam principalmente na pesca da sardinha. Por comparação da sua silhueta com o petróglifo de Hågeby, conseguimos determinar-lhe a ascendência normanda, dos Vikings, que utilizavam barcos assim para viagens de longo curso; do conhecimento da nossa costa por esses povos do Báltico não é lícito duvidar; documentos portugueses do século XI referem algumas das piratarías desses Laudomanes, e aprisionamento de populações das vizinhanças de Ovar, resgatadas, depois, por cabeças de gado, artefactos e moios de sal. Cerca de dois séculos duraram essas piratarías dos normandos nas costas da Península, e nos nossos barcos do litoral vareiro ficou até o presente a imagem viva dos seus transportes marítimos, que fizeram o terror dos nossos antepassados, mas que ofereciam notáveis condições de navegabilidade, ainda hoje não excedidas para as fainas da pesca local. Esse mesmo tipo de barco, que supera em elegância qualquer outro da costa portuguesa, encontra-se em Lavos, ao sul do Mondego e na Caparica, onde o conhecem por *saveiro* ou *meia-lua*; ao norte, irradiou também para a Afurada e Lavadores; poucos mais anos durará”.

Como se enganou Rocha Madaíl neste vaticínio, como muito bem se prova com o renascer actual da *arte de xávega*, infelizmente por razões que adiante aflorarei.

Rocha Madahil não se terá enganado, somente, nes-

te seu antever das coisas futuras. É que as origens normandas, que ele procurou justificar, são totalmente contrariadas pelo arqueólogo naval Lixa Filgueiras, no trabalho que já atrás mencionei.

Com efeito, este Professor Arquitecto tão dado às coisas da arqueologia, à luz de conhecimentos muito mais recentes e profundos, divide o nosso país em duas zonas. E o que o divide é o Douro, afirmando que, a Norte deste, se verificam influências primevas escandinavo/germânicas, nas embarcações de rio, e bretãs, nas embarcações da costa. Como exemplo acabado das primeiras, aponta o *rabelo do Douro*; e das segundas, a *lancha da Póvoa*, que aquele cientista compara, de forma evidente, com o *sinagot* bretão.

Para sul do Douro, e em toda a nossa costa, Lixa Filgueiras afirma que o *saveiro*, para ele o nosso *barco de mar*, é o tipo de barco mais significativo e o vector principal da mais antiga influência mediterrânica.

Referindo-se a uma origem mesopotâmica, ele realça a identidade espantosa – técnica e formal – entre o nosso barco de mar e um barco da antiga cidade babilónica de UR, que ainda sobrevive no baixo Eufrates e que, pela rota comercial até Ugarit (via Eufrates, Aleppo, Alalakh?), terá chegado até ao Mediterrâneo.

Avança, ainda, com evidências iconográficas; selos cretenses, reproduzindo barcos do mesmo tipo, pinturas da tumba de Hagia Triada e, possivelmente, os murais de Thera, que garantem a presença de barcos idênticos no mar Egeu, numa progressão para ocidente, devidamente documentada.

Mais procura alicerçar a sua tese, verdadeiramente enriquecedora do nosso imaginário histórico recuado, avançando com o problema da origem étnica das comunidades piscatórias, que praticam a *xávega* com o nosso *barco de mar*, fundamentando-se, com as suas peculiaridades, na coincidência das áreas de distribuição destes barcos, com as principais áreas de refúgio dos povos do sul da Ibéria, depois da queda de Tartesso.

Tudo isto, repondo a questão em aberto da influência cretense na desaparecida Tartesso.

Não resisto a citar, recorrendo ao texto inglês, de Lixa Filgueiras, já citado:

“Acredito que será muito mais gratificante rever a teoria de Schulten quanto à origem cretense dos povoa-

mentos pre-tartessianos do sul de Espanha, desde os primeiros passos da metalúrgica local, cerca de 2700 a.C., até à chegada cerca de 1 100 antes de Cristo, dos fenícios a Cádiz, capital proposta por Schulten para Tartesso, período em que se verificaram importantes acontecimentos na zona do mar Egeu e que, por certo, se reflectiram na costa mediterrânica ibérica. Os selos cretenses com barcos de meia-lua, datadas de cerca 2 200/2 000 a.C. coincidem com a emergência da talassocracia cretense e subsequente estabelecimento do seu comércio nas praias peninsulares. A rota do estanho e da prata funcionou e é o arqueólogo Schulten, a quem se recorre mais uma vez, que afirma que há vasos, colares e braceletes encontrados no SE da península e que são de origem cretense; assim como *adagas* de cobre peninsulares datadas do III milénio A.C. foram também encontradas naquela ilha de Creta. Tudo isto mercê do tráfego dos barcos de meia-lua, antepassados dos saveiros, nossos barcos-de-mar.

A frota, em que assentava a talassocracia cretense, terá chegado a Tartesso, e daqui até à nossa costa, como já veremos.

Recorrendo a Fernando de Almeida (*in Enciclopédia Verbo*), Tartesso terá sido um lendário estado monárquico peninsular, que abrangia uma vasta área, que iria desde a actual Cartagena até à foz do Tejo e cuja capital, possivelmente do mesmo nome, se localizaria em Cádiz ou Sevilha. Tartesso, manteve vastos contactos com os povos do oriente mediterrânico, por força dos quais terá surgido uma escrita semi-silábica, de que são conhecidas inúmeras inscrições, encontradas no Algarve e no Alentejo.

Mercê das suas riquezas mineiras, manteve este reino contactos com fenícios, etruscos, cartagineses, gregos, celtas e romanos.

Tartesso entrou em decadência e sucessores do seu último rei, Theron, terão sido os túrdulos e, depois, os túrdulos.

E terá sido um grupo de túrdulos que, segundo Estrabão, acompanhou um bando de “célticos”, numa campanha em direcção ao norte da Península.

Conforme Matoso, terão sido os Túrdulos Velhos (*Turduliveteres*), citados por Mela e Plínio, que ocuparam as regiões do Vouga e do Mondego, alastrando até

junto do Tejo.

Entre as suas cidades, contavam-se, entre outras, Aeminium (Coimbra), Conimbriga e Talábriga.

A nossa Talábriga, topónimo formado por TALA + BRIGA, tendo o primeiro elemento, possivelmente, origem na língua tartéssica e que significa “barro”, “argila”; o segundo, “briga”, é de origem céltica e quer dizer “monte”.

Ora, Talábriga ficaria, segundo o itinerário de Antonino, a 40 000 passos de Aeminium, (Coimbra), na estrada romana que iria desta até “Cale”, hoje Gaia: mais ou menos a 59 Km por norte de Coimbra, aqui mesmo, na Branca, a lado de Albergaria, onde ainda se vêem restos de via romana.

Concluindo-se, para incitar a novas buscas: a dispersão das populações do sul peninsular, depois da queda de Tartesso, pode-se comparar com as rotas de unificação dos barcos de meia-lua, os nossos barcos-de-mar, que se orientaram, em primeiro lugar, para a nossa região e, depois, refluíram, por razões bem diferentes e em épocas bem posteriores, para as várias praias de areia da nossa costa ocidental e do Algarve.

Paltemos agora de:

Homens da xávega

A história da arte de xávega é, em larga medida, a história do povoamento das areias litorâneas portuguesas do Atlântico ocidental e algarvio, particularmente, no grande areal da costa norte de Espinho, até Vieira de Leiria e, mais para baixo, na Costa da Caparica, Santo André e Monte Gordo.

Habitando em precários palheiros construídos na praia ou, até, sob os seus próprios barcos, ao longo dos séculos, começando muito antes até da constituição da nossa nacionalidade, há provas do uso de redes lançadas desde terra e recolhidas, também, para terra, só à força de braços; com barcos e com ajuda de braços e com juntas de bois ou, como acontece hoje, com tractores.

Os discípulos de Jesus, pescadores da Galileia, praticaram esta pescaria. Assim como os fenícios, os gregos e os romanos; os árabes, os catalães, os franceses e espanhóis e os andaluzes, também.

Contudo, as redes de xávega, tais como as descreve-

mos, terão sido trazidas para Portugal, por catalães, tanto do lado da França como do lado de Espanha, que aperfeiçoaram a arte, nas águas mediterrânicas.

Nós estamos numa terra que se pode também considerar o centro de irradiação da xávega. Possivelmente, e já agora invocando Jaime de Magalhães Lima, por causa da influência tartéssica. Por volta de 1925, Magalhães Lima, com efeito, já sugeria que os pescadores de Ílhavo, uma das mais importantes comunidades piscatórias da Ria de Aveiro, descenderiam do povo de Tartesso.

Mas falemos, agora e aqui, acima de tudo, da pesca da nossa região.

No século XI, já se amanhavam marinhas de sal na nossa Ria. Ovar, Aveiro, Ílhavo, Vagos e Mira já tinham deixado de ser povoações bordejando o Atlântico, para passarem a ser terras da Ria.

No século XII, a nossa barra estava na Torreira e só séculos mais tarde é que a restinga de areia, crescendo do norte, a empurra até Mira.

Os nossos pescadores são pescadores-camponeses e os palheiros da nossa costa só os abrigam nos períodos da safra.

No século XII, há provas de que já havia pescadores de Ovar a fazer pesca de mar, assim como em Buarcos, Lavos e Mira.

À medida que a Barra avança para sul, deixa de haver marinhas de sal em Ovar; as espécies de água salgada começam a rarear na laguna e a sua pesca começa a empobrecer.

Os homens de Cabanões, Ovar, no século XVI, começam a trabalhar no Furadouro, pois que era a praia mais próxima. Depois, avançam para a Torreira e São Jacinto. A capela da Nossa Senhora das Areias é anterior a 1549. Por essas alturas, usam o chinchorro, uma arte mais pequena que a xávega e cujo pescado mais significativo era a sardinha.

No século XVIII, Aveiro não teria mais de 1 400 casas em ruinoso estado, e a população morria de fome e de febres.

Mas, antes, no século XVI, Aveiro, no seu apogeu, armava mais de 150 barcos para o comércio do sal e para a pesca do bacalhau e não há notícia de emigração

de pescadores.

Já não assim no século XVIII, século da miséria das nossas terras, com a Barra, praticamente, fechada.

Os ílhavos fundam, em 1770, uma colónia na Caparica.

O século XIX é um período mau para a economia da Ria. A barra está má e dá-se a migração dos nossos pescadores. Formam-se mais companhias ao longo da nossa costa; na Costa Nova, na Vagueira, no Areão; os palheiros de Mira começam a ser construídos por pescadores de Ílhavo, no princípio desse século; e, depois, surge a Tocha.

É um ílhavo de nome Barreto que leva para a Cova, a sul do Mondego, em 1808, a sua companha. Um outro ílhavo, logo de seguida, funda a companha de Lavos. E um outro, seu neto, chega à Leirosa.

Na mesma levada, é gente de Lavos e de Mira que começa a trabalhar com a xávega, em Pedrógão.

Em Vieira de Leiria, a xávega também surge no princípio do séc. XIX.

Nos meados do século, a Costa da Caparica surge como colónia de ílhavos e de algarvios.

No virar para o século XX, há lá 10 companhias com mais de 700 pessoas.

Depois, é a Fonte da Telha, a Costa da Galé, a lagoa de Santo André, sempre com gente da mesma origem: Ílhavo.

Quando o mar não deixa, os pescadores de Ovar e de Aveiro, ficam-se por Cascais e, mais adentro no Tejo, nas águas de Vila-Franca: são os *avieiros*.

Mas a verdade é que, no século XIX, as capturas feitas pelas companhias de entre Espinho e Mira representam, grosso-modo, 1/6 do total das pescas de Portugal.

Mais de 5 000 pessoas empregam-se em 90 companhias, que se espalham por 25 praias da nossa costa ocidental.

Os barcos e as xávegas aumentam de tamanho e começam a ser utilizados bois na faina.

Uma companha, que chegava a empregar 200 pessoas, entre tripulantes e pessoal de terra, com a utilização dos animais, passa para de 80 a 100, desde que começaram a ser utilizadas as juntas de bois.

As redes chegam a atingir os 700 metros, com lan-

ços que chegam também a afastar-se da costa 6 Km, usando, em cada manga, cordão de alagem que atinge os 10 Km.

Os barcos de mar chegam a medir, de fora-a-fora, 16 metros, e os de 4 remos levam a bordo 46 homens, aos remos e aos cambões.

Até meados do século XIX, as companhas tinham uma natureza cooperativista, repartindo-se o resultado da pesca em quinhões, uma vez deduzidas as despesas.

Depois, surgem empresas dominadas pelos grandes proprietários, comerciantes e conserveiros, pois que o espírito de companha se perdeu, em consequência de abusos dos arrais, que tinham deixado de ser eleitos e começaram a aparecer como patrões. Os pescadores passam a assalariados, recebendo um salário em dinheiro – a soldada –, mais uma pequena caldeirada e algum vinho.

Com o relançamento da pesca longínqua e do arrasto costeiro, em meados deste século, e primeiras décadas da sua segunda metade, as xávegas quase que desaparecem.

Mas, na última dezena de anos, com a política de abate de navios, favorecida pela Comunidade Europeia, em consequência da implantação de zonas económicas exclusivas e de uma tentativa de fazer com que se ade-

quem as capacidades de captura aos recursos piscícolas sobre-explorados, em águas de países terceiros, está-se a assistir ao renascer da arte de xávega na nossa costa e ao recrudescer das pescarias artesanais, não só no litoral, como no interior da Ria. É que milhares de pescadores perderam, por causa destas mudanças, o seu emprego nas pescas industriais.

E, aí, Rocha Madahil não acertou no seu vaticínio, que até corresponderia a um desiderato correcto.

A xávega renasceu, mas, nem por isso, deixa de ser uma arte perigosa, como sempre foi, economicamente, aleatória e nociva das maternidades. Por regra, o peixe capturado é de dimensões reduzidas. E os rendimentos dos pescadores são insatisfatórios, por insuficientes e não regulares.

Este renascer de uma arte tão pouco segura é sinal de doença social, que carece de diagnóstico adequado e de medidas curativas, que não passam, somente, pelo seu hipotético valimento como atracção turística.

Já que actividade económica, com futuro válido, por certo que não é.

Apesar de os pescadores, no seu atavismo, poderem gritar que sim, como o têm vindo a fazer nos últimos tempos, pois não vislumbram, só por si mesmos, alternativa de vida.



EXPOSIÇÕES EM 1996 — 1º SEMESTRE

Galeria Municipal

13 de Janeiro a 11 de Fevereiro	Aveiro-Arte
17 de Fevereiro a 03 de Março	Lúcia Seabra
15 a 24 de Março	Colectiva de Fotografia
30 de Março a 14 de Abril	Manuel Oliveira Costa
20 de Abril a 05 de Maio	Zé Monteiro
12 Maio a 09 de Junho	Cândido Teles
14 a 30 de Junho	Luís Francisco Silva

Centro Cultural e de Congressos

13 de Janeiro a 11 de Fevereiro	Gisella Santi
17 de Fevereiro a 10 de Março	Têxtil Experimental
27 de Fevereiro a 31 de Maio	Exposição Ambiental "Terra Amada"
14 a 31 de Março	Cartazes de Cinema
14 a 30 de Abril	Caminhos de Ferro Portugueses
18 de Maio a 09 de Junho	Cândido Teles
12 de Junho a 11 Julho	Eurekaveiro
24 de Junho a 05 Agosto	Cláudia Albino

Galeria dos Morgados da Pedricosa

12 a 28 de Janeiro	Aveiro-Arte
03 a 18 de Fevereiro	Fernando Cardoso
24 de Fevereiro a 03 de Março	Remo Adaptado - Clube dos Galitos
09 de Março a 07 de Abril	Ilda Duarte Bragança
12 a 21 de Abril	Artur Fino
25 de Abril a 09 de Junho	Cândido Teles
15 a 30 de Junho	António Neves

Santa Joana e a música

Doutor Arménio Alves da Costa Júnior

O Dia Internacional dos Museus foi celebrado em 18 de Maio de 1996.

O Museu Nacional de Aveiro programou para essa data uma sessão comemorativa, em que Mons. João Gonçalves Gaspar lembrou algumas memórias históricas da "Casa de Santa Joana" e o Padre Doutor Arménio Alves da Costa Júnior proferiu as palavras que, dado o seu interesse, o Boletim Municipal de Aveiro tem o gosto de reproduzir.

A Princesa Santa Joana deixou marcas indeléveis no Mosteiro de Jesus. Humanamente falando, era uma figura ímpar. Na ocasião da sua morte, é compreensível a dor imensa daquelas que com ela conviveram.¹ Porque era *"consolacã avôdosa de todas velhas e mocas, grãdes e pequenas"*²

Tinha um temperamento jovial e, sobretudo, uma intuição para perceber o sofrimento dos outros. Junto dela ninguém estava triste. *"E outrossy quãdo as Irmãs erã juntas. assy se demonstrava a dita Senhora tã allegre e doce em fallas gesto e cõssollacã spiritual e humanal. que os Corações por muy tristes e anojados que fossem erã forcados a Receber cõforto e ajuda."*³

Ninguém resistia ao seu encanto pessoal. Mesmo as mais abatidas acabavam por se render a quem tudo fazia para as aliviar. A Princesa sentia-se feliz, porque estava ali por uma decisão, por uma opção vocacional. Neste aspecto não admitiu interferências de ninguém. *"D. Joana perfila-se como uma mulher acatadora, mas não submetida em questões fundamentais da sua existência. Para estas, mostra vontade própria e ânimo forte, que enfrenta sem tergiversações o querer e o poder do Príncipe Perfeito."*⁴ Apesar da alta linhagem a que pertencia, de tal modo cativou suas colegas, que estas se abriam com ela nos momentos de crise. A alegria com que lhes falava, o entusiasmo com que as animava, fize-

ram da Infanta uma coluna insubstituível no interior daquele Mosteiro.

A Infanta Santa Joana tinha gosto pelo canto. Com quinze anos procurou meter-se dentro daquela espiritualidade que mais tarde viria a abraçar. A amizade de menina, que a ligava ao capelão-mor da Rainha sua mãe, levou-a a tornar-se discípula deste homem culto, que a ensinou a rezar e a dirigir o Ofício Divino, recitando amiúde com ela as Horas Canónicas. Conduziu a adolescente Princesa pelas meandros do latim litúrgico, a fim de compreender e, consequentemente, rezar melhor.⁵ A Princesa converteu-se numa boa latinista, preferindo os originais à traduções.

Quando entrou no Mosteiro de Jesus, disponibilizou-se para tudo e, de um modo especial, para o serviço litúrgico. Sentia prazer em seguir o Ofício Divino *rezãdo e Cantãdo cõ as outras Irmãs*. E quando chegava a sua vez, gostava de ir para a estante. *"Na tavao dos officios era a dita Senhora nossa e Iffante, posta e scripta. Como cada hua das Irmãs novicas por verssycularia"*.⁶

Para além de cantar os Versículos, cantava o Martirológio na Hora de Prima, conforme atesta Frei Luís de Sousa: - *"No Choro fazia todos os officios das mais Noviças, assi como lhe cabia por seu turno: dizia Versos, e Antifonas, registrava os livros, cantava Kalendas"*.⁷

Se as acções litúrgicas a atraíam, havia algo que a desgostava: a pobreza de livros de estante. Não se condeou, por isso, em esperar pelos resultados do Scriptorium. Por muita boa vontade que haja, um livro de estante, com as respectivas iluminuras, não se arranja de um dia para outro. A preocupação da Princesa era que o Mosteiro tivesse uma boa colecção de livros escolhidos. Por isso, procurou saber da existência de algum de valor que interessasse ao Mosteiro.

Teve conhecimento de que no Mosteiro de Benfica havia um breviário de estante, em pergaminho, bem

como um diurnal. Não descansou enquanto não os conseguiu para o Mosteiro de Jesus.⁸

Como nessa altura decorria no dito Mosteiro de Benfica o Capítulo Geral, entendeu ser esse o momento oportuno para solicitar a sua venda, o que veio a acontecer. A Princesa implorou ao pai, D. Afonso V, que providenciasse o seu pagamento. Este não se fez rogado, entregando ao Convento a importância estipulada, não indicada na Crónica.

Esta compra, longe de ser um episódio, fruto de um gosto momentâneo, foi antes o prólogo de uma actividade que levou ao nascimento da biblioteca do Mosteiro. A Princesa não se cansou de conseguir toda a espécie de livros, quer litúrgicos, quer extra-litúrgicos, quer em vernáculo, quer em latim, que bem entendia e de que gostava mais.⁹

Sempre que dispunha de tempos livres, dedicava-se a ler e ouvir ler. Gostava de entabular conversa com as irmãs acerca da leitura no refeitório, fazendo-lhes perguntas sobre o conteúdo da mesma leitura.

A Infanta pôs à disposição do Convento não só as alfaias litúrgicas, como também a sua Capela particular. A paramentaria, muito completa, e os vasos sagrados foram entregues à irmã sacristã, que deles dispunha como se ao Mosteiro pertencessem.

A Capela da Princesa supria muitas vezes a intervenção dos frades dominicanos, principalmente nas missas cantadas. Era formada por clérigos e moços. Em relação a uns e outros, a Infanta era muito firme. Dois atributos deles exigia: competência e idoneidade moral. Quando tinha conhecimento de que algum deles se afastava do recto proceder, imediatamente o despedia, substituindo-o por outro. Nisto era muito rigorosa, quer se tratasse de clérigos quer de moços.

Durante os anos em que viveu no Mosteiro, deu sempre mostras da grande satisfação que tinha em participar nas solenidades litúrgicas e, de um modo especial, em ajudar as irmãs à estante. *"E dizia missa ao Convento. Cantadas e Rezadas. Sempre esta Senhora de cõtinuo ouvia a missa que ho Convento e Irmãs diziam. E ella per ssy meesma as ajudava stando cõ ellas aa stante"*¹⁰

No último ano da sua vida, por ser o mais relatado pela cronista, percebe-se melhor o grau de intervenção da Princesa na actividade coral.

Santa Joana adoeceu gravemente na noite de nove de Dezembro de 1489. A doença manifestou-se assusta-

doramente. Vômitos, hemorragias e febres altas começaram a minar implacavelmente aquele corpo de si frágil.

Quando chegou o dia de Natal, festa a que Santa Joana tinha uma devoção especial, já se encontrava num grande estado de debilidade. Apesar da febre, participou no ofício de Matinas. Não se limitou a ouvir as irmãs cantar; ela mesma não se coibiu de dar a sua contribuição *"ajudado nos psalmos aas Irmãs a Cantar"*¹¹

Era o seu último Natal vivido com as irmãs. E assim como o lume antes de se apagar dá o último clarão, também a Princesa, como último fulgor, participou activamente no Coro *"cantando com tanta viveza, e atenção, que não parecia doente"*.¹²

Ao chegar a Sexta-Feira Santa, o estado de debilidade física era assustador. Continuava, porém, intacta a mesma determinação, a mesma firmeza de espírito e, o que é de sublinhar, o mesmo gosto pelo cantar. Pediu qua a levassem ao Coro para tomar parte na cerimónia da Adoração da Cruz. Posto que temerário, não lhe negaram esse desejo, *"levado a morta mais que viva"*. Sentaram-na na sua cadeira, do lado esquerdo do Coro, perto da estante. Com muita dificuldade, não deixou de ajudar *"as Irmãs a cantar dizeo cõ ellas os hynos da adoracã da Cruz"*.¹³

No dia de Páscoa, disse adeus ao Coro, onde viveu horas de serenidade e paz: *"Ficai-vos Senhor, assentos dos anjos que já não serei digna de me achar em tão santo lugar"*.¹⁴

Quando se despediu de seu sobrinho D. Jorge, fez-lhe saber que naquele Mosteiro onde o criou, ali, vestida de burel, chorou e cantou. *"E que vos cryey vestida de burel chorando e cantando."*¹⁵

Não foi menos comovente a despedida das irmãs. Entre conselhos e palavras de estímulo, referiu de novo a alegria e o gosto pela cultura: *"Folgaee Irmãs e alegria vos huas com outras e deus. Fyca vos muita e boa livraria cõ que poderees tomar cõsolacõ."*¹⁶

Na manhã daquela terça feira, 11 de Maio, véspera da sua morte, desejou pela última vez despedir-se da madre priora e das irmãs; e fê-lo *"com grãde prazer e alegria do spiritu e Rosto"*.¹⁷ O mesmo aconteceu com os médicos, a quem agradeceu a boa vontade em aliviar o seu sofrimento e garantir-lhe a cura. Estes retiraram-se *"pera a Casa da lyvraria"*.

Os momentos de agonia foram marcados por intensa espiritualidade. Aos lábios da Princesa afloraram per-

manentemente passagens de salmos e hinos, que tantas vezes cantara no Ofício das Horas. "Disse então per tres vezes ho psalmo. In te domine speravi". Em seguida encomendou-se à Virgem, recitando o hino "Monstra te esse matrem sumat per te preces, qui pro nobis natus, tullit esse tuus."¹⁸

Quando lhe apresentaram o relicário com a Santa Cruz, pôs nele os olhos "que de seu natural eram verdes & muito fermosos, naquelle ponto estavam tam claros, & o verde resplandecia de maneira, que pareciam esmeraldas muito finas postas ante o olho do sol"¹⁹ e começou a balbuciar a antífona *Ad Benedictus* da festa da Coroa de Espinhos - *Ave spyna pene Remedium*.²⁰

Sempre mergulhada no mundo litúrgico, pediu que lhe lessem a Paixão. Ainda teve forças para pronunciar o *Credo in unum Deum*, ao qual as irmãs se associaram. Antes das orações da agonia, pronunciou sozinha o Símbolo de Santo Atanásio *Quicumque vult salvus esse*.

Quando o sacerdote, que rezava a Ladaínha de Todos os Santos, chegou à invocação *Omnes Sancti Innocentes*, Santa Joana expirou.

NOTAS

¹ Crónica da Fundação do Mosteiro de Jesus de Aveiro e Memorial da Infanta Dona Joana, filha de El-Rei Dom Afonso V (Códice do séc. XV, editado em 1939 pelo Dr. António Gomes da Rocha Madail), Fol 101 r b - "cahiindo em terra alguas smorecidas e meas mortas. cõ muy avôdosas e amargosas lagrimas davã gimydos e soluços de muita door".

² Ibid.

³ Ibid. Fol. 71 v a

⁴ Evelina Verdelho, 1993, p. 212

⁵ Crónica cit., Fol. 51 r b - "Com grande diligencia aprendeo Rezar ho officio divino segundo Custume Romão co huu Capelã seu home velho per Idade. devoto e muito amigo de deus. Leterado e bem entendido e diligente em seu officio. que toda sua Capela Regia e ordenava o qual fora Capelã moor da rainha sua madre, honesto e de muito boa fama. Este rezou alguus tempos cõ a dita Senhora as oras Canonycas pratycãdo as cousas delle de latym e lingoagem e construynho as co seu muy sotyl engenho e agudo em tender porque co mais gosto entendendo o ho Rezasse."

⁶ Ibid. Fol 70 r b

⁷ Fr. Luís de Sousa, *História de S. Domingos*, ed. de Lello & Irmão, Porto, 1977, p. 1068

⁸ Crónica Cit. Fol. 72 v b - "Soube enton a dita Senhora Iffante nossa Senhora. que no moesteyro de bemfica avia hu solenne briviayro destante scripto de pena e purgaminho e Isso meesmo hu diornal. desejado muito de os aver pera esta Casa e Irmãas."

⁹ Ibid. Fol. 84 v a "Trabalhou esta virtuosa Senhora por aver e mädar comprar a muitos lyvros e sermonayros de sygular doctryna assy de latym que a dita Senhora bem savia e entendia. Mas os demais eram de latym porque delle gostava mais."

¹⁰ Ibid. Fol. 84 r b

¹¹ Ibid. Fol. 88 r a

¹² Fr. Luís de Sousa, ob. cit., p. 1082

¹³ Crónica cit., Fol 90 r b

¹⁴ Fr. Luís de Sousa, ob. cit., p. 1084

¹⁵ Nicolau Dias, *Vida da Sereníssima Princesa Dona Joana, filha del Rey Dom Afonso o Quinto de Portugal (...)*, ed. fac-sim. da Diocese de Aveiro, 1987, fol. 71

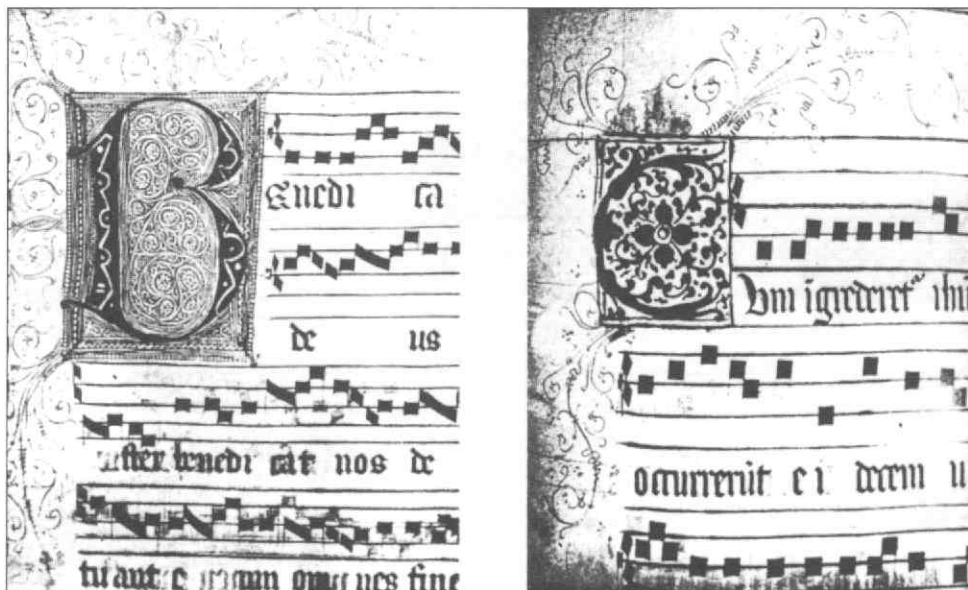
¹⁶ Crónica cit., Fol 97 r b

¹⁷ Ibid. Fol 97 rb

¹⁸ Nicolau Dias, ob. cit., 1987, Fol. 76

¹⁹ Ibid. Fol 79 v

²⁰ Antífona *Ave spyna pene Remedium / serui decus regis obprobrium tua palga dolor ludibrium / vite nobis mercantur premium*.



ORQUESTRA DE CÂMARA DE AVEIRO

Historial

Na Páscoa de 1986, a Orquestra de Câmara de Aveiro fez a sua primeira apresentação em público, num concerto organizado pelo Conservatório de Música de Aveiro, com o apoio da Sé de Aveiro.

Desde então, sucederam-se as exhibições do novo agrupamento que, correspondendo a outros tantos êxitos, vieram comprovar que a música erudita — particularmente a de câmara — conta com os seus cultores e apreciadores interessados.

Mais do que isso, no entanto, tornou-se evidente que a Orquestra de Câmara de Aveiro, em boa hora nascida do entusiasmo de gente nova, competente e dedicada, veio ocupar uma lacuna no nosso pequeno cosmos cultural.

A Orquestra tem actuado regularmente em Aveiro e em várias localidades do Distrito e do País.

Desde 1988, a Orquestra de Câmara de Aveiro surge como Orquestra integrada no Círculo Arte e Música de Aveiro. Esta nova instituição cultural visa não só servir de suporte necessário à continuidade e valorização da já existente Orquestra de Câmara, como também desenvolver outras iniciativas no âmbito, essencialmente, da divulgação e do gosto pela música.

Exposição Ambiental "Terra Amada"

A fim de chamar a atenção para os problemas de índole ambiental, a exposição "Terra Amada" foi concebida em Espanha. Nasceu no ano de 1992, com os Jogos Olímpicos de Barcelona; depois da capital da Catalunha, esteve sucessivamente em Madrid e em Bilbao. Os visitantes acorreram em número que os organizadores jamais suspeitavam: cerca de quinhentas mil pessoas.

Todos os temas abordados na mostra foram tratados em forma de mensagens, usando métodos gráficos e descritivos, com a utilização de recursos sensoriais, que auxiliaram o visitante a viver cada cenário, não faltando os cheiros característicos, os sons próprios e as sensações respectivas - o que tornava a exposição mais atracente.

Para apadrinhar a vinda do certame a Portugal, que teve o patrocínio do Presidente da República e da Unesco, não faltou o contributo empenhado de diversos organismos, entidades e empresas, como o Ministério do Ambiente, a Universidade de Aveiro, a Expo'98, a Electricidade do Norte, S.A., a Rádio TSF, o Diário de Notícias, a Repsol, Papéis Recicláveis, Lda., e Itinerâncias, Lda.; a Câmara Municipal de Aveiro facultou o apoio logístico e disponibilizou algumas salas do Centro Cultural e de Congressos.

A exposição estendeu-se por uma área de aproximadamente mil e quinhentos metros quadrados; decorrendo de 27 de Fevereiro a 31 de Maio, foi visitada por quase cem mil pessoas (crianças, adolescentes, jovens e adultos), vindas de todas as regiões do País; notou-se a presença de associações juvenis e das escolas dos diversos níveis, tanto oficiais como particulares. Aveiro acolheu assim este evento e não desmereceu das expectativas da organização, que sempre julgou que a nossa cidade, pela sua posição geográfica e pelo seu dinamismo, reunia boas condições para entusiasmar a vinda até nós de grande número de portugueses.

Porque achamos de interesse para se ajuizar da impor-

tância desta iniciativa, transcrevemos os depoimentos subscritos por diversas pessoas no desdobrável, respondendo à pergunta: - Que pensa da Exposição "Terra Amada"?

"Terra Amada" é uma exposição que pretende mostrar a solidariedade biológica dos seres humanos com a biosfera, com a intenção de fundir as atitudes ecológicas de respeito com o meio ambiente, com as atitudes de utilização racional da natureza.

Apresenta uma visão moderna do assunto que ultrapassa a confrontação entre as duas concepções e encontra a síntese que sempre existiu no passado. Do ponto de vista expositivo, a exposição apresenta novidades bastante importantes, pois incorpora uma quantidade de recursos formais sem precedentes históricos nas exposições de carácter ecológico ou naturalista, desde efeitos luminosos, orgalónépticos, com cheiros, sensações de frio e calor, até efeitos musicais. Por outro lado, a existência de grande quantidade de elementos corpóreos e não simplesmente textos é também uma novidade. Posso garantir, com toda a franqueza, que é uma exposição radicalmente distinta de todas as outras exposições. É distinta, pelo conceito, pela forma e pelos recursos audiovisuais. Já foi vista nas três cidades onde foi exibida, Barcelona, Madrid e Bilbao, por mais de meio milhão de pessoas - o que dá uma ideia da capacidade de sedução que a exposição tem.

O discurso expositivo corresponde exactamente à divisa lançada pelo Clube de Roma e depois adoptada pelo movimento ecologista: pensar globalmente, actuar localmente. Esta exposição está totalmente pensada em termos globais. O protagonista é a Terra, como o próprio nome indica. Em cada um dos aspectos concretos tenta encontrar adequações locais a cada circunstância determinada.

Ramon Folch — Consultor da Unesco e autor da Exposição

"Segundo me é dado a conhecer, trata-se de uma exposição onde é feita uma familiarização com alguns sistemas biológicos e geológicos e onde, portanto, o interesse formativo é manifesto. Paralelamente, pretende o evento "Terra Amada" que ocorra uma sensibilização para alguns problemas ambientais do nosso planeta. Sabendo nós da importância diminuída que é dada, no desenvolvimento curricular do nosso ensino, à educação para o ambiente, são de louvar pela sua pertinência as iniciativas do tipo que esta mostra representa.

Se atendermos ainda a que, como creio, a exposição está organizada em moldes modernos, onde a interacção sensorial no sentido mais abrangente do termo é palavra de ordem, será desejável que dela tirem partido o maior número de pessoas e estabelecimentos escolares.

Acrescente-se, pela sua raridade, que organizações deste fôlego fora dos grandes centros são duplamente bem-vindas, constituindo um exemplo de descentralização cultural que importa cultivar.

Dr. Manuel Assunção — Vice-Reitor da Univ. de Aveiro

"A exposição "Terra Amada" possui um vasto interesse educacional. Concretamente, na perspectiva das Ciências Costeiras e do Mar, aborda de uma forma geral alguns dos aspectos vitais da relação homem-natureza.

A realização de uma exposição com estas dimensões e características numa cidade como Aveiro, que habitualmente não é palco de iniciativas deste tipo, vai ter um enorme impacto social e educacional.

Por outro lado, a participação de docentes da Universidade de Aveiro em actividades de extensão e divulgação cultural e educativa deve ser o mais que possível encorajada, pois desta forma a Universidade não se fecha em si própria.

Dra. Cristina Bernardes — Coordenadora do Mestrado em Ciências Costeiras e do Mar, da Universidade de Aveiro

"Na região de Aveiro, é grande o interesse pelas questões ambientais. Tal como nas grandes concentrações industriais do planeta, as boas prestações económi-

cas que o distrito ostenta, tiveram como base um processo de industrialização menos preocupado com a preservação e valorização das condições naturais indispensáveis ao efectivo bem-estar daqueles que tal processo visou servir. Como consequência próxima defrontamo-nos agora com o à-vontade com que o poder central pretende impor-nos os lixos tóxicos nacionais (incineradora em Estarreja e aterro no Cardal), isto numa altura em que as populações, a uma escala que suplanta mesquinhos interesses de alguns autarcas, demonstram um crescente interesse e poder de mobilização para a resolução dos problemas ambientais já existentes.

A re-montagem em Aveiro da Exposição "Terra Amada" — a primeira de um périplo internacional que só a ela se deverá — não é um acto isolado, não resulta de caprichos pessoais, mas tem apenas no seu pano de fundo a tentativa de afirmação de uma política de exposições que ultrapassem o âmbito exclusivamente local, é sim o contributo possível do Município para a sensibilização das populações nessa área e de uma elevada consciência cívica na forma de sobre isso actuar. A vontade e a energia que a Câmara Municipal de Aveiro está a desenvolver desde o início do processo de montagem desta exposição, bem mais que os magros recursos financeiros que a ela pôde dedicar, tornam clara a intenção de, pelo conhecimento, sedimentar na população formas de estar e actuar que inevitavelmente caracterizarão a sociedade pós-moderna. Por isso, a importância da participação das escolas, das associações culturais e recreativas, das famílias a quem desde já convidamos.

Para Câmaras cujo orçamento tem à partida menos dois dígitos, que os das duas maiores cidades do País, possibilitar aos seus munícipes possibilidades directas de activamente participarem nos grandes debates da sociedade actual, é sempre uma tarefa engenhosa. E, no entanto, gratificante e prestigiosa. Na história contemporânea de Aveiro são alguns os momentos em que isso aconteceu. Esperamos que este o seja também.

Para terminar, apenas um apelo: — se, como tudo parece indicar, nas sociedades do futuro as distâncias deixarão de significar obstáculos ao conhecimento e à amizade, não faz sentido que todo o país se continue a ignorar a ele próprio e não aproveite para conhecer um pouco melhor esta Terra que todos amamos."

*Dra. Maria da Luz Nolasco Cardoso
Vereadora do Pelouro da Cultura da C.M.A.*

"A possibilidade de visitar o Planeta Terra numa área de 1500 m² e conhecer os sistemas vivos e a paisagem numa concepção 100% inovadora constitui uma acção de sensibilização ambiental de grande eficácia e uma experiência única para os seus visitantes.

O "Diário de Notícias" é particularmente sensível a esta questão como provam as suas edições Norte, Algarve e edição Centro.

O grande impacto dos acontecimentos culturais organizados fora de Lisboa e Porto demonstra bem a carência e apetência pela descentralização. No entanto, as dificuldades de organização e angariação de patrocínios demonstram que ainda há muito a fazer, não só em termos de descentralização cultural mas também económica e de mentalidades."

Dra. Isabel Rodrigues — do "Diário de Notícias"

"Penso que vai ser uma exposição inovadora, tanto pelo conteúdo como pelos meios utilizados. Relativamente ao conteúdo, é actualíssimo uma vez que se trata de educação ambiental, indispensável para a sobrevivência no planeta Terra. Quanto aos meios, serão motivo de forte atracção por serem tão originais.

Na minha opinião é um bem necessário. Uma forma de fixar populações nas suas zonas de origem, de impedir a desertificação do país. Mas terá que ser encarada no quadro de uma política global de desenvolvimento, caso contrário não funciona."

*Virgílio Mora — Coordenador do Programa
Oceanofilia - Expo'98*

A cerimónia inaugural teve a presença do Presidente da República, Dr. Mário Soares, que se mostrou agradavelmente surpreendido e considerou que a exposição devia ser vista pelo maior número de pessoas, como introdução à Expo'98 - "a exposição mundial que vai chamar a atenção dos portugueses para a sua história, o seu projecto de futuro e a sua

ligação com os oceanos".

O Prof. Celso dos Santos, Presidente da Edilidade Aveirense, ao abrir a sessão proferiu as seguintes palavras:

Tenho a grata satisfação, Senhor Presidente da República, de saudar Vossa Excelência nesta Cidade de Aveiro. Faço-o o com o respeito que merece o mais Alto Magistrado da Nação, e também como intérprete da gente deste Concelho que, desde sempre, viveu e lutou pela liberdade, pela democracia e pela convivência pacífica das pessoas. Naturalmente dão-se conta em Aveiro as raízes profundas da sua quase natural vocação para esse nobre e íntimo sentimento, onde não cabem o despotismo, o acto desumano ou a injustiça social. Disso temos exemplos na nossa história que sobram, como por exemplo o dos nossos procuradores suplicando a D. Pedro I que atendesse os desejos dos homens do sal, como o da Princesa Santa Joana que escreveu aos autarcas do Porto para restituírem o trigo que era nosso, como o de José Estêvão que defendeu intransigentemente a sua terra, como o de Homem Cristo que gritou pela razão dos aveirenses e acordou consciências adormecidas, como o do Arcebispo Lima Vidal que descreveu as nossas belezas inconfundíveis.

De facto, os aveirenses habituaram-se à liberdade da ria e do mar, que moldou o seu espírito para grandes anseios. Habituar-se também a viver da esperança, quando semeiam os terrenos arenosos ou quando, barra fora, demandam os mares. Habituar-se, portanto, ao trabalho, conseguindo um potencial económico que alguns pretendem desconsiderar, mas que a sua força e dinamismo não consentirão.

Encontra-se Vossa Excelência num edifício que singularmente marca Aveiro. A Fábrica Campos, valiosíssimo imóvel da arquitectura industrial, pode considerar-se como um dos ex-libris característicos da região; abandonada, degradada e a caminho da destruição, foi recentemente recuperada e adaptada para instalação do Centro de Emprego, do Centro de Formação Profissional, da sede da Associação Industrial do Distrito e do Centro Cultural e de Congressos de Aveiro - estrutura que, pela experiência destes meses após a sua inauguração, se demonstrou como efectivamente necessária à realização das actividades para as quais foi projectada. Tais obras tornaram-se possíveis, graças aos aturados estudos e frutuosas conversações e sobretudo à tenacidade e boa vontade dos responsáveis do Governo

Central e da Autarquia Municipal. A Empresa Cerâmica, que aqui laborou, florescente na Região e no País, acompanhou a história da Cidade de Aveiro no decorrer do último século, sendo influente motor de progresso. Se em 1896 foi iniciada a construção das suas instalações, já antes vinha cozendo tijolo, instalada em barracas de madeira, com um rudimentar forno. Assim nasceria uma grande unidade fabril; Jerónimo Pereira Campos dava origem à segunda cerâmica de barro vermelho em Portugal, logo a seguir à das Devesas. Hoje, esta fábrica é um monumento ímpar e simultaneamente um polo de atracção nacional, contribuindo muito para a valorização da região de Aveiro.

Vossa Excelência, Senhor Presidente da República, acaba de presidir à inauguração da Exposição de Educação Ambiental "TERRA AMADA", que encontrou lugar condigno no Centro Cultural e de Congressos. Esta exposição, falando da nossa Terra e das variadíssimas formas de vida que a enchem, pretende mostrar a estreita solidariedade biológica dos seres humanos com a biosfera, aborda alguns aspectos vitais da relação "Homem-Natureza" e leva-nos a concluir como é urgente respeitar o meio ambiente, numa utilização racional dos bens que nos foram legados. Os muitos milhares de crianças, adolescentes, jovens e adultos que virão aqui, provenientes de todo o País, decerto que se deixarão envolver pelo fascínio da Natureza e pela exu-

berância dos seres criados; a visita será um estímulo ao amor por tudo aquilo que nos rodeia.

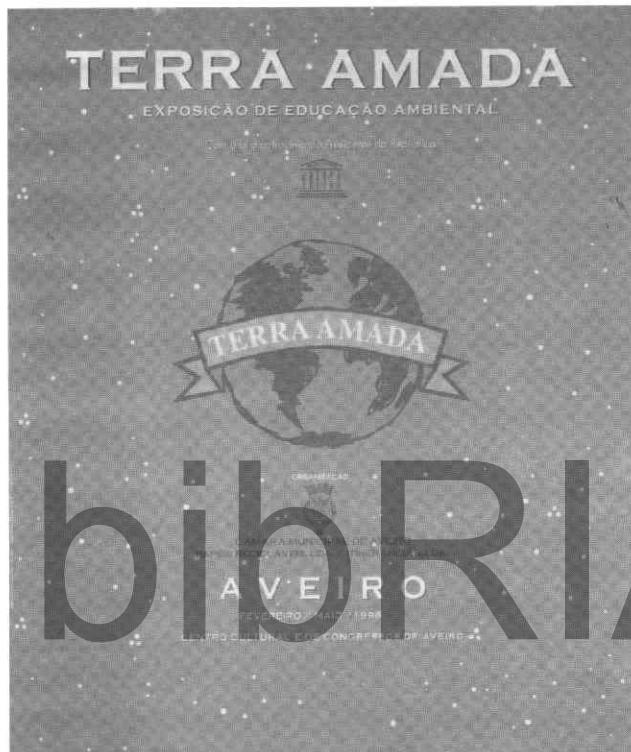
O Município e a Cidade de Aveiro, plantados mesmo junto da luminosa ria e do mar azul e não longe de campos viçosos e de verdes florestas, não podem ser indiferentes à concretização desta iniciativa. Aliás, na nossa Região é relevante o interesse pelas questões ambientais; haja em vista o crescente empenho das pessoas a favor da recta resolução dos diversos problemas

que vão surgindo e o seu à-vontade em face das pretensões do poder central. Por outro lado, importa cultivar e incentivar a descentralização cultural, fora das grandes cidades. Sentimo-nos pois felizes por contribuímos para a sensibilização das populações nessa área e para a formação cívica na forma de actuar.

Da nossa parte, agradecemos a todos os que confiaram em Aveiro para a realização, entre nós, da Exposição "TERRA AMADA" - organismos, entidades e

empresas; nomeadamente agradecemos a devotada participação de docentes da nossa Universidade em actividades de divulgação cultural e educativa, pretendendo assim não fechar-se sobre si mesma ao exterior, como é seu timbre. A conservação da Natureza é uma obrigação de todos.

Bem haja, Senhor Presidente da República, por se ter dignado aceder ao nosso convite; muito nos honrou com a sua dignificante e encorajadora presença.



Os aveirenses habituaram-se à liberdade da Ria e do Mar, que moldou o seu espírito para grandes anseios.

Prof. Celso dos Santos

Homenagem a Vasco Branco

A Câmara Municipal de Aveiro (Serviços de Cultura), o Cineclube do Porto, a Universidade de Aveiro (CIFOP) e a Federação Portuguesa de Cinema e Audiovisuais, colaborando na organização e iniciativa de Mário Augusto e desejando comemorar os cem anos do cinema português, entenderam concretizar uma retrospectiva da obra cinematográfica do aveirense Dr. Vasco Branco. O evento, que foi de 1 a 5 de Maio, teve lugar no Centro Cultural e de Congressos.

Esta homenagem, efectivamente, foi justíssima, porque Vasco Branco, pelo seu trabalho, capacidade e dedicação, é uma personalidade sobejamente conhecida no meio cultural, nacional e internacional.

Tendo nascido nesta cidade no ano de 1919, cedo começou a manifestar uma actividade multifacetada. Escreveu contos, novelas e romances e está representado em diversas antologias; tem colaborado em revistas e jornais; como artista plástico, tem exposto individual e colectivamente, assim como há obras suas em museus e em colecções particulares, nacionais e estrangeiras; foi sócio fundador do grupo "Aveiro-Arte" e dirige as "Oficinas Olarte"; foi premiado pela Associação Portuguesa de Escritores e pela Secretaria de Estado da Cultura em 1979; é sócio do Sindicato de Jornalistas e Escritores Franceses e da Comunidade Europeia dos Escritores.

Dedicando-se ao cinema, Vasco Branco ressalta no movimento cineclubista e entre os cineastas amadores não profissionais, numa diversificação de géneros, temáticas e suportes; os seus filmes são projectados e galardoados nos cinco Continentes, tantas vezes levando consigo paisagens e mensagens aveirenses. Entre outros, recebeu prémios nas jornadas de 8m/m de Paris em 1962 e 1969, no Concurso Internacional de Cinema de Amadores de Salzburgo em 1963, no Festival de Cannes em 1963 (menção honrosa), no I Festival Internacional da Figueira da Foz em 1965, no Festival de Cristchurch na Nova Zelandia e no Scottish Film em

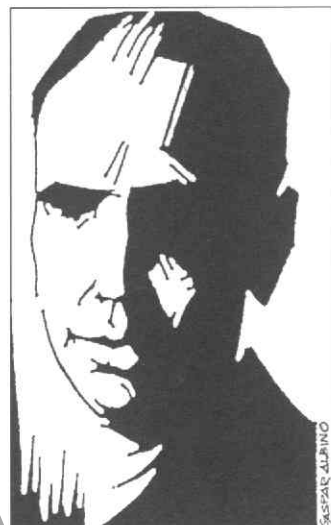
1971. Foi sócio fundador do Cineclube de Aveiro, que dirigiu durante oito anos; presidiu à Secção de Cinema Amador do Clube dos Galitos e à Comissão Executiva do I Congresso do Cinema Amador, proferiu conferências sobre cinema em inúmeros cineclubes, fábricas, associações, escolas primárias, escolas secundárias e universidades; dirigiu cursos de iniciação cinematográfica e fez parte de júris internacionais em Cannes (cinema não profissional) e na "Cinanima" de Espinho.

Por tudo isto, e pela sua dedicação a Aveiro e à sua região, a Câmara Municipal quis ser a porta-voz da gratidão colectiva e, no dia 12 de Maio de 1993, agraciou o Dr. Vasco Branco com a Medalha de Prata da Cidade e homenageou-o em Novembro de 1995, na ocorrência da IV Bienal Internacional de Cerâmica Artística. Além disso, a Edilidade, escolheu-o para decorar vários locais de Aveiro; assim, podem admirar-se painéis seus na rua de Viseu, na rua de Belém do Pará e na Costeira.

A propósito da retrospectiva, o Presidente da Câmara, Prof. Celso dos Santos, e a Vereadora do Pelouro da Cultura, Dra. Maria da Luz Nolasco, escreveram os seguintes depoimentos:

1 — " Vasco Branco é, sem sombra de dúvida, uma das personalidades aveirenses que ficará na nossa História, deixando-nos um legado muito difícil de superar.

Cineasta, pintor, escultor, escritor, atingiu em todas



estas formas de Arte um estatuto tal que há muito ultrapassou as nossas fronteiras, consagrando-o e premiando-o, não só a nível nacional como internacional.

Quase uma centena de filmes marca uma longa actividade artística, ultimamente mais voltada para Cerâmica, numa vontade, sempre presente, de percorrer a difícil estrada da experimentação.

Na retrospectiva que agora se faz da sua obra cinematográfica, teremos ocasião de (re)ver doze curtas-metragens, que perfazem duas horas de exibição.

Vasco Branco, que foi galardoado, em 12 de Maio de 1993, pela Câmara Municipal de Aveiro, com a Medalha de Prata da Cidade, é credor da homenagem que agora lhe prestamos, e para a qual convidamos todos os aveirenses, demonstrando-lhe, assim, o nosso apreço e a grande admiração que por ele sentimos.

Homem simples, apanágio só dos que passam pela vida, sem deixar que ela passe por eles, Vasco Branco bem a merece.

Na minha qualidade de Presidente da Câmara e de cidadão, aqui lhe deixo um abraço e um pedido sincero:

Não páre; AVEIRO PRECISA DE SI!"

2 — A presente homenagem a Vasco Branco, que pretende ser retrospectiva do seu percurso como realizador de cinema, integra-se nas comemorações dos cem anos do Cinema Português.

Esta iniciativa vem na continuidade da homenagem já prestada a este criador, aquando da IV Bienal Internacional de Cerâmica Artística de Aveiro, então realizada em Novembro de 1995.

Além do ceramista, do pintor e do escritor, sublinha-se o cineasta.

Criativo e com uma atitude sempre experimental nas artes, Vasco Branco é, sem dúvida, a voz clara de uma identidade cultural e espelho de uma cidade para a qual a dimensão dos seus contributos é publicamente significativa.

E, porque as palavras não conseguem alcançar o total das imagens que Vasco Branco captou, vejam-se os seus filmes.

PROGRAMA

projecção em Super 8 mm

O Espelho da Cidade - Documentário, 1961, 8'
Gente Trigueira - Documentário, 1968, 13'
Todos os Dias o Crucificamos - Animação, 1970, 10'
O Jugo Vareiro - Documentário, 1970, 10'
A Máquina - Animação, 1971, 12'
O Ensaio - Ficção, 1973, 22'
Dificuldade de Governar - Animação, 1976, 4'

projecção em Vídeo

Sol, Suor e Sal - Documentário, 1958, 11'
Circo & etc - Animação, 1960, 4'
O Naufrago - Ficção, 1966, 9'
Rajada - Ficção, 1968, 9'
Planeta Gaus - Abstracto, 1968, 6'

FILMOGRAFIA DE VASCO BRANCO

(dados recolhidos pelo Eng.º F. Gonçalves Lavrador)

1958	1969
O Bébé e Eu	O Xadrez
Sol, Suor e Sal	A Conquista da Lua
1959	Beautifull People
Figuras & Abstracto	Da Inspiração à Animação
O Menino e o Caranguejo	A Grande Farsa
Eterno Poema	1970
1960	Todos os Dias O Crucificamos
Circo & Etc.	O Jugo Vareiro
1961	Western
Festa Brava	A Droga
À Procura do Mar	1971
O Espelho da Cidade	Panos Cerâmicos
1962	A Máquina
A Luz e os Anjos	1972
1963	O Genérico
O Bosque Encantado	O Menino Rico e o Menino Pobre
1964	A Flor
Crime no Casino	1973
Migração Fantástica	O Ensaio (filme proibido pela
1965	Censura Fascista)
Tocata e Fuga	A Ilha Verde
A Solidão	1974
O Intruso	Peregrinos
O Pomo da Discórdia	1975
1966	Artistas do Nosso Tempo
O Naufrago	1976
O Quadro	Dificuldade de Governar
A Galinha	1977
1967	Aprendi a Amar
As Doze Horas do Raimundo	1978
A Bicicleta	Talião
Chaos ZN-73	1980
1968	A Escola Superior de Belas Artes
Rajada	do Porto
Planeta Gauss	1984
Gente Trigueira	O Colégio de Gaia

Recriação da Visita de El-Rei D. Luís I

No seu livro “Subsídios para a História de Aveiro”, João Augusto Marques Gomes registou o seguinte: - “Em 28 de Outubro de 1887, Sua Majestade El-Rei D. Luís, acompanhado da Rainha D. Maria Pia e do Príncipe D. Carlos e Infante D. Afonso, visitou Aveiro. É, portanto, dever meu dizer como foram recebidos. [...] / Eram dez horas da manhã quando se ouviu o silvo da locomotiva que trazia a esta cidade a Família Real Portuguesa, e então um frémito geral de alegria se apossou da enorme multidão que a aguardava. As avenidas da linha férrea, numa grande extensão, estavam ladeadas de povo. / O comboio real apenas entrou nas agulhas foi saudado com girandolas de dezenas de dúzias de foguetes, e saudações entusiásticas soltaram-se de milhares de lábios: ao longe, na cidade, repicavam festivamente os sinos de todas as torres, e a alegria, de que o povo se mostrava possuído, era sem limites, única. Parecia que Aveiro se havia fundido num pensamento só [...]”

A partir de uma reflexão conjunta sobre as práticas culturais e os hábitos de lazer da população de Aveiro, mesmo com o sentido de se marcar a própria identidade, surgiu a ideia de lançar no âmbito das escolas do concelho um projecto de animação lúdica que envolvesse a própria comunidade, para além dos jovens estudantes, sem deixar de recordar um momento que, no século XIX, tivesse marcado a vida cidadina. Desta forma, os Serviços de Cultura da Câmara Municipal e todas as Escolas C+S e Secundárias do concelho, a que aderiram algumas colectividades, como a CP, a Polícia de Segurança Pública, a Fanfarra de S. Bernardo, a Confraria de S. Gonçalo, a Associação de Criadores de Cavalos, a Sociedade Columbófila, as bandas de música, os grupos folclóricos e os bombeiros, recriaram uma das visitas de D. Luís I, narrada por Marques Gomes.

Foi no dia 4 de Maio, no início do programa das Festas do Município. Pouco passava das 15.30 horas, quando, vindo do norte, a fumarada da locomotiva a vapor anunciou a chegada do velho comboio, ainda da época; duas bandeiras nacionais bicolores (azul e bran-



co) e o escudo português com a coroa real eram os sinais evidentes da chegada do rei D. Luís com a sua Família. A recebê-lo, na estação, estavam representados o bispo-conde de Coimbra, D. Manuel Correia de Bastos Pina, o governador civil do Distrito, em exercício, Dr. José Maria Barbosa de Magalhães, o arcebispo de Aveiro, pároco de Nossa Senhora da Glória e reitor do liceu, Cônego José Cândido Gomes de Oliveira Vidal, o presidente da Câmara Municipal, Manuel Firmino de Almeida Maia, alguns nobres, deputados das Cortes e membros do Senado.

Ao som de foguetes e de acordes musicais, o Monarca foi cumprimentando as entidades presentes e saudando a imensa multidão que se apinhava na gare, na estação e no largo fronteiro; aqui, sobre um estrado, ocorreu a cerimónia das boas-vindas. Entre as personalidades “actuais”, contavam-se os presidentes da Assembleia e da Câmara Municipal, respectivamente Dr. Rogério Leitão e Prof. Celso dos Santos, diversos vereadores e ainda Sua Alteza Real D. Duarte Pio, Duque de Bragança, que desejou estar com o povo de Aveiro para receber o seu “antepassado”.

Manuel Firmino, representado por Fernando da Silva Lau, no seu discurso, proferiu calorosas palavras de saudação ao ilustre Chefe de Estado, bem como à Rainha (Susana Matos) e aos Príncipes, evocando o passado histórico de Aveiro; assim disse, repetindo o discurso, transcrito por Marques Gomes.

“Senhor! A Câmara Municipal do Concelho de Aveiro agradece a Vossa Majestade a honra da sua visita a esta terra. Se Vossa Majestade não pode encontrar aqui nem as aparatosas ostentações de júbilo, nem as magnificências de hospitalidade opulenta das florescen-

tes cidades do norte do Reino, que percorreu, terá para os seus olhos de artista as belezas naturais do país, e para os seus ouvidos de monarca tão calorosas e espontâneas ovações, tão sinceras e merecidas bênçãos, que hão-de orgulhar o seu augusto espírito, e comover o seu magnânimo coração.

Aclamamos na pessoa de Vossa Majestade o supremo Chefe de Estado - o modelo dos reis constitucionais, o continuador benemérito das gloriosas tradições da sua dinastia, o solícito protector das artes e das indústrias nacionais, o exímio cultor das letras pátrias e o seguro penhor das liberdades públicas e das garantias individuais.

Abençoamos na Augusta Esposa de Vossa Majestade o exemplo único das rainhas e mães, que fez da coroa uma auréola e do trono um altar, e que, ao desdobrar o manto da realeza para acolher os desvalidos, deixa cair todas as pérolas da opulência, transformadas em flores da caridade.

Saudamos nos Sereníssimos Príncipes os auspiciosos herdeiros dos altos méritos e das egrégias virtudes de seus maiores, certos de que hão de acrescentar em brilho e glória o já tão brilhante e glorioso trono português.

E, sobre o doirado berço em que balouça o gentilíssimo Príncipe da Beira, desfolhamos todas as rosas da esperança e todos os lírios de amor.

Serão estas, Real Senhor, as nossas festas, que outras não pode dar a modéstia, nem outras sabe dar a simpatia."

El-Rei, na pessoa de Arlindo da Silva, agradeceu, acabando por afirmar que "Deus abençoe esta cidade, a que a actual dinastia e a liberdade muito devem". O cortejo seguiu pelas velhas artérias da urbe para o largo municipal, sempre com a participação de muitas pessoas, inclusivamente com colchas nas janelas e varandas e com toques de sinos.

Tudo terminou com uma feira antiga, dos finais do século passado, na qual participaram estudantes e professores das escolas, além de ranchos folclóricos; comercializaram-se objectos cerâmicos, artigos domésticos, produtos agrícolas, sal, brinquedos, doces, comes e bebes... - tudo vendido por pessoas vestidas à época. A estátua de José Estêvão emergia da multidão, mas também ele foi então recordado com a leitura de trechos dos seus discursos.



Na sessão de boas-vindas, no largo da estação da C.P.



Recebendo as aclamações populares, em frente dos Paços do Concelho.



D. Duarte Pio, Duque de Bragança, conversa com "D. Luís I".

Homenagem a Cândido Teles

O Coronel Cândido Teles é exímio pintor de Aveiro, da ria e da região. No ambiente cultural, todos o admiram e elogiam. As suas obras, tantas vezes disputadas, encontram-se em museus, em repartições oficiais, em escolas, em instituições particulares, em casas de família. O génio do artista encontra-se em qualquer dos seus quadros, senão mesmo em qualquer rabisco ou apontamento; a paisagem ou a figura são enriquecidas pelo pincel, guiado pela sua mão.

Na ocorrência dos setenta e cinco anos de vida, Aveiro não podia esquecer este “aveirense”, embora nado e criado na cidade maruja de Ílhavo, que ele jamais enjeitou. Assim, a Câmara Municipal de Aveiro, tendo a colaboração da Direcção do Instituto Superior de Ciências da Informação e Administração, entendeu homenageá-lo condignamente. Para isso, com início no dia 25 de Abril, esteve patente ao público uma retrospectiva da sua obra artística, que se desenvolveu em três espaços: - na Galeria Municipal, na Galeria dos Morgados da Pedricosa e no Centro Cultural e de Congressos. Aí o visitante pôde apreciar não apenas a pintura, mas também o desenho, a gravura e a cerâmica de Cândido Teles - sempre mestre em qualquer destas expressões.

Querendo associar-se a tão merecida consagração, o Boletim transcreve os seguintes depoimentos:

Do Presidente da Câmara Municipal:

Cândido Teles, não sendo um aveirense, é um aveirense. Esta aparente incongruência resulta do facto de o artista ter efectivamente nascido em Ílhavo, mas nas suas telas se ter entusiasmado por fixar temas de Aveiro e sua região.

Frequentemente, visito as suas exposições. Diante dos quadros paro, amiúde, deixando-me extasiar pela mensagem que eles me transmitem. A imagem cromática leva-me, tantas vezes, a vaguear absorto admirando,

ainda mais, a beleza única da nossa paisagem. Ali os contornos de um barco, acolá um trecho ímpar da ria, mais além o trabalho árduo do marnoto, aqui mais perto o pormenor de uma das nossas ruas ou a silhueta de um dos nossos monumentos.

Se isto não bastasse, o seu perfil multifacetado de artista está gravado em alguns painéis cerâmicos que enriquecem a nossa cidade.

Além disso, Cândido Teles sempre se manifestou disponível para colaborar com a Câmara Municipal de Aveiro em iniciativas de carácter cultural, nomeadamente na organização das primeiras Bienais Internacionais de Cerâmica Artística de Aveiro.

Na ocorrência dos seus 75 anos de vida, o Presidente da Câmara sente-se “obrigado” a prestar sincera homenagem ao aveirense Cândido Teles.

Da Direcção do ISCIA:

Após um período de gestação do projecto, a Direcção do ISCIA entendeu por bem associar-se à Câmara Municipal de Aveiro, para promoverem um conjunto de iniciativas que mostrasse, sobretudo à juventude, mas também aos Aveirenses em geral, a vida e a obra do mais consagrado dos seus artistas.

Ao fazê-lo, da parte do ISCIA, houve ainda um outro objectivo: incentivar os jovens artistas à sua realização, por diferentes caminhos, de olhos postos em



exemplo de afincado trabalho, mesmo que em condições menos favoráveis. E também porque, é verdade, consagrar, em letra de forma, essa vida repartida do artista que nunca abdicou de o ser caracterizando as regiões por onde passou, sempre, trabalhando em defesa e valorização da sua terra e das suas gentes e fainas. Ou dizendo de outra forma e sumariamente, que estudou e verteu em cor os Homens e os ambientes da Ria de Aveiro e das terras litorais em que eles vivem e lutam nas mais diversas actividades. E fê-lo sem desfalecimentos nem à espera de reconhecimentos, mas porque identificado com a vida simples da terra que o viu nascer.

Aos 75 anos, Cândido Teles continua a lutar para que todo este espaço - o espaço da sua juventude - permaneça vivificado, num mundo de cor e de vivência edénica. E porque muitos outros também acreditam e tudo farão para que assim seja, desta forma lhe prestam uma homenagem, singela, mas bem merecida, expondo um significativo «corpus» do seu trabalho mais recente e perpetuando igualmente um conjunto de obras que se assume, no essencial, como representativo do seu labor artístico.

Defendemos que as homenagens, quando indiscutivelmente merecidas, se devem prestar em vida.

A todos quantos se empenharam na colaboração e realização deste conjunto de actividades, o nosso agradecimento.

Da Vereadora do Pelouro da Cultura da C.M.A.:

Apresentação

Com a comemoração do seu septuagésimo quinto aniversário, o Mestre Cândido Teles proporciona à comunidade aveirense uma possibilidade de o homenagear, ou melhor, de lhe demonstrar o mais profundo agradecimento pelo seu silencioso, mas luminoso contributo para o enriquecimento da sua cultura. Sim, a cultura é também o ver e o alargamento das formas de ver e das possibilidades de as partilhar. Têm sido aliviadas ideias várias para a comemoração deste feliz acontecimento. A Universidade de Aveiro, na ocasião do seu vigésimo segundo aniversário, prenunciou este tão merecido ciclo de homenagens com uma exposição de pintura de sua autoria. Foi um momento alto e de significativo valor na obra do Pintor e que perdurará na memória dos estudantes.

É, no entanto, supremo dever das autarquias corres-

pondentes aos espaços com os quais mais se relacionou, promover a realização da homenagem pública que celebra este aniversário. Neste caso, foi o Município de Aveiro, cidade/região que Cândido Teles pintou, descreveu e que, na continuidade do seu projecto, vai redescobrir e mantendo viva em todos nós, quem com gratificante empenho se propôs fazê-lo, conjuntamente com o Instituto Superior de Ciências da Informação e Administração - ISCIA - que aderiu, desde a primeira hora, ao convite que lhe endereçámos.

Entre as ideias para a homenagem a Cândido Teles, a primeira foi a de se criar uma trilogia de momentos plasticamente concebidos que permitam o entendimento do sentido global da sua obra, nos seus múltiplos meios de expressão: no desenho, na pintura, na gravura e na cerâmica.

Para três momentos, três espaços

Triplamente polarizada nos espaços das Galerias Municipal, Morgados da Pedricosa e do Centro Cultural e de Congressos de Aveiro, a obra integral relativa a Aveiro de Cândido Teles pode ser analisada como um sucedâneo de momentos criativos e distintos. A temática que serve de matriz de entendimento do seu trabalho é, preferencialmente, Aveiro e a sua Região. Esteja-se, por isso, consciente da limitação e teste que este facto constituiu na selecção das obras expostas.

Assim, o primeiro momento, o desenho, organizado no espaço da Galeria Morgados da Pedricosa, é conceptualmente tratado, induzindo-se o visitante a viajar no mundo das ideias, da memória e dos sonhos do pintor, transportados para o papel como fugazes registos gráficos. Grafias, rabiscos, apontamentos, descrições e pensamentos são ambos dialecticamente expostos sobre o suporte; ora o vertical, ora o horizontal; ora o ecrã de estruturação ortogonal densamente preenchido de desenhos, ora a caixa sobre a horizontal onde sob protecção estão instalados os cadernos a branco e preto deste intérprete de paisagens.

À parte da obra que naquele momento se exprime poeticamente sucede a outra que, metodologicamente, lhe dá sequência: os desenhos pintados ou, como disciplinarmente são definidos, as monotípias e técnicas mistas. Um novo elemento surge e se destaca, a cor e a sua exaltação como valência estética e formal. Este segundo momento, organizado no espaço da Galeria Municipal, apresenta, pela primeira vez, o máximo con-

junto de obras do artista jamais reunidas, permitindo-nos conhecer um percurso rigoroso e de grande imaginação plástica. Este momento está na continuidade da pesquisa de raiz que o autor vem experimentando e acaba por nos revelar, de facto, um percurso menos conhecido na obra de Cândido Teles. É-nos desvendado algo de novo, aparentemente secreto na obra e personalidade

Cultural e de Congressos de Aveiro. Corresponde a um largo período de produção e traduz o confronto vivencial e sentimental do pintor. Cada pintura radica em duas vertentes de trabalho: na observação directa da natureza (ambientes, paisagens e figuras humanas) filtrados por um sentir pessoal e interior; no registo de memórias evocativas da sua vivência com a Ria, memórias de uma



Varandas do Cértima

78 x 87 - 1990

do artista; é-nos dada a conhecer uma nova divisão do espaço pictórico em linhas e em superfícies planas que se interceptam, fundindo a figuração com o fundo através da coloração. Confirmamos aqui o conteúdo de referências e estudos vários que vêm sendo dedicados ao artista; confirmamos uma nova dimensão motivada por um vocabulário em contínua exploração e descoberta que decisivamente influenciará os percursos das linguagens artísticas contemporâneas.

E, para encerrar o ciclo, o terceiro momento criativo, o da pintura, organizado no espaço do Centro

juventude à beira-mar, que nos remetem para uma poética pessoal e intimista. «Para Cândido Teles cada pintura tem uma história», assim me o disse D. Maria Júlia - a esposa, a crítica e a companheira de sempre do pintor - acrescentando ainda, «o seu compromisso era com o trabalho militar que assumiu como profissão. Não era, no entanto, a profissão sonhada nem a desejada, mas familiarmente a mais viável. Era uma alternativa ao sonho, ao desejo de pintar, desenhar e modelar». É, no entanto, à sua constante concretização desse sonho que devemos a grata obrigação desta homenagem...

CALENDÁRIO DAS FEIRAS E EXPOSIÇÕES

8º Salão de Antiguidades

27 de Fevereiro a 2 de Março

Feira do Ambiente e da Protecção Civil

8 a 11 de Março

Feira de Março

25 de Março a 25 de Abril

Bicimota

8 a 12 de Maio

Exposição das Associações Culturais e Desportivas do Concelho de Aveiro

10 a 18 de Maio

1ª Exposição Canina Internacional

24 a 25 de Maio

Feira da Juventude

1 a 10 de Junho

Feira do Livro

Rossio - Junho

Salão Automóvel

14 a 22 de Junho

Agrovouga

12 a 20 de Junho

Farav

9 a 17 de Agosto

Exposição de Ornitofilia

9 e 10 de Novembro

Feira das Velharias

JANEIRO.....	19
FEVEREIRO	09
MAIO.....	18
JUNHO	22
JULHO.....	06
AGOSTO	24
SETEMBRO	21
OUTUBRO	05
NOVEMBRO	23
DEZEMBRO	07

12 de Maio - Feriado Municipal

Entre os múltiplos números do programa das Festas da Cidade e do Município para o dia 12 de Maio - Feriado Municipal - avultam dois: a festa litúrgica da Padroeira de Aveiro, a Princesa Santa Joana, e a sessão solene nos Paços do Concelho.

1 - Festa da Padroeira

Como há séculos se vem fazendo, mais uma vez milhares de pessoas encheram a sé catedral e as ruas de Aveiro para venerar a Princesa que, em 1472, trocou as comodidades fáceis da Corte pela austeridade espiritual do Mosteiro de Jesus. Se ela se interessou por esta terra, que adoptou como sua, também os aveirenses a escolheram para continuar a protegê-los como celeste padroeira.

Tanto a Eucaristia festiva, durante a manhã, na sé, como a procissão, à tarde, foram presididas pelo bispo de Aveiro; este segundo acto religioso teve a participação de muitas irmandades, não só das freguesias do concelho como de algumas paróquias da Diocese, e nela se incorporaram os escuteiros de diversos agrupamentos, os militares de São Jacinto, a Fanfarra de São Bernardo e as nossas bandas musicais, as Irmãs Religiosas Dominicanas e, sobretudo, a irmandade anfitriã de Santa Joana, com seus irmãos, donzéis, donzelas, infantes, infantas, escudeiros, pajens, cavaleiros, leais conselheiros, damas e princesas.

As autoridades civis, académicas, judiciais e militares também se apresentaram com seus distintivos, seguindo atrás do pódio, junto às bandeiras do Distrito, da Diocese e do Município.

Durante a Missa, D. António Baltasar Marcelino proferiu as seguintes palavras, que subordinou ao tema "Santos, testemunhas da esperança":

A celebração festiva de Santa Joana Princesa tem, para nós que a invocamos como padroeira, um especial significado e comporta sempre um apelo concreto a vermos na sua vida um estímulo para a nossa vida cristã de todos os dias.

O discípulo de Cristo - e outra coisa não pode ser um cristão - é aquele que mostra, com a sua vida concreta, a verdade e a força da sua fé. A fé em Jesus Cristo molda a vida do cristão, porque acreditar n'Ele é esforçar-se por ser como Ele e ter os sentimentos d'Ele.

A vida cristã leva aquele que acredita a uma situação nova, perante o mundo e os outros, na qual, as atitudes do dia-a-dia são fruto amadurecido da graça de

Deus e do esforço pessoal daquele que professa a fé. Quando a fé não tem influência na vida, ela é verdadeiramente vã, porque a fé verdadeira leva à experiência concreta da força de Deus na vida do crente. Quero ilustrar esta verdade com um episódio central da vida da Santa Princesa.



A notícia da tomada de hábito, conhecida fora do convento e chegando depressa à capital do Reino, provocou em Aveiro e na fidalguia lisboeta, uma grande preocupação. Multiplicaram-se os protestos e as manifestações. Uns temiam perder a sua protecção e outros achavam que tal decisão poderia pôr em causa a independência do Reino.

O seu irmão, D. João, que a história guarda com o título de Príncipe Perfeito, acompanhado pelo bispo de Évora, também fidalgo, pôs-se a caminho de Aveiro para dissuadir a Princesa, sua Irmã, de vir a professar. Entrou tumultuosamente no convento, passou a clausura, protestou junto da Superiora por esta ter admitido a Princesa à tomada de hábito e ao noviciado. Depois, procurando a Irmã na sua cela e triste por vê-la com o hábito grosseiro de uma simples religiosa dominicana, pediu-lhe com palavras, primeiro comovidas depois recriminatórias, que abandonasse o seu propósito de se consagrar a Deus, pois isso, para bem de Portugal, não lho permitiria nem o Rei, seu pai, nem ele próprio, seu irmão e futuro monarca.

A resposta da Princesa de que fora mesmo para se consagrar a Deus que viera para Aveiro, foi de tal modo convincente e serena, que nem a intervenção do bispo de Évora, que fora em apoio do Príncipe D. João, a demoveria de tal propósito. Então, da recomendação passou-se à ameaça, do trato fraterno à violência autoritária. A Princesa, porém, mantinha-se serena e resoluta. Nela, a força de Deus sobrepunha-se a todas as prepotências do irmão e do bispo, seu acompanhante.

Páginas lindas de uma vida a denunciar uma cristã esclarecida e profundamente motivada. Sabia o que queria, donde lhe vinha a força e como lutar pelo seu ideal. O segredo desta força interior residia na consciência viva de que as raízes da sua esperança se alimentavam no coração do Deus em que acreditava. Era aí que encontrava as razões de uma tão forte determinação.

A consagração a Deus para a Princesa Joana era, de facto, uma determinação e uma certeza. Não tinha medo. Uma alegria permanente lhe inundava o coração. Nem promessas, nem lágrimas, nem ameaças a demoveriam. Sabia em Quem acreditava e dispusera-se, sem receios nem reticências, a servir mais a Deus que aos homens. Por isso, aqui estamos a festejá-la e a venerá-la, como desde há séculos se vem fazendo. O povo cristão soube sempre distinguir os verdadeiros

santos daqueles que o não eram, e sempre se antecipou, com o seu discernimento e a sua veneração, aos juízos definitivos dos Papas.

O Papa actual, profundo conhecedor dos homens e dos tempos que vivemos, olhando para o mundo, cada vez mais carente de verdade, e para as comunidades cristãs da velha cristandade, carregadas de costumes religiosos rotineiros e inconsequentes, comunidades frequentemente distraídas do essencial, fez a toda a Igreja um apelo veemente: o apelo à "Nova Evangelização", que para os cristãos tradicionais, como nós, se traduz, antes de mais nada, num esforço de renovação da fé, a fim de que ela determine a vida pessoal, segundo os critérios do Evangelho, e oriente a acção a realizar no mundo, segundo o projecto de Deus, a favor de todos os homens, sem excepção. As muitas canonizações de santos, de diversas idades, raças e culturas, significam, para o Papa, a multiplicação de modelos e de referências para os cristãos de hoje. Assim poderemos dizer, como Santo Agostinho dizia no tempo da sua luta e da sua insistente procura de sentido para a vida, ao contemplar os santos: **"Se estes e estas foram capazes, porque não eu?"**

Os santos são sempre actuais, porque, os valores que viveram e que testemunharam, sendo de Deus, são valores permanentes e universais. Eles foram cristãos verdadeiros que souberam ser úteis aos homens e dedicados na construção de um mundo mais justo e fraterno, porque Deus teve sempre o primeiro lugar nas suas vidas. Venerar os santos, é reconhecer os seus méritos e a razão profunda dos mesmos méritos. É, por fim, descobrir neles o que pode ser estímulo para nós, na vivência pessoal da fé cristã.

Uma das características do nosso tempo, a nível das convicções determinantes para a vida, é, em muitas pessoas, a falta de profundidade, de permanência, de motivação. Vivem à superfície de si mesmos e das coisas que as cercam. Vidas fragmentadas, de fragmentos sem nexo e sem sentido histórico. As acções morrem de repente, não têm consistência, são de fruição imediata e dominadas pelo provisório. Parece dominar em muita gente a convicção de que nada vale a pena. Impera, progressivamente, a civilização do vazio. A técnica, fruto da inteligência, parece querer dispensar o homem de pensar, de escolher, de se determinar.

Serão as pessoas mais felizes por isso? Sentem maior realização na vida que levam? Descobrem-se

mais próximas umas das outras, mais solidárias umas com as outras, mais ao serviço umas das outras? Não é isso que parece. A falta de amor e de respeito mútuo arrefeceu, na vida social, as relações da convivência. A sobreposição dos interesses próprios torna o outro um concorrente, quando não mesmo um inimigo, as razões utilitárias desagregam muitas famílias, por força de um egoísmo, em que cada um só pensa em si, os valores da vida perderam a consistência objectiva e cada um os formula, pela positiva ou pela negativa, a seu bel-prazer. Os que conseguem emergir, demarcando-se pelas suas atitudes e ideais, aparecem cada vez mais como estranhos, como gente fora do tempo e ultrapassada. Porém, ontem como hoje e como amanhã, são estes que permanecem vivos, que deixam nos caminhos da vida sinais de pista, que constituem referências para quem não se conforma a vegetar na mediocridade e quer ser protagonista válido no tempo que lhe é dado viver.

O expoente máximo da normalidade humana é a santidade. Os verdadeiros santos serão sempre os mais normais dos homens. Respeitam e constroem a sua vida segundo o projecto de Deus, de quem se reconheceram imagem, e na fidelidade aos valores que Cristo pregou, viveu, testemunhou e propôs como solidez para o alicerce de uma vida, digna desse nome. Por isso, eles serão sempre no mundo, testemunhas de esperança, de uma esperança viva.

A mensagem de Santa Joana Princesa, para nós e para o nosso tempo, tem aqui a sua força e o seu significado. Uma vida construída sobre a solidez da fé e dos valores que dignificam a pessoa.

Referência e modelo para todos, é, com mais razão, para a gente nova que será sempre a mais vulnerável e frágil, no contexto de uma sociedade vazia e fragmentada.

Convido-vos, a vós, jovens que aqui vos encontrais e aos demais a quem possa chegar a minha palavra, e que olheis para Santa Joana e para sua vida, sem medos nem preconceitos.

Antes de olhades para a Irmã do Convento de Jesus, sepultada num túmulo artístico e rico, olhai para a jovem e para a cristã. Se a religiosa testemunha a vocação pessoal e vos diz que cada um deve descobrir e ser fiel àquela que é a sua vocação, a cristã testemunha a vocação comum de todos os baptizados, para os quais Deus deve ter, de pleno direito, o primeiro lugar na sua vida. E que testemunha esta jovem corajosa e apaixonante na sua determinação e coragem? O esforço e a decisão de cada um descobrir, com lucidez e liberdade interior, um sentido para a sua vida e a capacidade de ultrapassar todos os obstáculos que surgem no caminho, para que a mesma vida se possa construir, alimentada e norteadas por um ideal nobre.

Alguns de vós ides assumir um compromisso que vos liga, publicamente, a Santa Joana, nossa Padroeira, como membros da sua Irmandade. Resisti à tentação do que possa significar de superficial e inconsequente, o vosso gesto e o vosso hábito. O sentido das coisas está, antes de mais, dentro de cada um de vós e vós lho dareis, de harmonia com a vossa capacidade de ideal e de esforço para lhe serdes fiéis.

Santa Joana não é uma recordação do passado, é uma riqueza e um apelo do presente. Que como ela e com a sua ajuda, venerando Cristo Jesus com as nossas vidas, estejamos sempre prontos e preparados para darmos razão da nossa esperança, do Espírito que nos anima e da persistência nos nossos ideais.

2. - Sessão Solene Municipal

Pelas 12.30 horas, no salão nobre dos Paços do Concelho, teve lugar uma sessão solene, em que se

prestou homenagem a algumas personalidades e colectividades aveirenses e a dez funcionários da Edilidade. Foi um momento importante em que se exaltaram valores do trabalho e valores humanos, que se destacaram na história e na vida de Aveiro.



O presidente da Câmara Municipal, Prof. Celso dos Santos, ao abrir a sessão, explicou a razão de ser da cerimónia e justificou a atribuição das medalhas e das placas em prata; foram estas as suas palavras:

Como vem sendo hábito, de novo nos encontramos neste dia 12 de Maio, Feriado Municipal, que dedicamos à Cidade e ao Município.

É, portanto, um dia festivo integrado nas Festas do Município, a decorrerem, e nas quais a Comunidade Aveirense colabora e participa das mais diversas maneiras, dando-lhes vida, conferindo-lhes sentido, através de múltiplas manifestações públicas e religiosas, contribuindo simultaneamente para revivermos e recordarmos velhas tradições e hábitos que para sempre caracterizaram Aveiro, dando-lhes identidade singular e distinta de todas as demais comunidades.

É ainda o dia dedicado a Santa Joana, Padroeira de Aveiro. É também o momento apropriado para individualmente ou em conjunto sentirmos mais profundamente a Cidade e o Município, melhor dizendo, para a reflexão, da qual, estou certo, dar-nos-emos conta de que cada vez mais a amamos.

Quero assim com muita amizade saudar o Senhor Governador Civil, o Senhor Bispo de Aveiro, o Senhor Reitor da Universidade, o Senhor Delegado do Procurador Geral da República, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e seus membros, as Senhoras e Senhores Vereadores, bem como todas as Entidades, Funcionários e Amigos, a quem desde já agradeço a sua participação nas festividades deste dia, mas também e acima de tudo a colaboração que à nossa comunidade vêm com entusiasmo prestando, contribuindo indelevelmente para o engrandecimento de Aveiro.

Como em anos anteriores, aproveitamos esta oportunidade para solenemente rendermos a nossa homenagem a alguns Aveirenses, algumas Colectividades e alguns Funcionários Municipais, a quem por todos nós é reconhecido valor e mérito. Deste modo, com esta cerimónia, escrevemos mais uma página da história de Aveiro.

Antes, porém, queremos recordar um ou outro acontecimento da vida do Município, que julgamos relevar ao longo dos últimos meses pelo seu significado, nomeadamente:

— a atenção dedicada e trabalho já desenvolvido no âmbito do ordenamento do território através

de novos elementos de planeamento e de estratégia, como Plano Director Municipal, Planos de Urbanização Estratégico e de Pormenor, considerados peças indispensáveis para pôr em prática um urbanismo correcto e um desenvolvimento harmonioso do concelho;

— a procura permanente da garantia das acessibilidades constantes na rede fundamental (IC1 e IP5) e na rede supramunicipal (Eixo Estruturante e a Recuperação da Linha Férrea do Ramal entre Aveiro-Águeda com prolongamento para a área urbana e Ílhavo, de modo a atingir transportes mais fáceis, mais rápidos e cómodos na Região e reduzindo os problemas resultantes do tráfego automóvel e seu estacionamento, que hoje começa a ser preocupante;

— a qualidade de vida através da recuperação urbana já iniciada nas zonas históricas da Beira-Mar e Esgueira e a instalação das redes de gás natural e da televisão por cabo, que, contribuindo para a preservação do património construído, acompanham a modernidade que nos coloca ao nível europeu;

— a criação de novos meios de apoio a situações de delinquência e exclusão social e a continuação do programa de habitação social, introduzindo na actividade municipal a componente social mais concreta e em nosso entender cada vez mais da responsabilidade do Poder Local;

— o novo período da história da Fábrica Jerónimo Pereira Campos, tornada possível mercê de aturados estudos, frutuosas conversações e justificados acertos, sobretudo graças à tenacidade e à boa vontade dos responsáveis da Autarquia e do Governo Central (permitam-me a referência do Dr. Girão Pereira, Dr. Rui Amaral e Dr. Bagão Félix), passando a ser um verdadeiro “ex-libris” de Aveiro, pois é um valioso imóvel de arquitectura industrial adaptado ao funcionamento de Serviços importantes e ainda um excelente lugar de cultura e convívio. Foi motivo da visita do Senhor Primeiro Ministro Prof. Cavaco Silva, além de outros responsáveis governamentais, na sua inauguração:

— a IV Bienal Internacional de Cerâmica Artística, evento de impacto nacional e internacional e que, reflectindo a tradição da olaria na região,

atraiu artistas e visitantes dos mais diversos países da Europa e dos outros Continentes, sendo um importante meio de promoção e desenvolvimento integral da Comunidade que, não se esgotando em frios números e áridas estatísticas, a enriquece com valores morais do espírito;

- a exposição “Terra Amada” no âmbito da educação ambiental trouxe a Aveiro, até hoje, cerca de 80.000 visitantes de todo o País e da vizinha Espanha e ao mesmo tempo nos proporcionou o prazer e a honra de ter connosco o Senhor Presidente da República, Dr. Mário Soares.
- o encontro recente de autarcas e de representantes de associações das Cidades Irmãs, que possibilitou um melhor conhecimento dos intervenientes e contribuiu para o reforço das relações e incentivo de intercâmbios económicos, associativos e culturais;
- a definição de um modelo urbanístico para o Cojo, publicamente conhecido e a pôr em prática nos fins de Julho;
- a regionalização e a discussão pública gerada à sua volta, tema que para nós é tão caro por razões de todos conhecidas, ao sentirmos que mais uma vez vamos ser desconsiderados em termos da divisão do território e localização dos Órgãos Regionais, o que me leva a apelar à dinamização dos Aveirenses para a discussão desta matéria bem como aos Senhores Deputados para fazerem sentir ao País a nossa realidade.

São cinco as personalidades e duas as colectividades que entendemos distinguir nesta sessão solene. Cada uma no seu sector se tem evidenciado no nosso meio. Julgamos que os responsáveis da sociedade e por ela eleitos, tendo consciência dos cargos que exercem, jamais podem olvidar quem generosamente se gasta no interesse pelos mais desprotegidos, no espírito altruísta, no labor sem descanso.

Este ano, a Câmara Municipal deliberou atribuir a **Medalha de Mérito Municipal** aos seguintes aveirenses:

- **Padre António Dias de Almeida**, que, desde 1948, vem desenvolvendo uma notável acção humana e formativa no lugar de Vilar, desta cidade, sentindo com o povo as suas necessidades e anseios e ajudando-o na solução dos seus problemas, sem jamais pensar em si

sem primeiro pensar nos outros;

- **Eduardo Raposo Rodrigues de Sousa - o ATITA** - que, desde os seis anos de idade, sempre se tem dedicado à natação, que metodicamente vai ensinando o seu desporto preferido, sem deixar de se preocupar em forma homens e mulheres, e que, por vezes heroicamente, salvou do naufrágio alguma dezenas de vidas;

- **Pedro da Naia Sardo**, justamente considerado como um dedicado e persistente marnoto, desde tenra idade, cuja vida, por isso mesmo, se tem gasto ininterruptamente numa actividade específica da identidade aveirense;

- **Comendador Egas da Silva Salgueiro**, a título póstumo, que, com inteligência lúcida e rara capacidade, foi um dos mais operosos empresários locais, fazendo do trabalho o ideal da sua vida e contribuindo para o fomento da economia aveirense e nacional, sobretudo no domínio das pescas.

Além disso, a Edilidade também deliberou atribuir as seguintes **placas simbólicas**:

- À **Sra. D. Maria Gabriela Oudinot Larcher de Sousa**, por generosamente ter feito, na nossa Biblioteca Municipal, o depósito de todos os recortes de jornais e de todos os manuscritos, uns e outros da autoria do seu tio-avô e insigne aveirógrafo José Reinaldo Rangel de Quadros Oudinot, sem cuja obra invulgar não é possível conhecer a história de Aveiro e que, a partir de hoje, dá justamente o nome a uma rua citadina;

- À **Sociedade Recreio Artístico**, agremiação já anteriormente de outra forma galardoada pela sua actividade em prol da formação e do desporto, na ocorrência do seu primeiro centenário, recordado em 19 de Março;

- E à **Fanfarra do Centro Paroquial de São Bernardo**, pela sua acção preponderante na cultura, na educação e na formação humana desde a sua fundação há vinte anos, e ainda porque tem levado o nome de Aveiro em variadíssimas actuações pelo País e pelo Estrangeiro;

- Também lembramos os **Funcionários Municipais**, **Aires da Silva**, **Ana Rosalina Pinto Ribeiro Correia**, **António Alberto de Jesus Plácido**, **António Maria Novo**, **Eugénio Gonçalves dos Santos Neto**, **João de Lemos Soares**, **Margarida Saraiva Dias Silva Gomes**, **Maria Clélia da Silva Assunção**, **Maria das Dores Fonseca** e **Otilinda das Dores Seixas Moraes**; completando os vinte e cinco anos de serviço, e tendo consa-

grado a sua vida ao serviço público desde já em nome da Autarquia Ihes manifesto toda a gratidão pelo trabalho, esforço e zelo, e reconhecimento, sobretudo, a dedicação que sempre têm patenteado.

Recordamos também a Princesa Santa Joana. Aqui viveu agindo sempre na defesa de Aveiro, intercedendo na vida da cidade e dos menos favorecidos, sempre que necessário, abrindo-se assim às necessidades dos aveirenses. Aqui lutou pela sua liberdade de consciência, sem descurar a liberdade de Aveiro.

Nesta data, saudando em vós todos e cada um dos Aveirenses, manifesto o meu empenhamento e de todos os Membros de Câmara, em tudo fazer para que, com o vosso apoio, sejam debeladas situações de pobreza, para que os carenciados de habitação tenham moradias condignas, para que as crianças e os jovens cresçam em ambientes sadios, e para que as famílias sejam as escolas de educação e de formação. Assim faremos de Aveiro uma cidade cada vez mais humana.

Entregues as medalhas e as placas, houve palavras de agradecimento da parte dos agraciados. Transcrevem-se as de D. Maria Gabriela Oudinot Larcher de Sousa, pela sua referência ao ilustre aveirografo Rangel de Quadros:

Não nasci em Aveiro, mas sinto como se aqui sempre tivesse vivido. Aqui passei parte da minha juventude. Era então Aveiro uma cidade maneirinha, onde todos se conheciam com simpatia e se tratavam com delicadeza e respeito.

Não posso esquecer os lindos passeios pela Ria e pelo Vouga, bem como os numerosos piqueniques junto à ponte de Cacia e a lembrança muito saudosa das férias passadas na Barra e na Costa Nova.

Sempre as recordações de uma juventude! Ainda me vem à memória o Luizinho Viseu, sempre impecavelmente vestido e com as suas manias de grandeza, os belos bolos da Costeira e da D. Conceiçãozinha. Até ainda oiço o pregão da Sra. Conceição a vender o seu peixe bem fresquinho.

Pertenço a uma família que se fixou em Aveiro, no século XVI, oriunda de Filipe Rolão, que julgo ter sido avô de D. Frei Miguel Rangel, 7º Bispo de Cochim, que muito se evidenciou no Oriente e que consta ter morrido em "cheiro de santidade".

Foi este Filipe Rolão, do qual muitas das famílias

antigas aveirenses descendem, que deu também origem à família Rangel de Quadros, família esta que se manteve por Aveiro até à minha geração.

Apenas conheço o meu tio José Reinaldo pelas recordações das pessoas que com ele conviveram.

Era uma pessoa de trato muito agradável, muito bondosa e sempre pronta quer a ajudar os outros, quer a entretê-los com as suas histórias.

Dedicado amigo da Igreja, foi sempre um acérrimo lutador pela reinstalação do Bispado de Aveiro.

A ele se devem, por publicação em jornais, o conhecimento da história desta cidade, bem como de figuras notáveis que a engrandeceram.

Não admira que esta figura de aveirense notável tenha projectado sobre a sua família consideração e prestígio. Dessa projecção sinto que sempre usufruí, pela maneira amável e delicada como era tratada.

Como representante mais velha da família Rangel de Quadros, não posso deixar de me sentir muito lisonjeada por esta homenagem prestada a meu tio.

Os meus sinceros agradecimentos a todas as entidades e individualidades que por ela se interessaram e que vão tornar possível a publicação dos seus "Apontamentos Históricos". Aveiro honra assim um dos seus ilustres filhos.

Pelo interesse manifestado, não posso deixar de agradecer, comovidamente, a Monsenhor João Gaspar, Padre José Belinquete, Dr^a Maria da Luz Nolasco, em representação do Pelouro da Cultura da Câmara, Dr^a Madalena Pinheiro, responsável da Biblioteca Municipal.

Mais uma vez muito obrigado.

Encerrou a sessão o Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Rogério Leitão, dizendo:

É com inegável prazer que participo nesta cerimónia em que alguns cidadãos são motivo do reconhecimento da comunidade, expresso através da sua Câmara municipal.

E refiro-me ao agrado que esta atitude me causa, particularmente por dois motivos:

-primeiro, porque se presta a justiça de destacar quem por algum motivo merece ser apontado como exemplo cívico e social;

- segundo, porque estamos a dar ênfase a uma forma de intervenção do Executivo Municipal que, não

sendo necessariamente a sua principal razão de ser, estará dentro de uma perspectiva de intervenção que merece ser considerada.

Na realidade, continuamos a atribuir às Câmaras municipais a responsabilidade pela instalação e conservação das infra-estruturas necessárias à vida dos cidadãos. Mas, asseguradas as condições básicas para uma vida em comunidade, já não competirá ao Executivo Municipal diligenciar para que essa vida se processe com um bom padrão de qualidade, oferecendo outras condições a nível cultural ou social e interferindo no comportamento dessa mesma comunidade. Fazer um jardim para melhorar a perspectiva estética local já fica para segundo lugar e no campo da acção social ficamo-nos por uma envergonhada "sopa dos pobres" não contando, evidentemente, com a protecção mal definida à primeira infância e a distribuição de habitações sociais por estas se poderem considerar como uma acção relacionada com uma infra-estrutura que é a habitação. A nível cultural, para além do apoio a organizações que promovem a cultura, alguma coisa se vai fazendo mas mais de acordo com o dinamismo de quem por tal sector se encontra responsável em dado momento do que propriamente pelo desenvolvimento de um plano devidamente estruturado nesse sentido. E quando, como no X Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, realizado recentemente em

Ponta Delgada, se defende a intervenção do Poder Local na área social, fica uma interrogação no fim: mas é mesmo esta a dinâmica que pretendemos para os nossos municípios? Vamos mesmo responsabilizar as Câmaras Municipais pelo apoio social e desenvolvimento cultural das suas populações? Talvez fosse interessante que as autarquias municipais exercessem um verdadeiro poder local e se preocupassem com a qualidade de vida dos seus munícipes de uma forma plena. Haveria, então, quem localmente fosse responsável pela promoção das populações que, assim, poderiam qualificar-se para discutir assuntos locais ou nacionais sem correr o risco de, em qualquer ocasião, serem confrontadas com a suprema responsabilidade de decidir dos seus próprios destinos, respondendo a solicitações sem a maturidade de uma cultura adquirida.

É reconhecido que em Portugal há uma longa tradição municipalista. O que talvez falte é uma organização adaptada aos tempos actuais e o necessário financiamento. Mas o poder, seja pessoal, local ou nacional, deve-se desenvolver de uma forma natural mas global. Intervir no comportamento da comunidade, reprimindo os desmandos e elogiando quem a dignifica é, sem dúvida, uma atitude que só poderá contribuir para que Aveiro seja melhor.

Parabéns aos homenageados!

Parabéns à Câmara Municipal!



Canal de S. Roque
70 x 107 - 1986

Rangel de Quadros

José Reinaldo Rangel de Quadros Oudinot, emérito investigador e divulgador da história de Aveiro e dos seus homens ilustres, nasceu nesta cidade em 19 de Março de 1842 e aqui faleceu em 22 de Julho de 1918.

Rangel de Quadros revolveu atentamente arquivos que entretanto desapareceram, visitou com cuidado velhos conventos e igrejas - uns que ainda existem e outros que foram destruídos - anotou cuidadosamente as alterações que a cidade foi sofrendo, descreveu minuciosamente os acontecimentos que viveu, redigiu com exactidão biografias de personagens tanto de outros tempos como da sua época, recolheu carinhosamente tradições e dados históricos. Se não fosse o seu amor pela terra natal e por tudo o que lhe dissesse respeito, muito se teria olvidado para sempre, perdendo-se da memória dos aveirenses. Não foi orador nem conferencista, não foi parlamentar nem político; contudo, compôs inúmeros artigos de jornal, que ele próprio recortou e agrupou em volumes:

I - AVEIRO - APONTAMENTOS HISTÓRICOS

- 1) *Aveiro: origem, nomes e brasão - As antigas freguesias e suas igrejas - Aveiro e a Ordem de Avis.*
- 2) *As muralhas - O hospital de S. Brás - A senhora da Alegria - O Senhorio e o Ducado de Aveiro.*
- 3) *Capelas e ermidas - Festividades municipais.*
- 4) *Mosteiros e conventos: - O convento de Nossa Senhora da Misericórdia - O mosteiro de Jesus.*
- 5) *Mosteiros e conventos: - O convento de Santo António - O convento de Nossa Senhora do Carmo - O convento da Madre de Deus - O convento de S. João Evangelista.*
- 6) *Mosteiros e conventos: - A Ordem Terceira de S. Francisco - O Recolhimento de S. Bernardino - Talábriga e Aveiro.*
- 7) *Honras e privilégios*
- 8) *Imprensa e jornais*
- 9) *Fontes em Aveiro*

II - AVEIRENSES NOTÁVEIS

- 1) *Biografias de I a LIV*
- 2) *Biografias de LV a LXXXV*

Entre os apontamentos manuscritos do seu espólio, deixou ainda dois volumes sobre *Aveirenses Notáveis* e um com o epíteto *Aveiro - Apontamentos avulsos*. Conhecemos, outrossim, um livro impresso em 1884, denominado *O Episcopado e o Governo de Portugal - Considerações acerca da nova circunscrição diocesana e da supressão do bispado de Aveiro e dos outros bispados suprimidos em 1882*.

O Livro e seus Autores

De 24 de Maio a 10 de Junho, no Rossio, realizou-se a Feira do Livro, que teve a presença de livreiros e editoras, em vinte barracas. Em simultâneo decorreu um programa de animação cultural com diversas acções que incluíram o lançamento de novos livros e espectáculos de música e de teatro.

Para aproximar o público, os Serviços de Cultura da Câmara Municipal resolveram promover, com a Feira do Livro, o Encontro com Músicas.

Mas a animação cultural não ficou pelo Rossio. Efectivamente, na Biblioteca Municipal, concretizou-se o seguinte programa:

25 de Maio: - Lançamento do livro **Glossário - Designações relacionadas com as Marinhãs de Sal da Ria de Aveiro**, da autoria do Dr. Diamantino Dias, editado pela Autarquia; Colóquio sobre “Constância e renovo no percurso de um escritor”, por Urbano Tavares Rodrigues e Augusto Abelaira;

29 de Maio: - Palestra sobre “José Manuel Mendes, ficcionismo e o poeta em recital”;

31 de Maio: - Palestra do escritor Arsénio Mota sobre o tema “Viagem com o livro; Apresentação do romance de Baptista-Bastos **O Cavalo a Tinta da China**, a cargo do Dr. João de Mancelos.

1 de Junho: - “Estudo e Valorização do Património Industrial em Aveiro”, pelo Centro de Formação da Associação de Escolas do Concelho de Aveiro (Programa FOCO).

3 de Junho: - Encontro com o escritor Mário de Carvalho, cuja apresentação esteve a cargo da Dra. Manuela Seça Neves.

4 de Junho: - João de Aguiar fez a apresentação da sua obra, com palavras introdutórias da Dra. Cristina Araújo.

5 de Junho: - Colóquio “Romance Histórico - Possibilidades e Limites”, com Fernando Campos e Mário Cláudio, apresentados pela Dra. Ana Margarida Ramos e pelo Dr. Fernando Ribeiro.

6 de Junho: - Colóquio “A Literatura e o Compromisso”, com a presença do escritor João de Mello e com apresentação do Dr. João Jorge de Carvalho.

No dia 1 de Junho - Dia Mundial da Criança - ainda houve, no Rossio, um espectáculo para os mais novos; os alunos da Escola de José Macedo Fragateiro (Ovar) apresentaram a peça “As Dominós e o Drácula”.

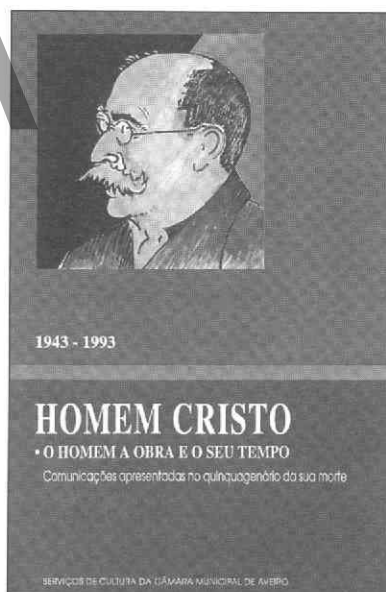
Ao tratar do tema “O Livro e os seus Autores”, lembramos particularmente a apresentação pública de três edições, que merecem maior notícia:

1. - Homem Cristo - O Homem, a Obra e o seu Tempo

No dia 25 de Fevereiro de 1993, ocorreu o cinquentenário do falecimento do Dr. Francisco Manuel Homem Cristo. Como noticiámos na ocasião oportuna, a Câmara Municipal de Aveiro lembrou a efeméride com uma romagem à sua campa, com a reposição da placa toponímica e com um ciclo de comunicações.

Estes trabalhos foram agrupados em livro, organizado e editado pela mesma Autarquia, com capa desenhada por Jeremias Bandarra, os quais obedeceram aos seguintes temas:

- Liberalismo, Democracia e Socialismo na História Contemporânea de Portugal, pelo Prof. Doutor Amadeu Carvalho Homem; Homem Cristo Desconhecido, por Luís Marques Homem Cristo; Homem Cristo



Pedagogo, pelo Prof. Doutor Filipe Rocha; Homem Cristo e a Diocese de Aveiro, por Mons. João Gonçalves Gaspar; Homem Cristo e a Grande Guerra, pelo Prof. Doutor Nuno Severiano Teixeira; Homem Cristo Jornalista, pelo Dr. Carlos Braga; Homem Cristo e o 1º de Maio, em Aveiro, 1899-1912, pelo Dr. Manuel Ferreira Rodrigues; Homem Cristo e o Parlamento, pelo Dr. Messias Trindade; Homem Cristo e o Porto de Aveiro, pelo Eng. Lauro Armando Ferreira Marques.

O acto público da apresentação e do lançamento do livro realizou-se no auditório da Biblioteca Municipal, em 19 de Janeiro de 1996, pelas 21.30 horas; na ocasião, o Prof. Doutor Fernando Catroga proferiu uma conferência, que tratou do tema "Republicanismo e Educação Cívica". Numa das primeiras páginas, a Autarquia dá a conhecer as "razões de uma homenagem", declarando:

Quis a Câmara Municipal de Aveiro aproveitar a passagem do quinquagenário da morte de Francisco Manuel Homem Cristo (1860-1943) para homenagear este insigne aveirense, promovendo o conhecimento da sua intervenção cívica, marcante e multifacetada. Jornalista e escritor, Homem Cristo dividiu amigos e inimigos com a sua pena culta, com a sua coragem e teimosia. Denodado defensor da instrução popular, o director de O Povo de Aveiro fez das colunas do seu periódico uma tribuna de defesa dos interesses da região e da cidade que amava. A sua acção à frente da Junta Autónoma do Porto de Aveiro e a intervenção na defesa da restauração da Diocese de Aveiro são apenas dois exemplos dos muitos que a memória social reteve.

Era altura, pois, de conhecer melhor essa figura, na malha complexa do tempo que viveu. Foi com esse objectivo que a Câmara Municipal de Aveiro promoveu o colóquio sobre a vida e a obra de Francisco M. Homem Cristo. A inegável qualidade das comunicações apresentadas - que nos dão uma visão multimoda do Homem e do Cidadão - justifica plenamente a sua publicação.

A Câmara Municipal de Aveiro quer exprimir aqui, na portada desta obra, o seu profundo agradecimento aos autores dos textos que a compõem, bem como a todos os que, empenhadamente, se envolveram nas comemorações, que decorreram, em Aveiro, em 25, 27 e 28 de Fevereiro de 1993.

2. - As Carmelitas em Aveiro - Ontem e Hoje

Durante o desenrolar das comemorações festivas do Município, no dia 11 de Maio, no salão nobre do Museu de Santa Joana, foi apresentado o livro "As Carmelitas em Aveiro - Ontem e Hoje", de que é autor o Padre Dr. José Martins Belinquete, com capa ilustrada por João Lemos. A cerimónia teve a presidência do bispo de Aveiro, estando presentes D. Manuel de Almeida Trindade, Dra. Maria da Luz Nolasco e um representante do Museu.

Patrocinada pela Câmara Municipal e publicada pelas Edições Sinai, a obra de investigação, que significa um válido contributo para a história de Aveiro, divide-se em duas partes: - a primeira que versa o período que vai desde 14 de Julho de 1658 até 9 de Outubro de 1910; e a segunda que se debruça sobre os acontecimentos posteriores a 21 de Setembro de 1975, referentes ao regresso das Carmelitas a Aveiro. Em anexo, é publicada a mais diversa documentação, em fac-símile.

O acto foi abrihantado pelo Coro Artístico de Santa Joana, dirigido pelo Padre Dr. Arménio Alves da Costa; o Dr. António Simões Capão incumbiu-se da grata tarefa de apresentar o trabalho, e fê-lo com as seguintes palavras:

Coube-me, desta vez, por uma amizade fortalecida ao longo da existência, que não por mérito do saber nem capacidades especiais demonstradas na apresentação de trabalhos do género, fazer a apresentação de uma obra que podemos considerar única, sobre um conjunto de problemas que foram cadentes na cidade de Aveiro e procura esclarecer muitos pontos ou intencionalmente omissos ou já esquecidos de quase todos nós.

Trata-se, como é evidente, do lançamento do livro do Padre Dr. José Martins Belinquete, "As Carmelitas em Aveiro - Ontem e Hoje", uma monografia histórica de se lhe prestar atenção.



D. Manuel de Almeida Trindade, então Bispo de Aveiro, veio acalentando a ideia da reentrada e do restabelecimento da Comunidade das Carmelitas Descalças, na Diocese de Aveiro, donde tinham sido praticamente expulsas, e cujo património fora delapidado e disperso - acções proclamadas em favor do progresso da cidade e da respectiva população, tudo em ordem ao bem comum.

Uma visita ocasional ao Carmelo do Crato, em 1975, veio ajudar a fixar o seu sonho, permitindo o desenvolvimento de um longo processo orientado nesse sentido e com essa finalidade.

As diversas fases iam sendo vencidas e o resultado, como um fruto a amadurecer, começava a tornar-se concreto. Em Maio de 1986, D. Manuel assistiu ao lançamento e benzeu a primeira pedra de um novo cenóbio dessa Comunidade, cuja construção viria a concretizar-se em terrenos situados na Paróquia de S. Bernardo.

Após longas diligências, a obra foi concluída e a sua inauguração foi marcada para o dia 3 de Fevereiro de 1991, sendo já Bispo de Aveiro D. António Baltasar Marcelino, na sequência de D. Manuel de Almeida Trindade.

Ora, foi exactamente a marcação desta data para a inauguração do novo Convento que deu origem à elaboração e à publicação deste moroso e delicado trabalho do Padre José Belinquete.

Na verdade, certo dia muito anterior, o Padre José Belinquete, sempre muito assíduo em visitas à nossa casa, pela velha amizade desde crianças que se veio a prolongar no tempo, procurou-me com um documento manuscrito na mão. Propôs-me que o visse, que o transcrevesse e que, posteriormente, lhe dissesse alguma coisa sobre ele; era a tão citada **Memória da Jornada** das freiras que vieram do Convento de Carnide e de Santo Alberto de Lisboa, com a intenção de fundarem o Convento de Aveiro, em 1658.

Pensava ele que seria oportuno, na altura da inauguração, fazer sair a público, pelo menos, um opúsculo que incluiria este texto sobre a fundação do primeiro Convento das Carmelitas Descalças de Aveiro.

Li o manuscrito com interesse, entusiasmei-me e fiz um ligeiro estudo a meu modo, onde o exagero da expressão deixou as suas marcas bem vincadas, com exemplos morfológicos e sintácticos condizentes com o próprio estilo da época - e através do qual se descobria um itinerário, cujos pontos de apoio seria curioso

encontrar no espaço actual, já que o tempo gasto na deslocação era claro e evidente. Li, transcrevi e não deixei de juntar os meus próprios comentários, só com o sentido de ajudar.

Como seria natural, o Padre Belinquete descobriu outros interesses, foi lendo outros documentos mais à mão, tomou em conta citações e indicações de outros que, porventura muita gente, mesmo em Aveiro, nunca conhecera. Era bola de neve que ia crescendo a rolar. A partir daí, mergulhou profundamente em trabalhos de heurística.

Elaborando um plano da obra, tendo em consideração dois períodos cujas extremidades, no tempo, distam mais de três séculos, a busca das fontes, a diligência posta nestas tarefas sempre aliciantes quão morosas e difíceis da procura, levaram-no a todas as partes onde ele poderia prever a sua existência já quase esquecida - tudo isso lhe foi dando cada vez mais alento desde então até hoje.

A leitura e a respectiva interpretação não bastaram a seus devotados trabalhos. Fac-símiles, fotocópias da documentação e agora apensos à obra, dão-nos uma visão exaustiva das buscas que é para causar admiração a qualquer investigador nesta matéria.

À interpretação dos documentos, segue-se um conjunto de deduções em comentários importantes e, necessariamente, uma informação tanto quanto possível objectiva, com a revelação de conhecimentos que jaziam encobertos nas gavetas dispersas da nossa própria história.

Mas a heurística impõe trabalhos de observação no seu sentido lato, porque, não se limitando à experiência dos factos externos, exige também a experiência dos dados internos da consciência. Torna-se, assim, uma base fundamental das lucubrações do investigador e nela vêm assentar a reflexão crítica e a respectiva escrita. É que a hermenêutica, como arte da interpretação, abarca, aqui, todos os textos mais antigos em relação ao assunto e não deixa de parte os mais recentes.

Como vemos, qualquer trabalho sério de historiador obriga à observação no seu sentido mais alargado, já que, tendo exigido o exame criterioso dos documentos, impõe uma compreensão relacional das ideias expendidas, linhas de pensamento correlativas, a sua inter-relação e a crítica individual que delas possa advir.

Se ao investigador é copulativa a selecção das obras e as respectivas edições mais convenientes, o

tema em questão teve no Padre José Belinquete um estudioso enamorado e minucioso, quer no que diz respeito às fontes quer a outras obras subsidiárias.

De todo esse aturado e apurado trabalho de pesquisa, feito a longo prazo e sem pressas excessivas, englobando a própria evolução político-religiosa durante mais de três séculos, a obra do nosso Autor apresenta-se como um trabalho histórico-social dentro de normas vigentes credíveis, onde o rigor científico não ficou prejudicado pela abundância da documentação recolhida.

Daquele texto da "Memória da Jornada", alargaram-se substancialmente as perspectivas e as previsões do Autor não ficaram diminuídas nem limitadas. Sendo assim, faz-nos perpassar, desde a fundação, por momentos de alegria generalizada, por momentos áureos de oração, de caridade e de trabalhos específicos, até ao seu declínio, em que a prepotência política *versus* capacidade de amar e de servir os outros, dentro dos ideais cristãos, levou as quase indefesas Freiras a viverem horas de desolação e de pavor, porque tudo caminhava contra elas, em nome de um pretensa liberdade e do anúncio do progresso.

Penso que, a partir de agora, jamais se poderá fazer história de Aveiro sem a consulta desta obra, toda ela recheada de informações que, ainda que tidas por suficientemente conhecidas, só teriam podido servir a uns tantos.

Concedo um segredo a V.^{as} Ex.^{as}:

Saber-se-á que houve um historiógrafo célebre, mas bom cristão, que liderou a oposição contra a destruição do velho Convento - foi aquele a quem deram o nome de uma rua quase escondida, perto da sua casa de habitação, mas a quem nunca concederam uma estátua, por tantos serviços que prestou à cidade: **João Augusto Marques Gomes**.

Saber-se-á que houve um homem célebre, um escritor especialista em Arte, que produziu um **Parecer** que foi e é, para além do seu valor intrínseco, uma bela peça literária a favor do Convento: foi **Ramalho Ortigão**.

Saber-se-á que, ao político prepotente, sempre animado de raivas mais ou menos encobertas contra a Igreja, não lhe bastou a concessão do nome de uma rua principal, mas também mereceu um vistoso monumento no local da pendência, ainda que uma sindicância, após a consumação dos factos, o tenha destituído do cargo de Presidente da Câmara, por irregularidades comprovadas: foi **Gustavo Ferreira Pinto Basto**.

No desenrolar da obra, através dos seus quinze capítulos, descobrimos a vida pacífica e serena das Freiras Descalças, os incómodos políticos de acordo com os tempos, as amarguras do refúgio resultantes das Invasões Francesas, os conflitos sociais com a implantação da República e, por fim, a ingratidão de alguns elementos do povo aveirense, cujos antepassados as receberam em festa e com júbilos redobrados. São os próprios tempos e as convulsões sociais do país que nos permitem fazer compreender todo este conjunto de atitudes antinómicas.

Nesta obra, o Padre Dr. José Martins Belinquete apresenta-se como um investigador atento e preocupado, tentando encontrar a verdade dos factos que nunca esteve, abertamente, à disposição de todos os interessados, que somos, praticamente, todos nós, o povo de Aveiro.

Considero eu, pessoalmente - e quem sou eu para me conferir a liberdade de pensar assim! - que a obra, agora lançada em público, é um repositário criterioso, cheio de informações e de conhecimentos valiosos, até então pouco esclarecidos, por vezes intencionalmente, outras nem sequer divulgadas em absoluto para poderem ser conhecidos e avaliados; que é, sobretudo, uma obra notável que vem enriquecer, consideravelmente, a nossa bibliografia regional.

Para além das tarefas específicas do seu múnus sacerdotal, a actividade escrita teve sempre, no nosso Autor, um executor atento e crítico das atitudes humanas, ora debruçando-se sobre problemas de informação, de metodologia e de didáctica religiosas, trabalhando activamente na organização de cursos de preparação para o ensino-aprendizagem e na elaboração de livros dentro do vastíssimo campo de cariz catequético.

Colaborou sem descanso com o Bispo D. Manuel de Almeida Trindade na organização da Missão Católica levada a cabo em todos os cantos da Diocese.

Foi professor muito crítico e eficaz nas aulas de Religião da extinta Escola do Magistério Primário, onde desenvolveu uma acção importantíssima, com opinião e discussão oportunas sobre os novos programas que nem sempre salvaguardavam os ideais de grande parte da população portuguesa, na sua vertente religiosa.

Foi autor oportuno e feliz de um livro - "Os Direitos Fundamentais da Pessoa Humana na Declaração Universal dos Direitos do Homem / na

Doutrina da Igreja / e em Programas de Partidos Políticos" (1975) - pondo em confronto os vários ideais políticos com os ideais da Doutrina da Igreja, donde podiam tirar ilações clarividentes os menos versados na matéria e os menos politizados.

Trabalhou incansavelmente para a realização da grande manifestação da Diocese de Aveiro contra a ocupação da Rádio Renascença, um momento nacional bastante crítico.

Foi activo impulsionador do Congresso dos Leigos da Diocese de Aveiro, em 1993, onde foram intervenientes notáveis eruditos da nossa sociedade sobre temas actuais da vida da Igreja.

Tudo isto, sobre a inter-ligação de dois polos importantes - Religião e Política Social - cuja evolução ele viveu intensamente para defesa e salvaguarda dos nossos ideais. Durante todo este tempo e com estas actividades, se veio aquilatando a perseverança e a fina ténpera no cadinho da vida experimentada, o que possibilitou a elaboração deste trabalho de tipo histórico que a todos nos honra como uma grande lição.

Após o enunciado que acabámos de expor, em síntese, queremos concluir:

— Uma permanente busca de documentação credível e especificamente abonatória.

— Uma leitura e uma interpretação reflexíveis, por isso, conscienciosamente críticas dos documentos.

— Uma função intencionalmente metodológica e didáctica na transmissão de conhecimentos adquiridos.

Não vou dizer mais nada. Tudo quanto acrescentasse às ligeiras pistas que vim apresentando seria retirar o prazer às pessoas de lerem a obra, de a considerarem no seu justo valor e de redescobrirem alguns factos pelo menos já diluídos no tempo e certos aspectos apaixonantes da vida político-social aveirense.

Está de parabéns o seu Autor.

Está de parabéns a Diocese de Aveiro.

Está de parabéns a Câmara Municipal.

Estamos de parabéns todos nós, que passamos a ter à mão um trabalho de mérito, feito com dignidade e saber.

3. - Glossário - Designações relacionadas com as Marinhas de Sal da Ria de Aveiro

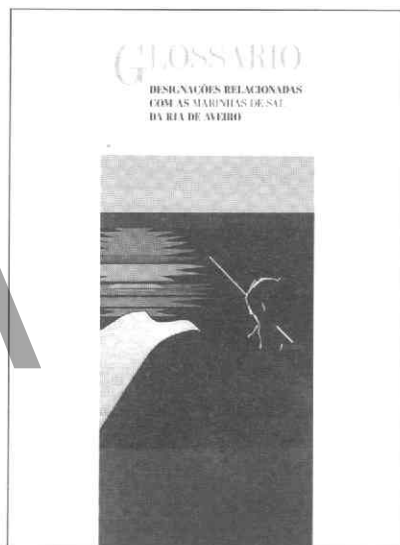
Os aveirenses, interessados em saber os nomes das alfaías, das técnicas e de muitos aspectos das marinhas de sal, têm um novo livro à sua disposição, posto à ven-

da no dia 25 de Maio, cujo arranjo gráfico se deve ao artista Jeremias Bandarra, que incluiu na capa a reprodução de uma pintura a óleo de Manuel Bandarra. No trabalho, profusamente ilustrado, o autor, Dr. Diamantino Dias, registou os termos da linguagem dos nossos marnotos e muito das nossas tradições ancestrais. Durante a sua apresentação, realizada na Biblioteca Municipal, a professora universitária, Doutora Maria de Fátima de Rezende Matias, que lhe escreveu o prefácio, teve oportunidade de tecer o elogio da obra; nas suas palavras, disse ela que o livro pretende preservar o património local e, possuindo interesse linguístico, é um elemento válido para o léxico da Ria e resolve alguns problemas do idioma português.

Por fim, passou-se para o debate de um plano para a defesa das marinhas, em processo de desaparecimento, em virtude do trabalho violento nelas exercido, da baixa de procura do sal de Aveiro e do aumento das correntes de água na Ria, que aceleraram a destruição dos muros de defesa.

O Dr. Diamantino Dias, alguns homens ligados ao sector e dois deputados europeus do grupo parlamentar do Dr. Girão Pereira, com o apoio da Câmara Municipal de Aveiro,

estiveram no litoral norte da França, onde viram como o sal é explorado, valorizado e comercializado. O Presidente da Edilidade, Prof. Celso dos Santos, admitiu a possibilidade de se avançar com um projecto da salvação das marinhas, com o acordo de outros departamentos oficiais; por seu turno, o Dr. Girão Pereira, mostrando abertura para o processo, diria que há fundos comunitários que podem aqui ser aplicados, tudo dependendo da união ou associação de proprietários e marnotos. O livro apresentado, que também pretende ser um alerta para a salvaguarda do salgado aveirense, tem a "Nota de Abertura" subscrita pela Vereadora da Cultura, Dra. Maria da Luz Nolasco:



As comunidades são motor de um renovado desen-

volvimento cultural e potadoras de contributos vários para a definição do imenso **objecto real** e também **imaginário**, ao qual os Museus tentam dar forma - O PASSADO.

Sendo os Museus parte integrante da sociedade, a sua razão de ser e de existir é normalmente justificada pelos papéis que desempenham, exprimindo, compreendendo, desenvolvendo e preservando os testemunhos, as crenças e tradições, entendidos como valores da nossa sociedade e dos quais ela depende.

O significado social dos Museus assenta nos serviços que estes podem e devem prestar à sociedade em articulação com as demais entidades.

Entendidos, durante décadas, como repositores de objectos, de valores e "gostos", os Museus, hoje, edu-

cam, animam e produzem programas sociais, em paralelo com tantas outras instituições.

A presente obra é, também, um contributo vivo para preservação de objectos, de valores e conhecimentos, na qual se regista e manifesta a identidade cultural de uma cidade, a de Aveiro, e, mais especificamente, a de uma comunidade ligada à Ria, cujas características sócio-económicas estão intimamente identificadas com a extracção, recolha e distribuição do sal.

Assim, e dentro de um plano editorial que se pretende ser o suporte bibliográfico da política museológica da cidade, esta obra destaca-se, pelo carácter e conteúdo, como a expressão mais didáctica daquilo que simboliza um dos nossos mais queridos «ex-libris», que o tempo, na sua voragem consumista, vai apagando.

bibRIA

A LEITURA

"Amemos a leitura, ardentemente, veemente, mas... prudentemente: ela constituirá assim uma das melhores fontes de emoções e de conhecimentos. E vamos sempre aprendendo a ler. — "Aprender a ler é a mais difícil das artes, opinava Goethe, já no fim da sua longa vida. Dediquei-me a isso durante oitenta anos, e não me posso dar por satisfeito."

Amemos a leitura! Depois da oração, é à leitura e ao estudo que eu devo as horas mais felizes da minha vida. Amemos a leitura! Não tenhamos contudo a superstição da letra redonda! E não desprezemos o analfabeto, só porque é analfabeto: a sociedade deve muitíssimo ao pobre analfabeto, desde o pão que ele lavra, ao exemplo de honra, que dá a muitos letrados, além de que lhe deve também pelo menos os primeiros alvares da civilização. — Porque cumpre não esquecer que, entre muitas outras coisas, os analfabetos inventaram... o próprio alfabeto."

Padre Alírio de Melo
("A Arte de Ler", 2ª edição, 1941, pgs. 34-35)

Programa das Festas do Município/96

Dia 1 (Quarta-feira)

16H30 — *Centro Cultural e de Congressos de Aveiro*
Retrospectiva Cinematográfica de Vasco Branco.
Sessões de Cinema (até ao dia 5 de Maio).
Comemoração dos cem anos do Cinema Português.

Dia 4 (Sábado)

10H00 — *Centro Cultural e de Congressos de Aveiro*
Exposição Festival Nacional de Arte Infantil -
Riscos e Rabiscos II (até ao dia 6 de Maio).

15H30 — *Largo da Estação*
Recriação Histórica da Visita do Rei D. Luís I a Aveiro. Chegada do "Séquito Real" à Estação da C.P. - Cerimónia no Largo da Estação. O Cortejo percorre as ruas: Almirante Cândido dos Reis, Rua do Carmo, Rua do Gravito, Rua Conselheiro Luís de Magalhães, Av. Dr. Lourenço Peixinho, Ponte-Praça, Rua de Coimbra e Praça do Município.

16H30 — *Praça da República*
Recriação de uma Feira de finais do Século XIX, com a participação das Escolas C+S de Aradas, de Cacia, de Oliveirinha, de S. Bernardo e Escolas Secundárias Nº1 de Aveiro, José Estêvão e Homem Cristo.

18H00 — *Praça Joaquim Melo Freitas*
Recriação da "Feira dos Moços", com a participação de antigos e actuais marnotos.

21H30 — *Centro Paroquial de Oliveirinha*
Concerto pela Orquestra de Câmara e Actuação do Projecto Dança de Aveiro.

22H00 — *"Terra Amada" - no Centro Cultural e Congressos*
Festa "Para Amar a Nossa Terra". Passagem do Diaporama "Rio Douro, Rio Triste", de Luís Barreiros, e actuação do Grupo de Jazz "Aquarius", de Lisboa.

Dia 5 (Domingo)

10H00 — *Diversas Artérias da Cidade*
Desfile de Automóveis Antigos.

12H00 — *Rossio*

Parqueamento e Exposição de Automóveis Antigos.

14H00 — *Edifício da Empresa de Pesca de Aveiro, junto à Ponte da Dobadoura*
II Concurso de Graffitis de Aveiro.

Dia 6 (Segunda-feira)

15H00 — Concurso "Varandas, Janelas e Jardins Floridos".

Dia 9 (Quinta-feira)

11H00 — *Bairro de Santiago*

Inauguração do Pólo de Leitura de Santiago. Animação pelos alunos da Escola de João Afonso, com o projecto "As Letras também brincam".

15H00 — *Praça de Joaquim de Melo Freitas*

Inauguração da Mostra de Maquetes sob o tema: "Cidades Saudáveis - Jardins de Aventura".

21H30 — *Igreja da Misericórdia*

Actuação da orquestra de Cordas do Conservatório de Música de Aveiro.

21H30 — *Teatro Aveirense*

Actuação de Sérgio Godinho

Dia 10 (Sexta-feira)

11H00 — *Pavilhão do INDESP*

Andebol - 1ª Jornada do "Torneio Cidade de Aveiro".

21H30 — *Biblioteca Municipal*

Comunicação sobre Poesia Popular (Manuel Alves, o Poeta Cavador), pelo Dr. Arsénio Mota.

22H00 — *Largo do Dr. Jaime de Magalhães Lima (junto à Biblioteca Municipal)*

Evocação da Poesia de António Aleixo, pelo Grupo Poético de Aveiro. Intervenção Musical de José Lino.

Dia 11 (Sábado)

9H00 — *Clube de Ténis*

Ténis - "Torneio Festas da Cidade".

11H00 — *Pavilhão do INDESP*
Andebol - 2ª Jornada do "Torneio Cidade de Aveiro".

14H00 — *Canal das Pirâmides*
Vela - Regata "Santa Joana Princesa".

14H30 — *Hotel Imperial*
Bridge - 2º Torneio Internacional de Bridge "Santa Joana Princesa".

18H00 — *Museu de Aveiro*
Lançamento do livro "As Carmelitas em Aveiro - Ontem e Hoje", da autoria do Padre Dr. José Martins Belinquete.

21H30 — *Centro Cultural e de Congressos de Aveiro*
Concerto Coral - Coral Polifónico; Coral de Linda-a-Velha; Grupo de Sopros de Viana do Castelo; Coral Vera-Cruz; Orfeão de Vagos.

22H00 — *Teatro Aveirense*
Baile de Gala, comemorativo do 100º Aniversário da Sociedade Recreio Artístico.

Dia 12 (Domingo - Feriado Municipal)

9H00 — *Clube de Ténis*
Ténis - "Torneio Festas da Cidade".

9H30 — *Canal das Pirâmides*
Remo - Regatas Santa Joana.

9H30 — *Praça da República*
Hastear das Bandeiras Nacional e da Cidade. Desfile das Fanfarras e Bandas do Concelho.

10H00 — *Pavilhão do INDESP*
Andebol - 3ª Jornada do Torneio "Cidade de Aveiro".

10H30 — *Av. do Dr. Lourenço Peixinho*
XIV Corrida de Bandejas de Aveiro.

10H30 — *Sé Catedral*
Solenidade de Santa Joana - Missa Solene.

12H00 — *Salão Nobre dos Paços do Concelho*
Sessão Solene - Entrega de Distinções Honoríficas

14H30 — *Hotel Imperial*
Bridge - 2º Torneio Internacional de Bridge "Santa Joana Princesa".

16H30 — *Percurso habitual*
Procissão de Santa Joana Princesa.

18H30 — *Galerias Municipal e Morgados da Pedricosa*
Inauguração da Exposição de Cândido Teles - Desenhos, Monotipias e Técnicas Mistas (patente até 9 de Junho).

21H30 — *Museu de Aveiro*
Concerto Santa Joana, pela Orquestra de Câmara de Aveiro.

Dia 15 (Quarta-feira)

18H00 — *Conservatório de Música de Aveiro*
Audição Interdisciplinar, aberta ao Município.

Dia 16 (Quinta-feira)

9H30 — *Departamento do Ambiente e Ordenamento da Universidade de Aveiro*
Seminário das "Cidades Saudáveis e Jardins de Aventura".

Dia 17 (Sexta-feira)

21H00 — *Centro Cultural e de Congressos de Aveiro*
Actuação da Orquestra de Metais e Percussão do Conservatório de Música de Aveiro.

Dia 18 (Sábado)

10H00 — *Centro Cultural e de Congressos de Aveiro*
Forum das Associações Culturais do Conselho.

15H00 — *Praça de Joaquim de Melo Freitas*
Animação de Espaços - Artesãos a trabalhar ao vivo com a colaboração da "Barrica".

16H00 — *Biblioteca Municipal*
Lançamento do livro "Rosa dos Tempos" de Eugénio Beirão.

16H00 — *Pavilhão do INDESP*
Basquetebol - 1ª Jornada do "Torneio Santa Joana".

17H00 — *Centro Cultural e de Congressos de Aveiro*
Inauguração da Exposição "Aveiro e a sua Região", integrada no ciclo de Homenagem ao Mestre Cândido Teles (patente até 9 de Junho).

10H00 — *Pavilhão do INDESP*
Basquetebol - 2ª Jornada do "Torneio Santa Joana".

21H30 — *Praça de Joaquim de Melo Freitas*
Concerto pela Banda Amizade.

22H00 — *Centro Cultural e de Congressos de Aveiro*
Espectáculo com a participação da Companhia de Dança de Aveiro, do Projecto Dança de Aveiro, da Escola de Bailado e da Academia de Bailado de Aveiro.

Dia 19 (Domingo)

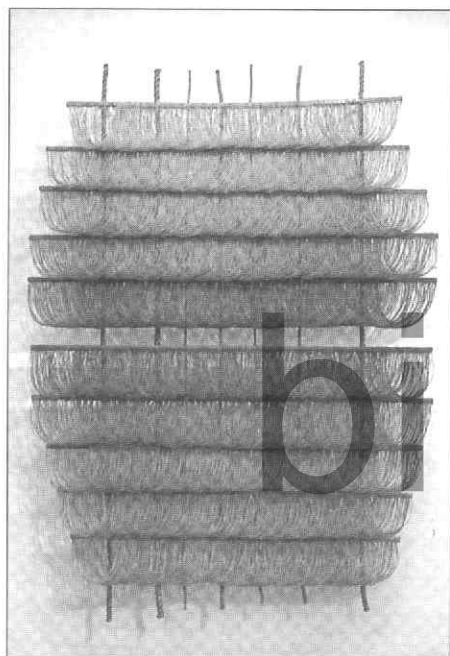
9H30 — *Pavilhão INDESP*
Basquetebol - 3ª Jornada do "Torneio Santa Joana".

14H00 — *Rossio*
Vela - Regata "Modelos à vela IM" - Barcos em miniatura telecomandados. 7º Foto-Safari Lions Clube de Santa Joana Princesa.

15H00 — *Praça de Joaquim de Melo Freitas*
Animação de Espaços - Teatro de Robertos e Ilusionismo.

Noticiário

ANO TÊXTIL "AVEIRO 95/96" Exposição Têxtil Experimental



No Centro Cultural e de Congressos decorreu, de 17 de Fevereiro a 10 de Março uma exposição, que teve por título "Ano Têxtil Aveiro 95/96". Nela participaram, com os seus trabalhos, Ana Gonçalves, Ângela (Cacela - Algarve), Cândida do Rosário (Aveiro), Céu V i g á r i o

(Coimbra), Carla Rebelo (Lisboa), Dora Condessa (Faro), Fernanda Matos, Gisella Santi (Pescopagano - Itália), Graça Arima (Figueira da Foz), Guida Fonseca (Albufeira - Algarve), Lena Onnesjo Lobo (Estocolmo - Suécia), Helena Santos (Lisboa), Maria Luz Cano (Argentina) e Sara Barriga (Lisboa).

São estas as palavras que a Vereadora Dra. Maria da Luz Nolasco escreveu no respectivo desdobrável:

A Câmara Municipal de Aveiro desenvolveu ao longo dos últimos doze meses, nas Galerias Municipais, uma acção cultural de divulgação, valorização e promoção da ARTE TÊXTIL.

Este projecto teve como objectivo principal a sensibilização às Artes, na vertente do têxtil contemporâneo, procurando transmitir uma leitura nova e diversificada aos seus criadores e da sua produção a nível nacional.

Congratulamo-nos pelo programa desenvolvido e pelas artistas que este integram, nomeadamente a Cândida do Rosário que foi o elo de ligação dos vários momentos artísticos aqui vividos e que, de coração aberto, acedeu colaborar tão prontamente ao desafio, que então lhe lançámos, de instituir em Aveiro o Ano Têxtil.

Do convite enviado às escolas do Concelho para que periodicamente visitassem as exposições resultou uma envolvimento gradual que se estabeleceu através da sua prática, criando-se assim hábitos de visita que corresponderam em parte às expectativas por nós ansiadas.

O contacto com os materiais e a análise de novas texturas, novas composições, novas misturas de objectos que fazem parte do nosso quotidiano despertaram numa audiência específica - a dos jovens - laços significativos de comunicação com a arte.

Foi também comovente, no meu sentir pessoal, assistir durante este tempo ao criar de uma equipa de trabalho dedicada, que de mostra em mostra se ia entregando ao projecto e a todos que a este aderiram, realço o trabalho da São Portas, aos serviços gerais da Autarquia na montagem de cada momento expositivo, nomeadamente ao Sr. Fernando Ferreira e por último ao Dr. Emanuel Cunha, pelo empenho que sempre nos revela.

VII SALÃO DE ANTIGUIDADES

Com o decidido e substancial apoio da Câmara Municipal de Aveiro, que disponibilizou gratuitamente o espaço, a energia eléctrica e a segurança, o Lions Clube de Santa Joana Princesa efectuou o VII Salão de Antiguidades, que decorreu no pavilhão octogonal do Parque de Feiras e Exposições, de 22 a 25 de Fevereiro.

Este certame, na avaliação das edições anteriores, já é considerado pelas revistas da especialidade como um dos melhores do País e, de ano para ano, é procurado por um grande número de profissionais do sector. Por isso, o recinto ficou completamente preenchido por cinquenta e três expositores, provenientes das mais diversas regiões, ficando fora cerca de quarenta, que não foi possível admitir, apesar de toda a boa vontade da Comissão Organizadora e da sua presidente, Maria Adelaide Cerqueira Borges. Durante os quatro dias, a mostra atraiu mais de dez mil visitantes, não só para observar as peças expostas mas também com o intuito de comprar muitas delas; é que, se esta iniciativa tem uma raiz cultural, ela reveste-se, em simultâneo, de uma finalidade altruísta - a angariação de fundos para obras de solidariedade do Lions Clube de Santa Joana Princesa.

FEIRA DE MARÇO

Mais uma vez, de 25 de Março a 25 de Abril, realizou-se a tradicional Feira de Março, a feira franca de Aveiro, criada em 1434 e realizada anualmente sem interrupção, embora em moldes que se foram actualizando no decorrer dos séculos. Desde as barracas dos mais variados objectos de cunho tradicional, incluindo bugigangas e brinquedos, e ainda os espaços de comes e bebes, até à presença das empresas industriais e comerciais de materiais diversos e aos carroceiros e um sem-número de diversões - de tudo se encontra na feira; mas o que melhor parece definir este certame é a confraternização e o encontro de pessoas que, em mais de quatrocentas mil, acorreram a Aveiro ao longo do mês.

O Parque Municipal de Feiras e Exposições, com a área disponível de onze mil e cem metros quadrados, foi completamente ocupado pelos trezentos e um participantes, que se repartiram pelos pavilhões octogonal, rectangular e verde, e ainda pelas barracas e pelos vários sectores; muitos feirantes e expositores ficaram fora, por não haver mais lugar. Todos os anos se acentua a falta de espaço para os feirantes e expositores, assim como para os inúmeros visitantes, cuja afluência aumenta constantemente, sendo urgente a criação de uma nova zona para acolher esta e outras iniciativas.

O acto inaugural teve lugar na manhã do primeiro dia, com a presença do Governador Civil do Distrito, do Presidente da Câmara Municipal, do Bispo da Diocese e de outras entidades distritais e concelhias. Satisfeita por este acontecimento, a Autarquia não pôde ainda abrir ao trânsito a nova ponte sobre o Cojo, com cento e trinta e cinco metros de extensão e um perfil transversal de vinte e dois metros, em virtude de teimosas chuvas não terem permitido os acabamentos finais - o que viria a acontecer uns dias depois.

No concurso de "stands" verificou-se a seguinte classificação, após a apreciação do respectivo júri, composto pelo Presidente da Câmara Municipal, por representantes da Comissão da Feira, da Associação Comercial e da Associação Industrial, por um designer e por um representante da Imprensa: - 1º prémio: Senda; 2º prémio: Cerbran; 3º prémio: Rui Abrantes; menções honrosas: Casa Velha, Vivere, António Augusto Rodrigues, Motorase e Tomotor/Vítor Guimarães. Entretanto, o "stand" Indislubre foi referenciado pela qualidade que vem mantendo ao longo dos últimos anos; e ao expositor da Jercar reconheceu-se a simpatia no atendimento ao público. O Prof. Celso dos Santos, na cerimónia da entrega dos prémios, testemu-

VII SALÃO DE ANTIGUIDADES LIONS SANTA JOANA PRINCESA AVEIRO • de 22 a 25 de Fevereiro de 1996



A COROAÇÃO DE NOSSA SENHORA

Estudio de Hendrick DeClerck
datado 1629
Escola Flamenga
óleo sobre tela 1,72x1,37

nharia que “os stands fizeram evoluir a Feira de Março”.

Aos sábados, domingos e feriados, houve animação, cujo programa foi preenchido com exibições diversificadas, a cargo dos seguintes agrupamentos: - João Claro e Acompanhantes, João Belo e Paula Carreira, Duo Manuel e Maria, Quim Gouveia e a sua Banda, Natacha, Kit Carlos, Entre Aspas, Escola de Samba “A Charanguinha de Ovar”, Escola de Samba “Vai quem quer” de Estarreja, Grupo Pé de Meia, Banda Muita Lôco com José Figueiras, Rancho Folclórico da Casa do Povo de Angeja, Grupo Recreativo Etnográfico e Folclórico de Aradas, Rancho Folclórico de Nossa Senhora da Nazaré, Rancho Etnográfico da Gafanha da Nazaré, Grupo de Danças e Cantares de Rio Meão (Santa Maria da Feira), Rancho Folclórico “O Arrais” (Ilhavo), Rancho do Rio Novo do Príncipe (Sarrazola - Cacia), Centro de Cultura Juvenil da Câmara Municipal de Viana do Castelo, Rancho Folclórico de Penaverde (Aguar da Beira), Rancho Folclórico do Baixo Vouga (Eixo) e Tuna de Santa Cecília (São Bernardo).

Reproduz-se aqui o texto que o Presidente da Câmara Municipal escreveu para o folheto da Feira de Março:

- Já lá vão 562 anos desde que em Aveiro se realiza a Feira de Março.

Não é hábito Certames deste tipo sobreviverem a tantas modificações sociais, a tanta erosão, a tanta solicitação diferente, que o Tempo, no seu correr milimétrico, vai provocando.

Mas a Feira de Março soube acompanhar essa evolução e continuar a ser um cartaz turístico de uma cidade e de um concelho, indispensável para os Aveirenses e ponto de encontro obrigatório para muitos forasteiros que, nos visitam nesta época.

Aveiro está a transformar a sua fisionomia a uma velocidade que, não sendo vertiginosa - Roma e Pavia... - é no entanto bem visível aos olhos de todos nós.

Por isso, volta à ribalta a questão já debatida da “transferência” da Feira para outro local, onde as centenas de milhares de visitantes possam encontrar melhores condições.

A seu tempo assim se fará.

Na minha qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Aveiro e de Presidente da Comissão Administrativa do Parque de Feiras e Exposições, quero saudar os Expositores, Feirantes e Visitantes e todos aqueles que, de uma forma ou de outra, tornaram possível a realização da

562ª edição da Feiras de Março.

Bem-vindos a Aveiro, cidade que quer continuar a merecer o respeito e a admiração de quem nos visita.

COMISSÃO DA FEIRA DE MARÇO DE 1996:

Presidente: - Prof. Celso dos Santos (Presidente da C.M.A.).

Secretariado: - Maria Alexandrina Maximino.

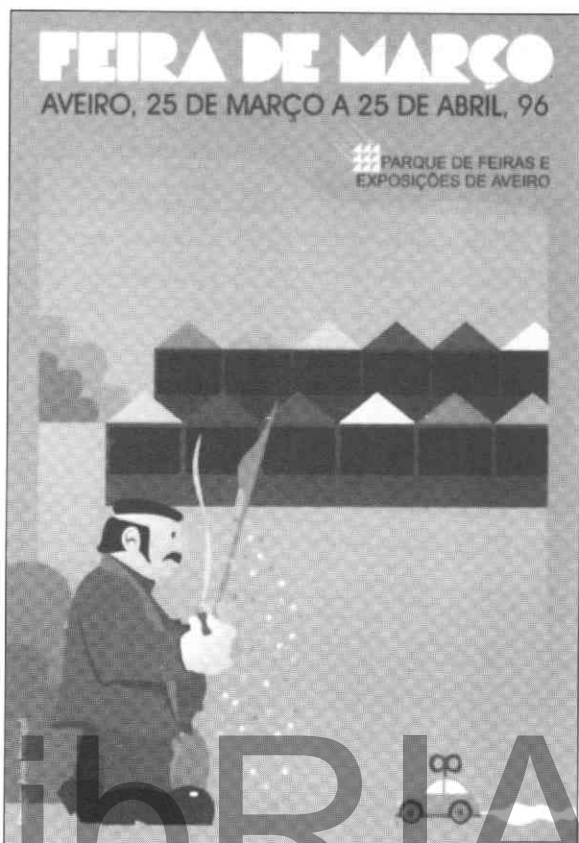
Comissão Técnica: - António José Bartolomeu (DSU); João Portugal (Gabinete de Design); Gonçalo Lé (GRUA); Elmano Ramos, Justino Tomás Ribeiro e José Esperanço (Armazéns Gerais); Serviços de Higiene e Limpeza; e Serviços de Fiscalização.

Relações Públicas: - Maria Alexandrina Maximino.

Cartaz: João Portugal.

DIA DAS CIDADES IRMÃS

Como vem sendo hábito, durante o tempo da Feira de Março, dedica-se um dia às Cidades Irmãs de Aveiro; este ano, foi em 14 de Abril. Estiveram



Arcachon, Ciudad Rodrigo, Bourges, Viana do Castelo e Viseu, representadas, respectivamente, pelo Presidente da Câmara Prof. Celso dos Santos, Vice-Presidente da Mairie Jean Aulonie, Presidente da Câmara Lepeltier, Presidente da Câmara Francisco Garcia, Vereador Dr. António Cunha Leal e Presidente da Câmara Dr. Fernando Ruas.

Entre as várias alíneas do programa, no Centro Cultural e de Congressos efectuou-se uma reunião conjunta, à qual também aderiram, para um diálogo que se mostrou de grande interesse, representantes da Associação Portugal-França, da Associação Comercial de Aveiro, da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Aveiro, do Lions Clube de Santa Joana, da Companhia de Dança de Aveiro, da Fanfarra do Centro Paroquial de São Bernardo, da Associação dos Naturais da Ilha do Príncipe, e do Sport Clube Beira-Mar.

Depois de ter sido feita uma retrospectiva das acções desenvolvidas pelas diversas cidades e dos contributos que estas acções deram para o fortalecimento das relações entre as várias comunidades, foram realçadas algumas dessas acções, como:

- A importância da Mesa Permanente Luso-Espanhola, fruto da cooperação dos vários Municípios que a integram e que tem funcionado como veículo difusor dos anseios das populações no que concerne à melhoria das acessibilidades;

- A necessidade de reforçar as Relações de Irmanação, incentivando os intercâmbios associativos e culturais;

- O incentivo do Intercâmbio Juvenil e Estudantil, promovendo encontros científicos, técnicos, culturais e de formação linguística;

- A colaboração na Área da Arqueologia, através da participação aberta a especialistas de outras cidades;

- A promoção de Contactos Empresariais, de forma a proporcionar intercâmbios informativos e técnicos entre os industriais;

- O reforço do Intercâmbio Desportivo, através da realização de novas competições, nomeadamente futebolísticas e náuticas;

- A criação de Fichas de Caracterização das diferentes cidades e respectivas associações, de modo a potenciar futuras acções de cooperação;

- A instituição de um Gabinete de Cooperação Descentralizado, que permita criar uma rede de informação em ordem a facilitar o conhecimento sectorial entre as cidades;

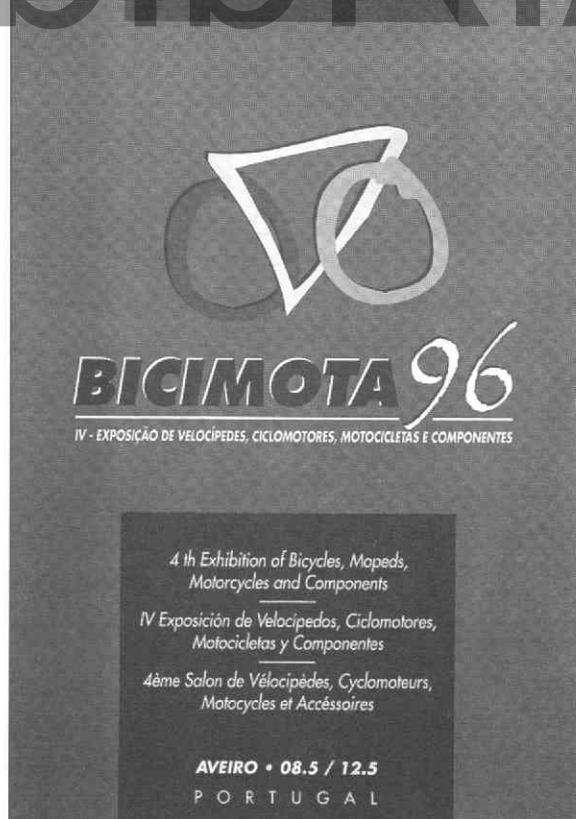
- A prossecução e desenvolvimento de acções no domínio técnico, educativo, económico e social com as várias cidades de Países de expressão portuguesa, dado o carácter solidário e humanitário da cooperação.

BICIMOTA/96

No Parque Municipal de Feiras e Exposições de Aveiro, de 8 a 12 de Maio, a Associação Nacional dos Industriais de Bicycletas, Ciclomotores, Motociclos e Acessórios - ABIMOTA - com sede em Águeda, levou a efeito a IV Exposição de Velocípedes, Ciclomotores, Motocicletas e Componentes, denominada "Bicimota/96"; o público, que ocorreu em dezenas de milhares de pessoas, teve assim a oportunidade de ver as últimas novidades nestes sectores.

O certame ocupou toda a área, tanto os pavilhões octogonal e rectangular para equipamento e material moderno, e o pavilhão verde com uma mostra de peças antigas, como a zona descoberta para parque de motociclos.

À cerimónia inaugural



presidiu o Ministro da Economia, Augusto Mateus, que se congratulou com tudo o que viu, testemunhando o espírito de iniciativa, o empenhamento e a actividade dos empresários desse ramo industrial, que potenciam o desenvolvimento económico do País, tornando-o moderno e competitivo. O Presidente do Município Aveirense, entre as suas considerações, congratulou-se com a presença do Ministro, reforçando a ideia de que a vinda de governantes à nossa região é sempre profícua, pois têm assim a oportunidade de contactarem de perto com a nossa realidade e suas dificuldades inerentes. Dentro do programa de animação cultural, registou-se a actuação da Tuna Partituna, da Associação Académica do Isvouga (Santa Maria da Feira), e da Tuna Gregoriana de Santiago, da Universidade de Aveiro. Um grande sorteio de uma bicicleta de montanha, nos bilhetes de entrada, marcou o acto do encerramento.

Os textos seguintes são da Direcção da Abimota e do Prof. Celso dos Santos:

1. - Se a gratidão é qualidade que dignifica quem a possa entender, para que de seguida a ponha em prática, a Direcção da Habimota e as Empresas suas associadas tributam o seu mais amplo reconhecimento à Câmara Municipal de Aveiro, na pessoa do seu ilustre Presidente Prof. Celso Santos, a quem se fica a dever a mais eficiente colaboração na cedência do espaço ocupado pelos expositores da "Bicimota'96", incluindo o mais válido Efectivo Humano do seu Gabinete de Feiras e restantes e importantes estruturas postas ao dispor da organização.

Só desta forma foram criadas condições para que este Certame atinja, nesta sua quarta edição, o objectivo desejado, o que registamos com muito agrado e prometemos não esquecer.

2. - Pela quarta vez vai ter lugar no Parque de Feiras e Exposições de Aveiro, a BICIMOTA - Salão Internacional das Duas Rodas.

Este Certame, que marca já a vida deste Parque, é organizado pela ABIMOTA e vai reunir tudo o que há de mais moderno na área de velocípedes, motocicletas, ciclomotores e componentes, que o coloca, diria, não só no topo do interesse a nível nacional, como até internacional.

Espera-se um êxito superior a Certames anteriores, já que se tem notado um crescendo de interesse, que terá por certo continuidade nesta edição.

Não é por acaso que se aguardam milhares de visitantes, já que sabem que aqui podem apreciar o avanço da tecnologia nesta área.

Está de parabéns não só a Organização, que com todo o seu empenho o leva a efeito, como o próprio Parque se sente dignificado por o poder apresentar, dando-lhe o melhor apoio, já que sabemos todos o interesse que ele suscita.

Temos a certeza de que ninguém dará por mal empregue uma visita, que compense também o esforço de todos aqueles que o tornaram possível.

POLO DE LEITURA DE SANTIAGO

Os Serviços da Biblioteca Municipal de Aveiro inauguraram no dia 16 de Maio um novo espaço em prol da leitura pública, que ficou sediado na Urbanização de Santiago, na Rua de Santa Maria da Feira, loja 17. Este espaço foi concebido dentro das mesmas normas de funcionamento e de organização biblioteconómica da Biblioteca Municipal. Sendo assim, todos os utilizadores podem frequentar livremente os dois locais.

A iniciativa pretendeu, logo à partida, promover os valores culturais, através de livros e de novas tecnologias; além disso, o Polo de Leitura de Santiago é um ponto de encontro e de convívio dos utilizadores, proporcionando-lhes momentos de lazer. A sua concretização resultou da colaboração financeira entre a Câmara Municipal de Aveiro e o Projecto "Continuar Santiago-Griné". Foram seus responsáveis: - Arq. José Quintão (Projecto arquitectónico); Dra. Madalena Pinheiro (Projecto biblioteconómico); e Dra. Milú Sardinha (Intervenção artística).

Antes da inauguração, o Grupo de Dança da Escola João Afonso de Aveiro e alunos do 5º, 2, "brincaram com as letras e elas brincaram também", com textos criados pelos alunos do 6º, 6, na aula de Português, cantados com música de Charleston, René Clemencie, Júlio Pereira e Jean Sébastien Bach. A exibição realizou-se na colunata do topo norte do Bairro de Santiago.

"CIDADES SAUDÁVEIS PARA VIVER MELHOR"

Com organização da Sub-Região de Saúde de Aveiro, do Departamento do Ambiente e Ordenamento da Universidade de Aveiro e da Câmara Municipal de Aveiro, realizou-se durante todo o dia 16 de Maio, no anfiteatro daquele Departamento Universitário a "Conferência - Cidades saudáveis para viver melhor". Formaram a Comissão Executiva a Prof. Doutora Teresa Andresen, o Prof. Doutor Artur Rosa Pires, o Dr. Morais Sarmento, a Eng. Cristina Bóia, a Dra. Maria Fernanda Loureiro, a Dra. Ana Maria Oliveira e o Dr. António Amador de Almeida.

Os trabalhos, que logo se viram ser de extremo interesse e em que participaram membros do Governo e entidades responsáveis, dividiram-se em três painéis e uma mesa redonda, assim arrumados:

1º Painel - Cidades economicamente saudáveis

Doutor Henrique Medina Carreira - presidente da Mesa; Doutor Lobato Faria, professor da Escola Nacional de Saúde Pública; Dr. Vladimiro da Silva, presidente da Câmara Municipal de Estarreja; e Doutor Eduardo Anselmo, professor da Universidade de Aveiro.

2º Painel - Cidades culturalmente saudáveis

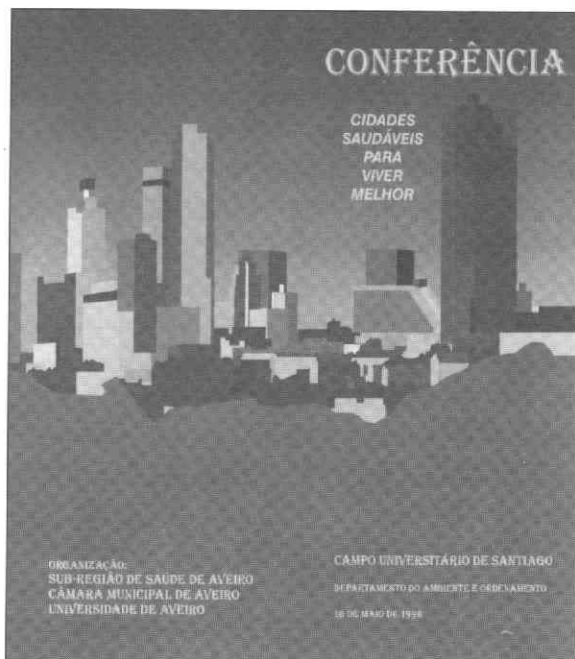
Doutor Pereira Oliveira, professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra - presidente da Mesa; Doutor Daniel Serrão, professor da Faculdade de Medicina do Porto; e Doutor Carlos Fragateiro, professor da Universidade de Aveiro e vice-presidente do Instituto Nacional para Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores (INATEL).

3º Painel - Cidades psicologicamente saudáveis

Doutor Lopes Dias, membro do Conselho Directivo da Escola Nacional de Saúde Pública - presidente da Mesa; Doutora Conceição Taborda, professora da Faculdade de Psicologia da Universidade de Coimbra; Doutor Jorge Arroiteia, professor da Universidade de Aveiro; e Eng. Cristina Bóia, professora da Universidade de Aveiro.

Mesa Redonda - Da utopia à realidade

Doutor Constantino Sakellarides, presidente da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo; Representante da Câmara da Amadora, Projecto Cidades Saudáveis; Doutora Teresa Andresen, presidente do Instituto da Conservação da Natureza; Arq. Tércio



Guimarães, presidente do Núcleo de Arquitectos de Aveiro; e Arq. Pompílio Souto, professor da Universidade de Aveiro.

VARANDAS, JANELAS E JARDINS

Já não constitui estranheza para os aveienses verem em todos os anos, durante o mês de Maio, a sua cidade bem florida; dezenas de moradores proporcionam às suas moradias e andares um ar de festa, aderindo dessa forma ao concurso das "Varandas, Janelas e Jardins Floridos", promovido pela Câmara Municipal.

O mencionado concurso teve como objectivo primordial sensibilizar a população, a fim de contribuir para uma melhor imagem da cidade; a ele puderam aderir todos os habitantes da cidade, pertencentes ao perímetro urbano, que inclui as freguesias da Glória, Vera-Cruz, Esgueira, Aradas, Santa Joana e São Bernardo.

No regulamento, deram-se normas onde se fixaram como critérios a beleza, a harmonia, a qualidade das flores e o estado da floração; para concorrer foram aceites todas as flores. Quanto aos prémios, previram-se cinco em cada uma das modalidades: - 50, 30, 20, 10 e 5 mil escudos; as menções honrosas poderiam ir até dez, no valor de mil e quinhentos escudos.

O júri, composto por pessoas de reconhecida com-

petência em floricultura e por um elemento das Juntas de Freguesia, apreciou o trabalho e o gosto dos concorrentes e assinou esta classificação:

1. - Varandas:

1º - Maria Paula Ferreira Fidalgo; 2º - Otília Rosa Coutinho; 3º - Ilda de Melo Neves; 4º - Maria Augusta Ribeiro; 5º - Maria da Luz Pires.

2. - Janelas:

1º - Carlos Alberto Machado; 2º - Maria dos Anjos Machado; 3º - Otília Rosa Coutinho; 4º - Maria Armanda Costa.

3. - Jardins:

1º - Marília dos Anjos Cruz; 2º - José Augusto Valente Vieira.

Os prémios foram entregues aos agraciados pela Câmara Municipal, na sessão de 13 de Junho.

II ENCONTRO COM MÚSICAS

À semelhança do que aconteceu em 1995, realizou-se em Aveiro, de 24 a 31 de Maio, o II Encontro com Músicas, em que foram manifestas várias tendências; a abertura, que decorreu no Conservatório de Música de Aveiro, contou com a presença do Maestro António Vitorino de Almeida. A Organização teve não só o patrocínio da Câmara Municipal de Aveiro, do Instituto Português de Administração de Marketing e da TV Cabo Mondego, mas ainda o apoio de diversas empresas; desde a primeira hora, ao delinear-se o programa, logo se pensou numa iniciativa de qualidade, como se pode ajuizar pelas respectivas alíneas:

- 24 de Maio, no Rossio: Sierra Maestra (salsa cubana);

- 25 de Maio, na igreja da Misericórdia: Coral Polifónico de Aveiro, Orfeão da Universidade de Aveiro e Coral Vera-Cruz; no Rossio: Losadas (família cigana madrilena, com ritmos de influência flamenga);

- 26 de Maio, no Parque do Infante D. Pedro: Banda Amizade e Banda da Associação Recreativa Eixense; no Rossio: Riqui Sabatés (catalão) e Yule Donald Blues Band (de Detroit);

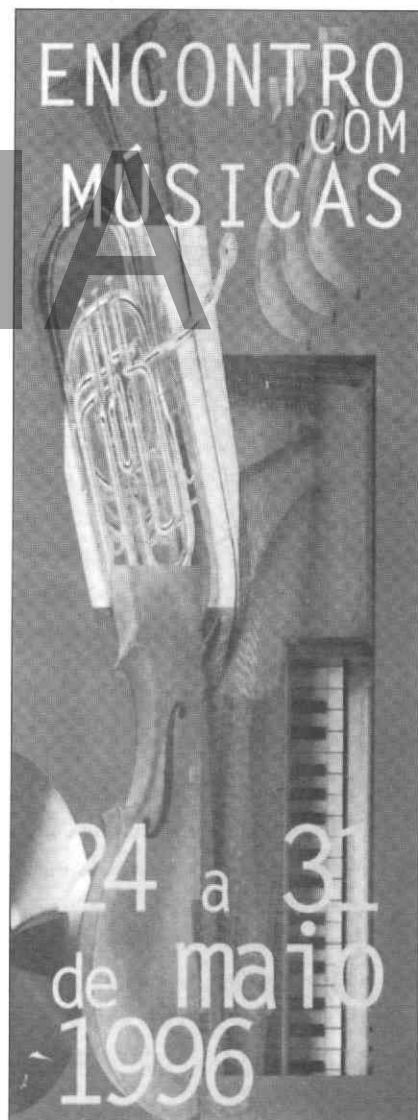
- 27 de Maio, no Conservatório de Música: Fases da Lua e Entre Quatro Paredes (folk); no Teatro Aveirense: Paulo de Carvalho (de Lisboa, com o lançamento do seu novo disco "Fados Meus");

- 28 de Maio, no Conservatório de Música: Quarteto Jacinta Ramos; no Canal de S. Roque: Anger Vulto (rock);

- 29 de Maio, no Conservatório de Música: Vitor Silva, Amílcar Vasquez Dias e Inês Calazans; no Centro Cultural e de Congressos: Momentos de Opera;

- 30 de Maio, no Conservatório de Música: Alunos do Conservatório; no Rossio: Icon Vadis (folk celta) e Chip Chip Zan Zan;

- 31 de Maio, no Museu de Santa Joana: Trio de Guitarras Tactus; no Rossio: Quarteto de Saxofones de Amesterdão (com lançamento de novo disco), e Fernando Valente e a Orquestra de Saxofones de Aveiro.



NA VILA DE EIXO

1. - Centro Social de Eixo - 20 anos

Nos princípios da década de 1910, surgiu em Eixo a "Associação de Assistência e Educação", reconhecida juridicamente em 1917, que em 1961 passou a designar-se simplesmente "Associação de Assistência de Eixo". O projecto inicial contemplava objectivos de carácter cultural e beneficente, como a criação de um pequeno hospital, uma escola com cursos nocturnos para adultos e um curso de palestras, sobretudo de formação agrícola. Todavia, o programa ficaria muito aquém do que se pensara; durante dezenas de anos, a Associação limitou-se à distribuição de pequenos subsídios, a fornecer géneros alimentícios, remédios, roupas, livros e artigos escolares, além da construção de algumas moradias de renda económica. Decorrido muito tempo, consideradas as necessidades das famílias, sonhou-se numa nova valência, alargando a actividade da Associação; assim, tudo preparado durante meses, em 6 de Março de 1976 procedeu-se à inauguração oficial do Centro Infantil de Eixo.

A efeméride foi recordada com diversas manifestações, programadas para alguns dias, em que colaboraram as crianças utentes, os pais e muitas pessoas. Entre elas, realizou-se no dia 9 de Março, no salão do Centro Social, uma sessão comemorativa do vigésimo aniversário do Centro Infantil de Eixo; nela, o eixense Mons. João Gonçalves Gaspar referiu a sequência dos trâmites para a criação da mencionada instituição, mostrando ter vivido os acontecimentos como um dos intervenientes.

Nesta vintena de anos, muitas crianças foram enriquecidas com os primeiros rudimentos da formação humana e cultural, mercê do cuidado e dedicação dos dirigentes e responsáveis.

2. - Associação Recreativa Eixense - 70 anos

Foi em 1 de Julho de 1926 que foram aprovados superiormente os primeiros estatutos que deram suporte jurídico à "Associação Recreativa Eixense", tendo como subscritores um número significativo de personalidades, encabeçadas pelo Dr. Jaime de Magalhães Lima. Entre as suas finalidades, a nova instituição propunha-se promover a instrução e o recreio dos associados e criar um grupo musical; assim nasceu a filarmónica que marcaria a sua primeira presença pública, nas ruas da Vila, no dia 1 de Janeiro de 1928.

Ao longo dos anos, a banda tem realizado numerosas actuações por todo o País, e mesmo no estrangeiro, levando consigo o nome de Eixo e de Aveiro. Por isso, é reconhecida como pessoa colectiva de utilidade pública, foi galardoada pela Edilidade Aveirense com a Medalha de Prata de Mérito Municipal e recebeu diplomas do Instituto Nacional para o Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores (INATEL), da Feira Internacional de Lisboa (FIL), da Federação Portuguesa de Natações e de outras instituições.

O septuagésimo aniversário da banda foi recordado no dia 30 de Março, com Missa na igreja matriz, sessão e jantar, constituindo uma homenagem a todos os associados, executantes e admiradores, do passado e do presente. Na ocasião, o presidente do Conselho Fiscal, António Valentim Casimiro Rocha, historiou a vida da Associação, terminando por lembrar que "a cultura é cada vez mais decisiva ao nível da relação das comunidades, nas suas mais diversas vertentes, designadamente social, económica e religiosa".

3. - Festas da Vila e do Padroeiro

O domingo 30 de Junho foi o ponto alto das festas de Eixo e do seu Padroeiro Santo Isidoro, que este ano comemoraram o sétimo aniversário da confirmação da dignidade de Vila. Com um programa que se alargou ao sábado anterior e ao dia subsequente, com arraiais populares, naquela data foram marcantes a celebração da Eucaristia na igreja paroquial, a procissão por algumas artérias e o concerto da banda da Associação Recreativa Eixense.

Participaram nas cerimónias festivas os presidentes da Assembleia e da Junta de Freguesia com alguns dos seus elementos, assim como os representantes das associações locais, como a Associação de Assistência, o Rancho Folclórico do Baixo Vouga e o Grupo Cultural Semente. Mons. João Gonçalves Gaspar, na ocasião oportuna da Missa, além de evocar o Padroeiro como alguém que marcou na história visigótica da Península Ibérica, pela sua cultura enciclopédica e pela sua actividade invulgar, congratulou-se pela ocorrência da efeméride, não sem deixar de lembrar alguns pormenores do processo anterior à aprovação e publicação da lei que dignificou a freguesia de Eixo. Aquela hora era de gratidão a Deus e de reconhecimento a todos os eixenses que vivem e lutam pelo bem e pelo progresso da sua Terra.